

São Tomé e Príncipe:
Cultura(s)/Património(s)/Museu(s)

Inês Filipa Abreu de Castaño

Trabalho de Projecto
de Mestrado em Museologia

VOLUME 1

Setembro 2012

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica de: Professora Raquel Henriques da Silva e Professora Maria da Graça da Silveira Filipe.

À minha avó Celeste.

Agradecimentos

À Professora Graça Filipe, parceira e amiga, *(des)orientadora* e assertiva em momentos decisivos.

À Professora Raquel Henriques da Silva pelo voto de confiança.

A todos os amigos de cá e lá que, do pouco (que dei), me deram tanto.

À Luisa, companheira de intuições!

À *gorducha*, minha irmã, pelo exemplo e apoio de sempre.

Ao Miguel, pelas discussões e pelo amor.

Aos meus pais, por tudo.

Resumo

Trabalho de projecto

São Tomé e Príncipe: *Cultura(s)/ Património(s)/Museu(s)*

A independência de São Tomé e Príncipe, em 1975, precedida de um longo período de colonização, constitui um momento crucial de mudança naquele território, que se reflecte a vários níveis: económico, social e cultural. Desde a independência que o país vem traçando políticas de desenvolvimento e de consolidação das suas estruturas contando, para tal, com o apoio da cooperação internacional.

Numa altura de mudança, os museus permitem estabelecer a conexão entre o passado e o presente e inspirar caminhos em direcção ao futuro, contribuindo para o desenvolvimento do país e beneficiando, assim, os membros da comunidade, individual e colectivamente.

A tríade *cultura/ património /museu* constitui uma delimitação conceptual que nos conduz a um campo temático mais vasto onde se arquitecta uma teia de relações construída pelas ideias de identidade(s) cultural, herança ou memória colectiva, permitindo-nos, quando vertidas para um território, analisá-lo. O enquadramento geográfico, histórico, social e político, bem como uma análise aprofundada da cultura viva, onde se integra a língua e outras manifestações e práticas evolutivas, aspectos e propostas de acção patrimonial, permitirão configurar um estudo diagnóstico da realidade santomense, com o intuito de definirmos os princípios programáticos para uma *acção* que contribua para um projecto de *desenvolvimento comunitário*, centrado no *inventário participativo* como método, em que a memória e a construção de referências identitárias sejam vectores centrais.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, cultura, património, museu, acção patrimonial, memória colectiva, desenvolvimento comunitário, inventário participativo

Abstract

Project work

São Tomé and Príncipe: *Culture(s)/ Heritage(s)/Museum(s)*

Preceded by long colonial period, the Independence of Sao Tome and Principe, in 1975, marks a rupture moment of change in that territory, reflected in multiple levels of the economic, social and cultural spheres. Since the independence, the country has been tracing development policies and consolidating its structures with the support of international cooperation.

At a time of change, the museums can establish the connection between past and present, inspiring the paths to the future, contributing to the growth of a country and, therefore, acting beneficially for the community members, individually and collectively.

The *culture / heritage / museum* triad supports a conceptual definition that leads to a broader thematic field, where a web of relationships built by cultural identity, inheritance or collective memory notions, allowing us, when poured into a territory, to analyze it. The geographic, historical, social and political framework, as well through a profound analysis of the living culture - which integrates the language and other manifestations and evolutive practices - and the aspects and proposals of patrimonial defense actions, will allow to set up a diagnostic study of the santomean reality, in order to define the programmatic principles for a *action* that contributes to a community development project, focused on the inventory - as a participatory method - in which memory and the construction of identity references are central vectors.

Keywords: Sao Tome and Principe, culture, heritage, museum, patrimonial defense, collective memory, community development, participatory inventory

Lista de abreviaturas e acrónimos

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CV- Cabo Verde

EPA - Escola Património Africano

FONG-STP - Federação de Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe

IC - Instituto Camões

ICOM - International Council of Museums

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ISP - Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe

MINOM - International Movement for a New Museology

ONGD - Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

STP - São Tomé e Príncipe

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ÍNDICE geral

1. Introdução	1
1.1. Definição do tema e objectivos	1
1.2. Enquadramento conceptual e metodológico	2
2. A prática da teoria	5
2.1. O social no binómio memória/património	6
2.2. Da memória social ao impulso museal	11
2.3. <i>Museu em contexto</i>	20
3. São Tomé e Príncipe: conhecer o território e a história como contexto de desenvolvimento	25
3.1. Enquadramento geográfico	26
3.2. Raízes históricas de uma sociedade crioula africana	28
3.3. Sociedade e contexto político	35
3.4. Cooperação e desenvolvimento	41
3.5. Quadro legislativo	47
4. Cultura(s)/ Património(s)/ Museu(s) em São Tomé e Príncipe: abordagem para um diagnóstico a partir do terreno	50
4.1. A Cultura Santomense: identidade cultural e Santomensidade	53
4.1.1 Língua e crioulos	57
4.1.2 Manifestações culturais	60
4.2. Património(s)	65
4.3 Acção Patrimonial	69
4.4. Museu Nacional de São Tomé e Príncipe	78

5. Via de acção patrimonial para São Tomé e Príncipe	84
5.1. Um olhar exógeno: <i>Cabo Verde, relação inevitável</i>	85
5.2. A experiência <i>Soya Kutu</i>	92
5.2.1. Metodologia utilizada	93
5.2.2. Locais	94
5.2.3. Equipa de trabalho	95
5.2.4. Repercussões imediatas e a longo prazo	95
5.3. Proposta de acção: o <i>inventário do património</i> para o <i>desenvolvimento</i>	96
5.3.1 Equipa de trabalho	99
5.3.2. Formação	100
5.3.3. Metodologia	101
5.3.4. Tentativa/erro	103
5.3.5. Educação patrimonial	103
5.3.6. Repercussões a curto, a médio e a longo prazo	104
 6. Considerações finais	 106
 Referências bibliográficas	 110
 Apêndices	 vol. 2
 Anexos	 vol. 2

1. Introdução

O Trabalho de Projecto que agora se apresenta sob o tema “*São Tomé e Príncipe: cultura(s)/património(s)/museu(s)*” resulta das competências adquiridas na componente lectiva do curso de mestrado em Museologia, aplicadas agora ao estudo de uma realidade a partir do qual se fará uma proposta de acção com fins sociais e culturais.

As motivações que estiveram na base da nossa escolha prenderam-se com a inexistência de estudos nesta área centrados na realidades santomense, bem como as potencialidades que ali encontramos para desenvolver uma proposta inovadora mas, sobretudo, oportuna.

Em seguida faremos uma breve apresentação do nosso objecto de estudo, apresentando os objectivos que nortearam a nossa pesquisa, bem como o enquadramento conceptual e metodológico que lhe deram forma.

1.1. Definição do tema e objectivos

A independência de São Tomé e Príncipe, em 1975, precedida de um longo período de colonização, constitui um momento crucial de mudança naquele território, que se reflecte a vários níveis: económico, social e cultural. Desde a independência que o país vem traçando políticas de desenvolvimento e de consolidação das suas estruturas. No entanto, é no momento em que o país se abre ao multipartidarismo que se efectiva uma política de cooperação entre instituições internacionais e locais, fundamental no trabalho de terreno, com vista ao desenvolvimento do país.

A sociedade santomense, constituída pela coexistência de diferentes culturas no mesmo território, é pautada por um fenómeno de conflitualidade fruto desse mesmo passado histórico, que a caracteriza e define a sua identidade cultural. Os museus podem contribuir para transmitir/construir esta identidade, na medida em que têm como uma das suas funções essenciais proporcionar à comunidade uma compreensão da sua identidade cultural, desenvolvendo nos indivíduos o sentimento de pertença a essa comunidade.

Numa altura de mudança, os museus permitem estabelecer a conexão entre o passado e o presente e inspirar caminhos em direcção ao futuro. Deste modo entendemos que o contributo do museu para o desenvolvimento do país pode beneficiar os membros da comunidade, individual e colectivamente. Por outro lado, as acções desenvolvidas pelos museus também estão dependentes das características da comunidade e da sua participação.

Deste modo parece-nos fundamental partir da tríade *cultura(s)/património(s)/museu(s)* na perspectiva de um projecto dirigido para o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe. Para tal será

necessário integrar neste processo a língua e outras manifestações e práticas evolutivas, aspectos e propostas de acção patrimonial, bem como definir princípios programáticos para uma *acção* que contribua para um projecto de desenvolvimento local, em que a memória e a construção de referências identitárias sejam vectores importantes.

Com este trabalho pretendemos reflectir sobre as mudanças sociais e culturais em São Tomé e Príncipe, bem como propor uma via de acção patrimonial adaptada à realidade em que se insere, sublinhando a sua importância para o desenvolvimento do país.

1.2. Enquadramento conceptual e metodológico

O nosso trabalho enquadra-se no âmbito geral da museologia e, como tal, conduz-nos a uma linha de pensamento interdisciplinar, pela necessidade de compreendermos conceitos fundamentais e de assim os podermos articular.

A tríade *cultura/património/museu* que previamente traçamos não é mais que uma delimitação conceptual que nos conduz a um campo temático mais vasto onde se arquitecta uma teia de relações construída pelas ideias de identidade(s) cultural (culturais), herança ou memória colectiva. Esta herança cultural, que oscila num jogo entre a memória e o esquecimento, constitui o âmbito do património cultural de determinada sociedade que enceta estratégias de significação do seu próprio património através de diferentes tipologias de preservação. Importa, por isso, compreender de que forma se dá esta valorização que implica a aplicação de medidas e políticas acertadas visando a gestão integrada e harmoniosa num quadro do desenvolvimento.

Importa então compreender de que forma a ideia de património evoluiu, transitando de estanque a versátil, abrangente e mutável, consoante o seu contexto social, consumo e reconhecimento das suas tipologias de valor. O alargamento da noção de património vem reflectir-se na proliferação de espaços de activação cultural onde figuram os museus e consequentemente na redefinição de *objecto museológico*, na participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, na museologia como factor de desenvolvimento.

As práticas museológicas contemporâneas decorrem assim sob influência da mudança de paradigma da função social do museu, doravante atento às constantes transformações da sociedade. Neste contexto, tentaremos ocupar-nos do conceito designado por Nova Museologia, considerado renovador no meio museológico, uma vez que se vincula à comunidade num dado território, em detrimento do enquadramento tradicional num edifício, fazendo do território o objecto museológico,

propondo-se a identificá-lo, a conhecê-lo, a estudá-lo e a apresentá-lo. Esta mudança de paradigma, que centra a actividade museológica no cidadão consciente integrado numa comunidade enquadra-se na concepção Freiriana de *educação popular*, a qual Hugues de Varine considera integrar-se no trabalho comunitário dos museus de território, encarando-a como um instrumento para o desenvolvimento da comunidade. Ao permitir libertar a capacidade criadora dos indivíduos, leva-os a ocupar um lugar de actor cultural, social e económico, na sua comunidade e no seu território. Este processo de *consciencialização* dá então lugar a uma *cultura da iniciativa*, expressa na capacidade de *acção*, condição fundamental do *desenvolvimento comunitário*.

Depois de estabelecido o campo conceptual da nossa pesquisa prosseguimos com uma análise tão aprofundada quanto possível, tentando compreender as implicações do enquadramento geográfico, histórico, social e político na realidade em estudo. Concomitantemente, procedeu-se ao levantamento de entidades e instituições a actuar em S. Tomé e Príncipe na área da cooperação e do desenvolvimento e, para tal, tentaremos compreender ainda, de forma sucinta, o âmbito da cooperação internacional e suas estratégias para o desenvolvimento. Uma breve análise do quadro legislativo seguir-se-á, procurando encontrar os meios legais de actuação em torno da tríade cultura/património/museu.

Enquadrada e caracterizada, podemos então tomar contacto com a realidade santomense, permitindo-nos compreender aquela realidade sob o ponto de vista cultural e patrimonial, considerando a língua e outras manifestações e práticas evolutivas, aspectos e propostas de acção cultural e patrimonial bem como enquadrar a única estrutura museológica existente em São Tomé e Príncipe, criada no âmbito das medidas de patrimonialização encetadas aquando da formação do novo país.

A abordagem ao panorama cultural santomense resultou da pesquisa realizada no terreno através de uma recolha plurimetodológica, recorrendo-se a contactos informais e exploratórios e entrevistas semi-dirigidas conduzidas com base num guião-indicativo, direccionado a diferentes actores da vida cultural santomense, o estudo de caso intensivo, bem como a observação directa, da qual é um caso exemplar o I Fórum da Cultura de São Tomé e Príncipe, através do qual nos foi possível compreender o panorama cultural, bem como a teia de relações que se estabelece entre os diferentes actores da cena cultural santomense. Paralelamente procedeu-se ainda à recolha bibliográfica, da qual destacamos o espólio do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, onde tivemos acesso à imprensa local, fonte fundamental para a compreensão desta nossa matéria.

No que diz respeito à metodologia utilizada, gostaríamos de focar que, embora tenhamos cumprido em parte o que nos propusemos, não nos foi possível recolher maior número de opiniões junto de informantes que nos pareceriam importantes. Este facto deve-se, em grande parte, apesar dos vários contactos e tentativas sucessivas, à indisponibilidade destes para connosco colaborar.

Importa ainda referir a dificuldade que tivemos em abarcar todas as questões a que nos propusemos, motivo pelo qual alguns assuntos não puderam ser tão aprofundados ou sequer trabalhados. De facto, reflectindo sobre a necessidade que sentimos de abarcar todas as questões com as quais nos fomos deparando, devido à tipologia de trabalho pela qual decidimos enveredar, assumimos que possa ter sido um aspecto pouco vantajoso pela dispersão conceptual que dele advém.

A especificidade do tema em estudo, em muito influenciado pela zona geográfica, levou-nos a valorizar a prática interdisciplinar enquanto sistema relacional de disciplinas científicas, fundamental na necessidade de articular a complexa teia rizomática de temas em análise. A correlação entre as diferentes formas de recolha de informação e do seu tratamento permitiram a sua análise de forma mais abrangente, afastando-nos de uma interpretação unívoca da realidade em estudo.

Importa referir que a proposta que havíamos traçado inicialmente para uma via de acção patrimonial adequada à realidade santomense acabaria por ser alterada substancialmente, em virtude da nossa experiência no terreno. Sob pena de incorreremos numa proposta incongruente e desajustada àquele território procuraremos então apresentar um contributo capaz de repensar o processo de inventário participativo, integrando diferentes entidades num processo em que as comunidades locais têm um papel preponderante no reconhecimento do património. A nossa proposta decorre ainda de um olhar atento a outras realidades semelhantes, a fim de identificar estratégias e campos de actuação.

Pretende-se assim que a nossa proposta, por meio de património, promova um processo de mudança com vista ao desenvolvimento comunitário.

2. A prática da teoria¹

Mas, quando nada subsiste de um passado antigo, após a morte dos seres, após a destruição das coisas, apenas o cheiro e o sabor; mais frágeis mas mais vivazes, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, permanecem ainda por muito tempo, como almas, a fazer-se lembradas, à espera sobre a ruína de tudo o resto, a carregar sem vacilações sobre a sua gotinha quase impalpável o edifício imenso da memória (Proust, 2003:54).

Comecemos por delimitar o perímetro teórico deste trabalho, embora nos pareça quase tarefa impossível pelas constantes derivações a que a nossa temática nos leva. Importa, primeiramente, compreender alguns conceitos bem como a forma como podem estar articulados com a linha de pensamento que gostaríamos de traçar, integrada no âmbito geral da museologia.

Ao abordarmos conceitos como cultura, património e museu, rapidamente estamos enredados num universo interminável de perspectivas de análise e, por isso, indissociáveis de outras áreas disciplinares das ciências sociais, sendo por isso imprescindível adoptarmos uma abordagem interdisciplinar ao longo da nossa pesquisa. No campo conceptual importa, sobretudo, compreender como se constrói e caracteriza a identidade(s) cultural que se pode perspectivar como uma herança e, por isso, capaz de criar uma ideia, mais ou menos abrangente, de memória colectiva. Esta herança cultural, que oscila num jogo entre a memória e o esquecimento, constitui o âmbito do património cultural de determinada sociedade que enceta estratégias de significação do seu próprio património através de diferentes tipologias ou modos de preservação. Importa, por isso, compreender de que forma se dá esta valorização que implica a aplicação de medidas e políticas acertadas visando a gestão integrada e harmoniosa num quadro do desenvolvimento. Por outro lado, tanto do ponto de vista micro (organização familiar) como macro (comunidades) das estruturas sociais, interessa compreender como se processa esta vontade de patrimonialização, ainda que nem sempre se dê de forma consciente.

A memória colectiva condiciona a definição de conteúdo do(s) património(s), mantendo ou acrescentando uma herança cultural. O processo de patrimonialização decorre assim, fundamentalmente, das atitudes e da consciência expressas pelas comunidades e o principal critério em que assenta traduz-se na consciência íntima do grupo social de que um dado objecto pertence efectivamente ao seu património.

O alargamento da noção de património vem reflectir-se na redefinição de *objecto museológico*, na participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, na

¹ A partir dos títulos de Amílcar Cabral: “*A prática revolucionária*” e “*A arma da teoria*”.

museologia como factor de desenvolvimento, nas questões de interdisciplinaridade, na museografia como meio autónomo de comunicação (Moutinho, 1993:5). São estes alguns exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas, em tudo influenciadas pela mudança de paradigma da função social do museu, doravante atento às constantes transformações da sociedade.

2.1. O social no binómio memória/património

Interessa perceber, deste modo, como são gerados os sistemas de significação com que se constrói uma ideia de identidade colectiva, assumindo que:

«o reconhecimento de uma herança cultural e sua transmissão não se relacionam somente com preocupações políticas, eles supõem a continuidade de uma representação da história, tanto das ideias quanto dos acontecimentos. Assim, a própria ideia de património, ainda que nem sempre de modo consciente, perdura desde a Revolução Francesa como modo de reprodução das mentalidades colectivas». (Jeudy, 1990:5)

Neste contexto, e segundo uma perspectiva dialógica de interpretação, tentaremos analisar ainda o papel do museu e outras estruturas patrimoniais enquanto construções culturais resultantes de um processo que articula contextos políticos, económicos, sociais e históricos específicos, como uma necessidade de constante preservação de uma memória colectiva.

Partindo, por isso, de uma ideia de memória colectiva, hoje largamente explorada por vários autores, importa aqui compreender, e segundo Halbwachs (*apud* Anico, 2008:24; *apud* Jeudy, 1990:32), a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado que promove *um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado colectivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo que cristaliza os valores e aceções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem* (Peralta, 2007:5). Deste modo, a memória colectiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, precedendo-a, e assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço. Apesar de o passado ser utilizado, pelos diferentes grupos (sociais e políticos), por motivos instrumentais, a relação entre eventos do passado e do presente é uma relação mais complexa que deriva do facto da memória ser um sistema cultural de atribuição de significado que se produz ao longo do tempo. De facto, como resultado desta relação entre passado e presente, confere-se à memória uma característica que a inclui nos mecanismos de atribuição de significado próprios da cultura.

Uma concepção de cultura como dimensão simbólica constitutiva de todos os processos sociais (Peralta, 2007:15) , a atribuição de uma perspectiva temporal e a conjugação das abordagens

sincrónica e diacrónica, conferem um carácter mais claro aos mecanismos de incorporação do passado pelo presente (Peralta, 2007:16). Deste modo, e partindo da concepção de cultura que Geertz² apresenta, poderemos conceber uma ideia de memória enquanto parte integrante de um sistema cultural articulado de atribuição de significados. Assim, e num sistema dialéctico constante entre passado, presente e futuro, as várias percepções postas no plano da partilha podem corresponder ao mapa conceptual comum de um grupo, constituindo um mecanismo de produção de significado cultural. A evocação de um passado presentificado, constitui-se como uma interpretação criativa que permite mediar os dois tempos, entre a experiência e a recordação, num processo que converte o passado em memória. O passado consiste, assim, num sobrevivente que se concretiza no presente e se perpetua no futuro, num *sistema de criação de esquemas práticos de memórias e identidades, organizando a forma como os indivíduos entendem o mundo e nele actuam, ainda que conceda espaço para a maleabilidade e a improvisação, permitindo, nesta medida, a adaptação à mudança social. O passado não é, portanto, uma entidade fixa e rígida* (Peralta, 2007:17). Perante tal aceção, a memória colectiva afigura-se-nos como um mutável sistema cultural de atribuição de significados, configurando-se como um processo dinâmico de redefinição cultural, mediante o qual a sociedade mantém a estabilidade e a identidade enquanto se adapta à mudança.

Não é possível esquecer que a identidade é estruturalmente etnocêntrica: o indivíduo é o que é ou o que pretende ser devido à sua integração num grupo, instalado num território próprio, que se define não só pela sua estrutura específica, mas também pela diferença que o separa do outro. O território define-se por isso pela relação que sustenta com a história, e que se exprime não só na presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais e de marcadores, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, outros provindo do imaginário do indivíduo e da sua sociedade. Um homem define a sua identidade por meio de alguns suportes: primeiro pelo facto de pertencer a uma família, a qual está integrada num clã, numa comunidade, numa nação. Esta aparente dependência do indivíduo e da família em relação às unidades superiores, não deve contudo enganar-nos: é a soma das pequenas identidades que autoriza a construção global da identidade, a qual está historicamente ligada a um território (Henriques, 2003).

Apesar de se constituir como uma construção social, numa relação de partilha cultural no seio de um grupo social, a memória depende também da sua dimensão individual, i.e., pode ser entendida num quadro de referência partilhado de recordações individuais, onde memórias individuais, comumente partilhadas, integram um passado comum aos membros do colectivo,

² Segundo Clifford Geertz (1973), a cultura é definida como uma organização de padrões simbólicos através dos quais a experiência individual adquire um significado colectivo.

fornecendo assim as bases para a construção de uma significação colectiva. Desta forma, a construção da memória lidarà sempre com o binómio individual/colectivo, uma vez que o indivíduo, embora integrado num universo cultural específico, não deixa de estar moldado pelas suas experiências e expectativas individuais. Não subestimando o lado colectivo da vida consciente do indivíduo, mas sob pena de lhe retirar autonomia “passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada” (Fentress e Wickham, 1992:7), adoptemos, então, e abandonando uma ideia de *memória colectiva*, a expressão *memória social*³.

O consenso existente em torno da conservação dos patrimónios é abalado pela diversidade e contradições das representações do devir da memória das sociedades. Será exactamente da organização e tratamento da memória social que poderá surgir uma crítica da ideia de património, preterindo uma ideia de conservação pela de apreensão das suas funções sociais dentro de uma sociedade em mudança. Segundo Henri-Pierre Jeudy, uma nova concepção de património poderia ser articulada com as ideias de “antigo” e “novo”, em que o mesmo conceito faria a passagem entre os dois tempos, ao contrário da ideia de monumento, vinculada a um tempo passado. Este reencontro entre tradição e modernidade ter-se-à dado com o papel crescente da etnologia regional, a qual faz com que novas concepções do património se fundamentem numa dinâmica de memória colectiva (Jeudy, 1990:8).

Deste modo, e como vimos anteriormente, a ideia de património muda de dimensão consoante o seu contexto social, consumo e reconhecimento das suas tipologias de valor. Segundo Françoise Choay (2010), o património é visto como algo que estava, na sua origem, ligado às estruturas familiares, económicas e jurídicas. Requalificada com o tempo, a ideia de património admite agora uma pluralidade de adjectivos (histórico, artístico, material, imaterial, virtual, digital), admitindo-se como um conceito versátil, abrangente e mutável. Contudo, a noção de património continua a ser indissociável, ainda que com diferentes contornos na sua acepção, de outras categorias de pensamento como as de tradição, herança e cultura. A noção é antiga, embora a sistematização dos estudos sobre o tema remontem aos finais do séc.XVIII com a formação dos Estados-Nação. Sob este ponto de vista, o conceito de “património cultural” é aplicado para designar um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, com o objectivo de se conservar num mesmo espaço elementos

³ No decurso do texto apropriar-nos-emos ainda da expressão *memória colectiva* apenas no recurso a referências externas, afirmando, contudo, a expressão *memória social* como uma alternativa mais pertinente.

que permeiam a identidade e a memória social. Nesse sentido, gera-se a preposição de que preservar os diferentes patrimónios culturais consubstancia a preservação da memória social.

A aspiração social à preservação dos bens patrimoniais acabaria por se tornar um subsídio importante, quer o impulso quer o bem em si, para a consolidação da cidadania. Deste modo, a preservação dos patrimónios cultural, histórico e natural não tardaria a ser promovida pelas instâncias públicas. No ensejo da Revolução Francesa, e com a formação dos Estados-Nação, o poder público forja modelos institucionais que se destinam, de entre outros objectivos, a preservar a memória colectiva. Com a criação da Comissão de Monumentos Históricos em 1837 em França, institucionaliza-se um modelo operativo, embora existam evidentes discrepâncias entre os conceitos de monumento e património:

«Toda a interrogação actual acerca do sentido de património não se inscreve na perspectiva exclusiva de monumentalidade. Ao contrário ela busca uma nova via para traduzir uma valorização das memórias colectivas. Mesmo que a consagração dos signos culturais que servem de referência não seja abandonada, a ideia de monumentalidade sofre uma mutação do seu sentido usual. Havia castelos, igrejas, obras de arte..., e, doravante, há também prédios industriais, fundições, curtumes, cafés e lavatórios e uma quantidade infinita de objectos artesanais, industriais e agrícolas. E os modos de vida, de pensamento, de comunicação vêm completar as novas representações do património. Ao invés de ser considerado uma aquisição, o património apresenta-se como uma conquista e apropriação social, desafiando assim a regularidade burocrática da classificação em Monumentos históricos.» (Jeudy, 1990)

Uma nova abordagem acerca da função tradicional do monumento pressupõe que o património seja o objecto de um investimento no tempo presente e que não consista em recordar ou consagrar o passado. Em virtude desse entendimento, percebemos que a mesma Comissão de Monumentos Históricos se centrara numa ideia que visava a conservação e preservação de valores ligados ao passado. Contudo, a premissa inicial da mesma comissão, bem como de outras que emergiram neste contexto ou subsequentemente, visa a fundamentação de ideias de nacionalidade e, ao mesmo tempo, procura assegurar o acesso à informação social através da preservação dos bens patrimoniais. Note-se porém que, embora se opte por uma acção que vise a preservação, muitas vezes ela diz respeito a uma classe dominante, que valoriza a sua memória através dos seus antepassados, pretendendo com isso que todos se identifiquem com os seus acontecimentos históricos, com a sua forma de agir e pensar, presentes na materialidade de alguns patrimónios, constituindo tudo isto manifestações de afirmação de uma elite.

Só mais tarde, após a Segunda Guerra, na década de 50 do século XX, viriam a ser acrescentados às categorias daquela comissão outros objectos considerados de menor valor, mas já indicativos de uma ampliação na noção de património para a sociedade (Choay, 2010). Neste

sentido, aos objectos criados no presente e decorrentes de manifestações culturais, ou ainda, de espaços naturais, é-lhes enfim atribuído valor patrimonial. Em virtude da sua valorização simbólica, assim se traduz uma nova concepção de património na sociedade. Na realidade, é importante considerar outros elementos que permeiam o entendimento, aceitação e compreensão desses valores. Retomamos assim uma ideia de identidade e de memória social.

A ambivalência entre a destruição e a conservação não se resolve por uma lógica de património. Pelo contrário, ela é ocultada pelas regras dos “monumentos históricos” que definem uma ordem simbólica do passado. A ameaça de desaparecimento de um património não suscita até estes últimos anos resistências sociais importantes, pois a regularidade com a qual o processo de conservação se impõe baseia-se num reconhecimento implícito da sua necessidade. A ideia de património apresenta-se como uma evidência. Assim como todo o indivíduo viveria mal sem memória, também uma colectividade precisa de uma representação constante do seu passado. Apenas a gestão de um património e as escolhas da sua representatividade ainda escapam à colectividade que no entanto é a sua origem (Jeudy, 1990).

Na base dos movimentos associativos de preservação dos lugares marcados por uma história recente, permanece, então, a tentativa de gestão de uma memória colectiva. A reconversão de um património em objecto de museu, arrisca a que, neste processo, se perca a memória colectiva que lhe está associada, pela demonstração de signos que dela se quer fazer. Este momento de mediação pode promover uma ruptura entre memória e património, pela perda de carga aurática⁴ de que se reveste este processo, não se configurando, porém, enquanto sintomas de uma dessacralização da conservação, mas, pelo contrário, uma oportunidade de renovação do seu papel com uma finalidade museográfica.

As representações existentes nas formas simbólicas de valorização patrimonial delineiam o entendimento das práticas sociais de protecção e preservação do património, enquanto testemunho da vida humana que perpetua os saberes, valores, hábitos, costumes, etc. A preservação da

⁴ Utilizamos aqui uma expressão de Walter Benjamin. Segundo o autor, as técnicas de reprodução em massa acabam por comprometer a obra de arte, uma vez que a transformam em objecto de consumo e transformam o seu valor característico em valor de exposição. “O conceito de aura permite resumir essas características: o que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é a sua aura” (Benjamin, 1992:79). Porém, “o valor de exposição começa a afastar, em todos os aspectos, o valor de culto” (Benjamin, 1992:79). Como consequência favorável a este desencantamento, a obra passível de reprodução, assume, contudo, um carácter mais democrático e próximo das massas (apesar da ambiguidade que circunda tal relação). Neste ponto, Benjamin acredita que a técnica pode transformar-se em ferramenta para viabilizar caminhos mais prósperos para a humanidade.

identidade e memória patrimonial é testemunho da prática da cidadania. Cada vez mais, políticas preservacionistas estão integradas numa parceria entre o público e o privado. Este processo resulta, assim, da relação entre sujeito, estado e património. A preservação, neste sentido, resulta de um processo colectivo dado num contexto específico. Não obstante, a ampla compreensão da noção de património é um factor indispensável no processo de fortalecimento da identidade e da cidadania individual e colectiva.

2.2. Da memória social ao impulso museal

A ideia de novo património⁵, anteriormente mencionada, é equívoca pois baseia-se na salvaguarda de símbolos que a conservação cultural tradicional não levava em conta. A ideia apresenta-se como um desafio, embora reproduza a lógica do processo de conservação patrimonial.

«Se o museu clássico permanece na ordem da monumentalidade, os polimuseus, os ecomuseus, as cidades de museus...traduzem a vontade de estimular a criatividade e a inovação para além de um simples cuidado de restituição. Assim a promoção dos “novos” patrimónios coincidiria com a universalização de um conhecimento activo e pluridimensionado que transforma a operação museal no eixo social da comunicação.» (Jeudy, 1990:10 e 11)

Relativamente a esta questão, acompanhamos ainda as palavras de Henri-Pierre Jeudy:

«Um património uma vez constituído não é mais que um museu do social. Ele necessita de uma teatralização permanente que não é redutível ao espectáculo que uma estrutura museográfica oferece. Dois tipos de teatralidade se confrontam então, uma está presente na descoberta dos múltiplos elementos que constituem virtualmente um património, a outra refere-se a um “retorno à cena” que se efectiva nos limites de um museu. As duas teatralidades estão em contradição pois a segunda, apesar de ser objecto das animações culturais mais subtis, consagra totalmente o princípio da conservação. A primeira corresponde ao ritmo e ao entusiasmo colectivo do desvelamento das memórias colectivas, e participa, mesmo voltando-se para o passado, de um história em actos. No entanto, é a museofilia que parece cada vez mais estimular colectivamente os laços constitutivos dos patrimónios e das memórias colectivas.» (Jeudy, 1990:13 e 14)

Em consonância, o mesmo autor adianta que a tendência colectiva para a museografia - isto é o desejo de reavivar os espaços da memória, recolhendo e preparando objectos, reunindo relatos e imagens que evocam aspectos da vida passada - une os poderes políticos que procuram a consagração da sua imagem junto de grupos sociais específicos construindo museus, pelo papel que adquire no reconhecimento de uma identidade.

⁵ Embora o autor (Jeudy, 1990) se refira especificamente ao património industrial, aqui será com um sentido mais amplo, englobando todo e qualquer tipo de património, símbolo da memória social.

Interessa pois perceber o sentido de tal “pulsão museófila” colectiva (Jeudy, 1990). De facto, é de uma relação estranha entre lembrança/esquecimento e uma teatralidade que valoriza os objectos que nasce uma concepção quase religiosa da imutabilidade do mundo. A museofilia encontra-se, assim, num jogo da cientificidade ficcionada tentando gerir, porém, este seu impulso conservacionista. Esta acumulação de signos do passado depara-se, então, com as múltiplas questões relativas à compreensão do ímpeto de conservar. Importa, por isso, compreender *o que* conservar, *porque* conservar e *como* conservar. Tudo poderia ser conservado, porém tal acumulação de objectos e signos culturais acaba por ultrapassar o próprio sentido da conservação, perturbando, até, o papel das acções mais dinâmicas da multiplicidade das construções da memória, concedido, por exemplo, aos museus. É precisamente contra um impulso preservacionista, pela vontade, quase libertária, de manutenção de todas as memórias, que o empreendimento patrimonial luta, na premente necessidade de gerir os patrimónios. Ora, o papel do esquecimento, toma aqui um papel fundamental, enquanto elemento de higienização da sociedade à semelhança do que acontece com o corpo humano, combatendo o perigo de petrificação das culturas. *A lógica da salvaguarda dos patrimónios não será mais ameaçada pela decomposição ou desaparecimento eventual dos traços, objectos e signos, mas pelo poder destruidor das memórias* (Jeudy, 1990). Mais do que conservar, preservar, salvaguardar e classificar finamente, é preciso também deixar esquecer para que o lugar da memória possa ser ocupado por outras memórias, estas contemporâneas.

Por via da patrimonialização atribuem-se novos valores, sentidos, usos e significados a objectos, formas, modos de vida, saberes e conhecimentos sociais. Neste processo, os especialistas (arqueólogos, antropólogos, arquitectos, historiadores da arte, etc.) são vitais, sobretudo enquanto criadores de uma legitimidade patrimonial selectiva. Os especialistas certificam o valor dos elementos culturais patrimonializáveis e reconhecem como bem de tutela pública o que antes não estava reconhecido como tal. Porém, a patrimonialização é, acima de tudo, *o processo pelo qual certos bens ou elementos são apreendidos pelos membros de uma comunidade ao ponto de decidirem salvaguardá-los ou preservá-los, assegurando-lhes continuidade, passando ou não a integrá-los num museu e a atribuir-lhes um estatuto particular como património - o de objecto museológico* (Filipe, 2000).

Acompanhando as mudanças da sociedade contemporânea - resultantes dos processos de urbanização, industrialização e massificação da cultura, das migrações e transnacionalização dos bens (materiais e simbólicos), da globalização e das formas de integração económica – a evolução e

o alargamento do conceito de património, a que se associou o de objecto museológico, repercute-se nas políticas de investigação e de aquisições dos museus, no seu âmbito funcional e, evidentemente, na sua programação (Filipe, 2000).

De facto, a ampliação do campo de referentes culturais a recordar e a preservar evidenciaria a proliferação de espaços de activação cultural, como os museus, monumentos, arquivos, bibliotecas ou outros rituais públicos de recordação e comemoração, que permitem sustentar identidades colectivas.

A existência de diferentes sensibilidades culturais e sociais está intrinsecamente dependente de um contexto, influenciando assim o desenvolvimento da museologia e imputando-lhe, em certa medida, a necessidade de tomar consciência da realidade social e cultural em que se insere, dependente, por isso, das idiossincrasias de cada momento. O director geral da Unesco, Federico Mayor, na sessão de abertura da *XV Conferência Geral do ICOM*, 1972, resumiu este esforço de adequação das estruturas museológicas às condições da sociedade contemporânea da seguinte forma:

«A instituição distante, aristocrática, olímpica, obcecada em apropriar-se dos objectos com fins taxonómicos vai dando lugar cada vez mais a uma entidade aberta ao meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pelo aparecimento de museus comunitários, de museus “sem muros”, de ecomuseus, de museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica».

Os museus foram registando, assim, diferentes transformações no contexto das sociedades em mudança como as pós-industriais, pós-coloniais e pós-modernas. Depois do seu entendimento como mausoléus ou santuários ou depósitos onde se guardam coisas antigas⁶, os museus converteram-se em lugares de interpretação, estudo e investigação e, mais tarde, em centros de educação. De símbolo de modernidade e progresso de uma civilização ocidental, o museu foi adquirindo uma posição menos estanque, numa diversificação das formas e conteúdos, das suas teorizações e práticas, bem como revendo as suas fronteiras relativamente a outras instituições culturais. O objectivo da acção do museu foi-se então alterando ao longo dos tempos, assim como a sua caracterização e funções. De “coleções de objectos” passou a tratar dos “testemunhos materiais

⁶ Referimo-nos a uma ideia de Museu tradicional que, a partir de uma aproximação historicista e positivista, se focava nas colecções, potenciando, através destas, as funções museológicas de adquirir, conservar, investigar e difundir. Aqui, e segundo Stephen Weil, pode definir-se um tipo de museologia formalista, centrada no papel fundamental do museólogo/conservador (capacitado para interpretar o objecto), em detrimento do visitante, o qual ocupa um papel passivo dentro da esfera museológica, sem qualquer tipo de protagonismo (Hernandéz, 1994:155).

da natureza e do Homem” e, em 1972, falava-se já em “testemunhos representativos da evolução da natureza e do Homem”⁷.

Constatou-se então a desvalorização cultural do objecto e uma consequente valorização do discurso, levando Tomislav Sola (*apud* Hernández, 1994) a afirmar que *os museus não mais existem para os objectos que contêm mas para os conceitos e ideias que os mesmos podem transmitir*.

Num momento identificado por alguns autores como uma “crise de identidade” (Anico, 2008), os anos 60 e 70 do século XX foram particularmente marcantes no campo da museologia, pelo debate que se assistia acerca do papel dos museus que deixavam de ser um factor determinante na vida das sociedades. Por outro lado, a inexistência de uma perspectiva sustentável da instituição museológica, tornando-a, por isso, pouco rentável, vê a sua credibilidade perder-se, de forma acelerada, junto dos poderes políticos. Por conseguinte, Tony Bennet (1990) identificou dois princípios nos discursos políticos acerca da reforma do museu: primeiro, o princípio do direito público, que se sustenta na exigência de que os museus devem ser igualmente abertos e acessíveis a todos; e, em segundo lugar, o princípio da adequação da representação, sustentado pela exigência de que os museus devem representar adequadamente as culturas e os valores dos diferentes grupos da população.

As novas acepções teóricas colocavam em causa a museologia tradicional, a favor de uma museologia voltada para a comunidade e preocupada com o seu papel social. É no fulgor deste debate que, nos anos 1980, aparece o conceito designado por Nova Museologia⁸, considerado renovador no meio museológico. A nova museologia corresponde a uma museologia activa que segue princípios operativos, tais como: participação da população, território, memória colectiva,

⁷ Mesa Redonda organizada pela Unesco em Santiago do Chile, 1972.

⁸ Um movimento de nova museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na “Mesa-Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo ICOM, influenciada pelas discussões promovidas pela UNESCO sobre o papel e função do património na sociedade e pelos questionamentos do Maio de 68 acerca do papel dos museus numa sociedade em transformação. Produz-se então um documento inovador e de extrema importância para a museologia, que apela a um museu de acção comprometido com questões sociais, económicas, educacionais e políticas, constituindo-se assim, os princípios de base para um “museu integral”. É ainda focado o papel político do museólogo e o reconhecimento da importância do cidadão em todo o processo de preservação, entendimento e divulgação do património cultural. Seguindo esses pressupostos é elaborada em 1984 a *Declaração de Quebec*, na qual é feito o reconhecimento da “Nova Museologia”. Ainda em 1984, a Declaração de Oaxtepec que assume um trinómio de base para uma nova acção museológica: património/território/população e pela primeira vez refere o Ecodesenvolvimento. O termo viria a propagar-se através da criação de dois grupos: o MNES (Association Muséeologie Nouvelle et Expérimentacion Sociale, fundado em 1982) e o MINOM (Movimento Internacional da Nova Museologia, fundado em 1985). Em 1992, vinte anos após a “Mesa Redonda de Santiago”, é elaborada a Declaração de Caracas, um documento que procura actualizar os conceitos do documento de Santiago.

objecto social, interdisciplinaridade, o desenvolvimento comunitário, criatividade, qualidade de vida (Nabais, 1993:47).

Deste modo, o interesse museológico centrado no objecto transfere-se para a comunidade, dando lugar a um novo conceito de museu entendido como um instrumento necessário e ao serviço da sociedade (Hernández, 1994).

Assim, a Nova Museologia vincula-se à comunidade num dado território, em detrimento do enquadramento tradicional num edifício, fazendo do território o objecto museológico, propondo-se a identificá-lo, a conhecê-lo, a estudá-lo e a apresentá-lo. A noção de colecção, é, por sua vez, substituída pela de património (material, imaterial, natural e cultural). A nova amplitude do conceito de património inclui o que se encontra dentro e fora do museu. Com isto queremos referir que a salvaguarda, estudo e divulgação já não se restringem às colecções, racionalmente organizadas, fruto do pensamento moderno, mas alargam-se a todo um património constituído pela cultura material, que tanto pode passar pela arquitectura civil, religiosa, militar ou outra, como por toda a tradição não material, como por exemplo a cultura oral (Magalhães, 2003).

A ideia principal desta nova corrente é, segundo Hernández (1999), o facto de o museu ser visto como uma entidade social capaz de se adaptar às necessidades de uma sociedade que está em constante mutação. É a partir deste ponto de vista que se tenta desenvolver um museu vivo e participativo, que se define pelo contacto directo entre o público e os objectos que se mantêm no seu contexto original, nomeadamente através da conservação *in situ*, resultado do alargamento da noção de património e, conseqüentemente, de museu. A Nova Museologia consistirá, então, numa *filosofia*, num sistema de valores e numa atitude ou predisposição para uma intervenção de cariz social (Filipe, 2000:5).

O movimento que se gerou, em torno da renovação das teorias e práticas museológicas, segundo Marc Maure (*apud* Fernández, 1999:82), criou um novo e triplo paradigma que resultou na triangulação de três categorias: *da unidisciplinaridade à multidisciplinaridade, do público à comunidade e do edifício ao território*. A nova visão processual da museologia encontra assim sentido na participação das pessoas e dos diferentes grupos na comunidade.

É assim que, a partir dos anos 70, os ecomuseus surgem integrados na nova museologia como uma forma de museologia activa; devendo antes de mais preocupar-se com o desenvolvimento das populações, eles devem ter uma acção social interventiva (Nabais, 1993:46,47). Considerando o

ecomuseu como uma das tipologias enquadradas pela Nova Museologia, este designa a nova forma de museu de tipo activo (interventivo) que tem por objectivo a salvaguarda e a divulgação do património natural e cultural (material e imaterial), num território mais ou menos vasto, envolvendo concomitantemente a comunidade nessas actividades.

A ecomuseologia traz consigo um novo entendimento de museu, em oposição ao museu tradicional, considerando o território e a comunidade local o seu objecto museológico, através da interpretação do património cultural e natural em toda a extensão territorial e investigando as relações ocorridas ao longo do tempo através de uma abordagem interdisciplinar, realizando actividades com e para as pessoas da população, tendo como objectivo o desenvolvimento global da comunidade.

O novo paradigma da museologia, ao “deslocar” o conceito de museu, *do edificio para o território e do público para a comunidade*, derrubou radicalmente os “muros do museu”, dando lugar a processos museológicos que emergem da comunidade. Nesta perspectiva, *coleccionar/ recolher, preservar e difundir* são operações que um *museu de novo tipo* assume em parceria com a comunidade em *processos socializantes* que contribuem para a *qualificação da cultura* (Victor, 2005). O museu e os museólogos passam a ser sujeitos sociais comprometidos com o desenvolvimento e os membros da comunidade seus parceiros. A especificidade dos saberes profissionais contribuem para a gestão de conhecimento e a criação de novos diálogos com a comunidade. Segundo Alonso Fernández (1999:108), o funcionamento do museu baseia-se na participação activa dos membros da comunidade, segundo um processo museal baseado numa relação dialógica estabelecida entre o museu/museólogo e os membros da comunidade. Nesta relação a comunidade toma então um papel preponderante e activo e os sujeitos, especialistas sobre questões relativas à sua própria história e meio ambiente. Ora, neste contexto, o museólogo ganha um novo papel, o qual implica dotar os membros da comunidade dos instrumentos conceptuais e materiais que lhes permitam fazer parte do processo de recolha, preservação, investigação e difusão do seu próprio património. Para Hugues de Varine (1991), os profissionais dos ecomuseus devem encontrar estratégias que levem toda a comunidade a participar no desenvolvimento do território, com e pelo seu património, ou seja, a participar no seu próprio desenvolvimento. Nesta mudança, o museólogo deve abster-se de assumir uma postura paternalista ou de imposição de um poder institucional.

É, sem dúvida, desta mudança de paradigma, que centra a actividade museológica no cidadão consciente integrado numa comunidade, que a nova museologia é originária. Trata-se, porém, de

uma mudança consciente, fruto de um longo processo reflexivo apoiado nas doutrinas e convicções de intelectuais e pedagogos como o brasileiro Paulo Freire que, através da sua teoria de educação como prática de liberdade (Freire, 1987), aplicou como pedagogo o conceito “consciencialização”, isto é a mudança de papel do cidadão enquanto homem-objecto (concebida pela sociedade de consumo) para homem-sujeito. Ora, é desta mudança de paradigma no processo educativo que, agora centrado no indivíduo, um novo modelo de ensino se cria, a partir dos saberes e das memórias individuais, facilitando, assim, o processo de ensino-aprendizagem. Num processo de libertação, a *educação popular* pretende que o indivíduo (educando) crie as suas próprias ferramentas que lhe permitam, autonomamente, reflectir acerca da sua condição. Esta tomada de consciência acerca do seu papel na sociedade - papel este, muitas vezes, socialmente imposto - pressupõe as condições necessárias para lidar com esta sua condição, procurando saídas, ou melhor, alternativas de melhoria de suas condições sociais, alcançando, assim a liberdade. Porém, este processo não pode acontecer por uma via impositiva, mas antes por um processo de auto-descoberta, de “consciencialização”, ainda que nele esteja implicado o educador-facilitador. Dessa forma, e segundo Paulo Freire “o processo de libertação não pode ser feito de forma impositiva sobre os oprimidos”(Freire, 1984:9).

Hugues de Varine (2004), na sequência da concepção Freiriana de *educação popular*, considera que esta metodologia educativa⁹ se enquadra no trabalho comunitário dos museus de território, encarando-a como um instrumento para o desenvolvimento da comunidade e que, desta forma, se formula dentro do pressuposto da “animação consciente”¹⁰, permitindo libertar a capacidade criadora dos indivíduos e de os levar a ocupar um lugar de actor cultural, social e

⁹ Por oposição à Educação Popular - cujo objectivo é o desenvolvimento da comunidade através do envolvimento participado dos indivíduos da população local, num processo que considera os sujeitos como recursos na selecção, valorização, recuperação e partilha dos patrimónios, e que julgam ser identitários dessa comunidade - temos a Educação Patrimonial que, através de uma selecção prévia do património, o toma como instrumento estratégico de promoção e vivência da cidadania, seguindo as demandas das políticas culturais e trabalhando numa literacia cultural, essencialmente com as escolas, de forma a responsabilizar os elementos mais novos da população pela herança colectiva e pela sua perpetuação no tempo. Note-se, porém, que o que decorre da Educação Popular assim como da Educação Patrimonial é nada mais que um processo. Da mesma forma que um educador não pode pressionar o educando a libertar-se, não cabe ao mesmo, ou ao Estado, ditar o que é património. Antes de qualquer coisa é preciso possibilitar ao educando que perceba a sua condição na sociedade, assim como a hipótese de escolher o que deve ser ou não património.

¹⁰ Segundo Hugues de Varine a “animação consciente”, acompanha o desenvolvimento comunitário através do apelo à participação activa e criativa dos indivíduos, em vez da “animação promocional”, vulgarmente divulgada nos museus e que relaciona um produto a um público-alvo proclamando a ilusória satisfação dos públicos, pois o seu único fim é a promoção do produto. Para Varine, há duas outras motivações principais na opção pela realização deste tipo de animação: por um lado, justificar a existência da instituição museológica e, por outro, a valorização do património (Varine, 1978).

económico, na sua comunidade e no seu território. *Chega-se assim, e de forma algo surpreendente, a passar muito rapidamente da tomada de consciência à tomada de confiança em si mesmo, em seguida à iniciativa, e daí à organização colectiva* (Varine, 2004).

Impõe-se agora como necessária uma breve interrupção, para assim compreendermos alguns conceitos que até aqui referimos e que doravante se tornarão fundamentais no exercício de análise que faremos. Adoptando então o sistema de significação de Hugues de Varine (1991), entendemos por *comunidade* uma população que vive num território, consciente das afinidades e diferenças existentes entre os seus elementos, assim como das relações destes com o seu ambiente, e cujo futuro é, pelo menos parcialmente, comum. As comunidades podem depender de estruturas institucionais (de natureza política, técnica, económica - colectividades locais, empresas, etc.) ou formar estruturas espontâneas (agrupamentos de indivíduos, podendo estar ou não constituídos legalmente, cujo objectivo social seja definido livremente), podendo tomar diferentes dimensões, de carácter mais ou menos local (de vila, região, país, nacional; de empresa, religião, escolar, familiar, etc.). Não esqueçamos que cada indivíduo pode fazer parte de mais de uma comunidade, embora umas possam depender das suas escolhas individuais e outras não, estando por isso condicionada toda a sua existência às comunidades a que pertence.

Embarcados que estamos, aproveitamos o ensejo para abordar a definição que o mesmo autor faz de *desenvolvimento comunitário*, construindo-a enquanto ideia agregadora de conceitos, actos, esforços que visam promover o crescimento social, cultural, económico e humano em geral de determinada comunidade, por iniciativa dos seus membros, que actuam individual ou colectivamente. Baseando-se assim no diálogo entre conceitos como o de desenvolvimento no seu sentido mais lato (não restringindo apenas ao sentido economicista do termo, mas ao desenvolvimento harmonioso do homem e da sociedade mediante o equilíbrio constante entre a tradição e a inovação espiritual e tecnológica), quadro comunitário natural (espaço crescente que engloba sucessivamente a família, o ambiente profissional, a rua, a cidade, o país, etc.) ou ainda de um desenvolvimento procurado pelas comunidades (sucessivas e simultâneas) que seja desejado e planeado, através de uma postura crítica, por estas comunidades e seus membros, quer individualmente quer colectivamente (Varine, 1991). É certo que as diferentes comunidades devem dialogar, concorrer, completar-se, a fim de executarem modelos de desenvolvimento compatíveis.

O desenvolvimento comunitário configura, então, a dimensão política da via cultural, entendendo-se por *cultura* o conjunto de soluções encontradas pelo homem e pelo grupo para os problemas que o meio natural e social apresenta. Assim sendo, a cultura tem um carácter

essencialmente comunitário, afastando-se de uma definição tanto generalista quanto individualista e limitativa do campo cultural que considera apenas os feitos de genialidade do homem e da humanidade.

À cultura da criação-decisão, reservada a uma elite e a profissionais graduados, e suportada pela tecnocracia e legitimada por uma democracia descomprometida, deverá suceder-se, nas palavras de Hugues de Varine, uma *cultura da iniciativa*. Tornando-se num acto criador por excelência, apesar de não se constituir num devaneio intelectual sem qualquer aplicabilidade, mas na capacidade dos membros de uma sociedade de encontrar soluções originais para os problemas com que se deparam. A *iniciativa* é, assim, a génese da mudança por se constituir enquanto uma resposta baseada na identificação e análise de um problema com as suas complexidades, seguido-se de uma definição de estratégias e, por conseguinte, a delimitação de um objectivo, isto é, a concepção de um projecto. As motivações que lhe deram origem são pouco importantes, se espontâneo ou planeado, essencial será a será a génese comunitária da iniciativa, alimentada por elementos provenientes do capital da experiência colectiva, característicos da comunidade ou exterior a ela. A iniciativa constitui, assim, a condição fundamental do desenvolvimento comunitário. Contudo, se a iniciativa pode ser o impulso, é na acção que se concretiza esta vontade primeira.

A acção (enquanto pedagogia e libertação) é a linguagem privilegiada da cultura uma vez que é um meio de exprimir, provavelmente melhor que as palavras, a relação que mantemos com o meio e com os outros. Isto porque a acção (da forma como a entendemos) tem por objectivo mudar uma dada situação, resolver um problema preciso. A acção não é, portanto, importante *per si*, mas pelo facto de ser a concretização de uma iniciativa. Ela deve obter resultados mínimos, como o de alcançar os objectivos definidos pela iniciativa; aumentar a experiência e por isso o nível de conhecimento do indivíduo ou do grupo que tomou a iniciativa, contribuindo para o enriquecimento do capital comunitário; ou ainda constituir uma etapa no seio da evolução colectiva que pode encetar novas iniciativas. Assim resulta uma pedagogia de libertação envolvendo todos os actores de desenvolvimento, tornando, através da consciencialização, o indivíduo ou o grupo social em sujeito consciente, e não mais uma vítima da sua vida e do seu futuro.

E assim retomamos uma ideia que havia sido interrompida, na tentativa que foi, através deste breve enquadramento, uma aproximação aos conceitos relacionados com a *utilização social* e com o *bem estar dos cidadãos*, que apresentam os museus como instituições sociais ao serviço da comunidade. Segundo este modelo, o museu terá um papel fundamental na compreensão do

território e da identidade, servindo para promover a valorização social, económica e cultural localizada numa perspectiva de desenvolvimento global e equilibrado do território. Num processo democrático, por excelência, na sua abordagem multi, inter e transdisciplinar do território, concebendo o museu como uma componente importante do seu desenvolvimento. Corroborando Alice Semedo (2006:79), para além do museu como “recurso identitário”, o que é também fortemente proposto já não é tanto o “museu-animador” mas sim o “museu-curativo”, ou “museu-útil”: propõem-se projectos que deveriam tentar responder às ansiedades da sua comunidade, apoiando-a na sua questionação e encorajando a descoberta de soluções para estas questões. Para que tal ambição se cumpra, será então necessário adoptar uma museologia dinâmica e de acção, centrada na comunicação de ideias e problemas. A intervenção cultural significava agora que a população era envolvida no processo de criação e fruição, nomeadamente através da apropriação do seu próprio património. Território e população, identidade e desenvolvimento começaram a ser apresentados como fazendo parte integrante de alguns projectos museológicos (Semedo, 2006:79).

2.3. Museu em contexto

Apresentando-se o museu com o propósito de fornecer símbolos culturais destinados a conferir um sentimento de pertença, permanência e continuidade em relação ao passado, encerrando em si mesmos a capacidade de se metamorfosearem no sentido da redefinição dos seus significados no presente, com o propósito instrumental de construção de identidades colectivas, particularmente importantes no quadro dos movimentos de globalização em que culturas e identidades se complexificaram e desterritorializaram (Anico, 2008). A construção deste sentimento de pertença e da redefinição de uma identidade colectiva é tanto mais evidente em sociedades pós-coloniais, ávidas de encontrarem o seu cunho identitário cultural, num período conturbado e de profundas mudanças sociais e políticas, em que uma grande utopia libertária passou a ser o mote para a construção das identidades dos povos de África (Augustoni e Viana, 2010:189). Porém, após a descolonização, há uma nova crise identitária que se configura. Após décadas sob o jugo colonial, o próprio sujeito precisa de se reconhecer e legitimar a si próprio.

Segundo Alda do Espírito Santo (1978), o continente Africano e as áreas do chamado Terceiro Mundo constituem as áreas do planeta que, conhecendo a dominação política e económica e a usurpação dos seus recursos naturais e humanos, foram efectivamente afectadas na sua evolução cultural. Contudo a violência do capitalismo e do imperialismo conduziram paradoxalmente os povos africanos a contraporem a sua resistência, como poderosa força de resistência, como analisou

Amílcar Cabral na obra «*A arma da teoria*». Constituindo a luta de libertação “um processo cultural” (Cabral, 1976:221), a luta dos povos africanos, pela sua verdadeira emancipação conferiu a esses povos um sentido novo de análise das suas culturas, dissecando com objectividade os aspectos positivos e negativos do seu património, conscientes de que a permuta recíproca, sem ambivalências e sem tentar implantar o imperialismo cultural, é uma forma de intercâmbio válido e de cooperação universal.

Neste contexto, e voltando a atenção para a questão da construção das identidades culturais na contemporaneidade, dificilmente se escapa da problemática da configuração identitária do sujeito que se situa num tempo e num espaço marcado pela descolonização tardia. No século XX, vários países de África ainda se encontravam sob a égide de nações ocidentais, mormente europeias. Vitimizado por grandes equívocos no trato, nos conceitos e no referencial quanto ao que seria África e quem ou como seriam as gentes africanas, o continente, durante séculos, foi visto como um bloco único composto de *gente bárbara*, designada de forma simplista como “africano” ou “negro”, signos identitários que na contemporaneidade são reconhecidamente insuficientes para dar conta da diversidade étnica, cultural e racial dos povos e nações africanas. Esta questão torna-se tanto mais complexa quando, no quadro africano, nos deparamos com São Tomé e Príncipe, uma “sociedade inventada” (Henriques, 2000), construída através de um longo processo de aculturação *dos povos transferidos, das culturas transportadas, das línguas postas em convívio, originando importantes sínteses, que deram lugar a um outro povo* (Neves, 1989:189).

Se é certo que a cultura é um valor universal, que o intercâmbio forçado ou consequente influi na estratificação de determinadas áreas culturais, contudo cada povo conserva a sua identidade específica, delimitada pelos sistemas económicos e sociais, que entravaram a sua projecção, ou concorreram para a sua evolução (Santo, 1978).

«Se, de facto, o problema da identidade do indivíduo, duma comunidade ou de um povo for um problema de particularidades individuais ou de um conjunto de elementos intrínsecos ao indivíduo ou comunidade, elementos esses que, os permitiu distinguir dos demais, então, os museus devem ser um veículo de transmissão de conhecimentos e um meio através do qual preservamos o que é nosso, portanto que nos difere dos outros».
(Cardoso, 1991:29)

Os museus são então chamados a *cumprir essa função sobretudo quando tomamos em consideração a própria dinâmica da cultura, que é um elemento de expansão, em desenvolvimento, cuja característica fundamental é a sua íntima ligação, da dependência e de reciprocidade, com a realidade económica e social do meio, com o nível das forças produtivas e o modo de produção da sociedade que a cria* (Cardoso, 1991:29). O museu torna-se num centro onde se exprime uma

dinâmica social de grupos que trabalham sobre a sua identidade, filiação e legitimidade, utilizando a memória e o passado como “motores” de tal reflexão. O social torna-se, assim, o objecto privilegiado da gestão cultural e a museologia e a educação popular legitimam-se, demonstrando o drama do deslocamento e do tecido social e da desintegração dos corpos sociais no decorrer das grandes transformações da sociedade (Jeudy, 1990:32).

Deparamo-nos então com a questão que, já em 1991, no III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, se tentava compreender, subordinado que estava ao tema “Que museus para os países africanos de língua portuguesa?”.

Natália Correia Guedes, admitindo que a solução do museu tradicional nas zonas urbanas, através da reformulação de colecções já existentes e completando as que são embrionárias, bem como da constituição de uma Rede de Museus Nacionais e regionais, seja uma urgência, questiona-se(nos) porém:

«Interessará provocar o aparecimento de museus locais ou será mais sensato aproveitar a experiência e infra-estruturas de um museu regional mais próximo para fazer acções de sensibilização, de inventário, de registo gráfico e sonoro, mantendo os objectos no local de origem em plena utilização, sem a preocupação de constituir oficialmente antenas? (...) a própria comunidade local africana encontrará o caminho certo na conservação do seu património se o Museu Regional a elucidar devidamente sem a pretensão de impor nenhum modelo pré-estabelecido». (Guedes, 1991:195)

Apesar da independência dos países, outrora sob jugo colonial, parece-nos fundamental contemplar o papel da cooperação, pela importância que será estabelecer um diálogo com os países que exerceram soberania nesses territórios ou os que possam ter interferido na construção das identidades culturais de modo a que a respectiva representação esteja assegurada na devida proporção temporal e sobretudo na identificação e conservação das memórias. A língua, e por conseguinte o espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), será um veículo fundamental para uma cooperação de ampla abrangência através quer de recursos técnicos quer financeiros.

É neste quadro que nos importa arquitectar um esquema conceptual e operativo centrado na instituição museu enquanto *um instrumento – suplementar e complementar – para acompanhar e alimentar as dinâmicas do desenvolvimento do território*, como o define Hugues de Varine, complementando:

«O museu é testemunho da implicação da comunidade, que se empenha pelo seu património num movimento colectivo. Enquanto museu de território, é o único dispositivo que permite mobilizar globalmente o património do território como recurso, de federar à sua volta os respectivos proprietários, de sensibilizar a população, de trabalhar eficazmente com a escola e as estruturas de educação popular». (Varine, 2005:11)

Do conceito de ecomuseu interessa-nos, assim, uma ideia de mutabilidade e consequente capacidade de adaptação às mudanças inesperadas decorrentes da cada sociedade e, fundamentalmente, da capacidade de adequação à sociedade em que está inserido. Na sua definição, Georges Henri Rivière estabelece que esta tipologia de museu é um instrumento que o poder político e a população concebem, fabricam e exploram conjuntamente. Ele deve ser também um espelho, onde a população se contempla para se reconhecer, onde procura a explicação do território no qual está enraizada e no qual viveram todos os povos que a precederam, na continuidade e descontinuidade das gerações (Soares, 2006).

Ancorados nesta perspectiva, será mediante uma colaboração entre a comunidade e a instituição que esta, estando ao seu serviço, com ela concebe as estratégias de gestão patrimonial. Parece-nos fundamental aqui referir a génese do processo do Ecomuseu do Seixal, pela adequação que dela gostaríamos de fazer. Acerca deste ponto, Graça Filipe, aponta:

«O que particularizou, em primeiro lugar, a política patrimonial e o processo museológico do Seixal, foi o património identificado, num dado meio social e natural, e as circunstâncias que levaram à sua selecção, interpretação e apropriação colectiva, sob a acção de elementos que se tornaram protagonistas daquele processo e de cuja intervenção, ancorada numa estreita relação com a comunidade, mas em crescente aproximação à museologia profissional, emergiu a necessidade de recorrer à programação museológica. (...) Importa-nos compreender como se processa a apropriação e o reconhecimento de certos bens, em particular os casos que contam com a intervenção directa ou indirecta do museu com a comunidade a assumir a responsabilidade ou a atribuir aos seus representantes a incumbência de gestão do património ou dos bens que, por essa via, se configuram como tal. Pensamos que ao museu cabe um papel da maior importância no processo de patrimonialização que implica métodos cada vez mais exigentes e onerosos, com suporte técnico e científico adequado, quer do ponto de vista dos objectos preservados, quer na perspectiva dos projectos de salvaguarda a que se associam certos saberes indispensáveis à gestão do património, com vista a manter vivos traços culturais a que a comunidade reconhece valor específico». (Filipe, 2000)

O percurso que até aqui traçámos, nada mais é que uma tentativa de definirmos as ferramentas operativas com que trabalharemos em seguida e, por isso, indispensáveis para

compreendermos o nosso campo de análise, bem como para a definição de um *projecto cultural*¹¹ que nele se baseia. Deste modo, o que faremos será uma análise preliminar de uma dada realidade que se configura num diagnóstico, consubstanciado pela caracterização geográfica, histórica e social do território, bem como pela análise das estruturas culturais nele existentes e da estreita relação do país com o exterior, nomeadamente através dos agentes de cooperação internacional. Esta fase preliminar será fundamental pela necessidade de planeamento que configure um subsequente projecto de acção e de desenvolvimento sustentado. Embora a sua operacionalidade dependa deste estudo prévio, será da sua constante rectificação processual que o mesmo poderá alcançar resultados satisfatórios.

A inexistência de uma política cultural para o património, engajada e comprometida com todas as comunidades e traçada com objectivos a longo prazo, leva-nos a compreender aqui o museu como um instrumento institucional cujas ferramentas organizativas possibilitarão envolver toda a comunidade e estruturas existentes no país, na necessidade premente que é promover a participação, a nível nacional, na acção patrimonial que, longe de se confinar à ideia de conservação do passado, necessita da memória e de elementos geradores e activadores dessa memória, que reforcem os sentimentos de pertença das comunidades (Filipe, 2000:23).

Entendemos então que este processo trata, principalmente, da identificação do património nacional santomense através de uma iniciativa encetada por uma força motriz, de estrutura museológica, traduzida pela constituição de um inventário (participativo), onde todas as comunidades serão chamadas a intervir, numa iniciativa que será também sua. Concomitantemente, o museu desenvolverá a função de investigação e estudo da recolha que será levada a cabo, sem esquecer o papel da educação que deverá acompanhar todo o processo em parceria com as estruturas de educação já existentes.

«A função investigação é a base estruturante de todas as actividades museológicas, desde a conservação à difusão e à acção cultural. Dela decorrem orientações fundamentais, não só para a política de incorporação do museu e para a definição do estatuto de objecto museal (objecto-documento), como também para o sistema de documentação. Este abarcará quer os bens tornados museais, quer a diversidade de dados resultantes do

¹¹ Um projecto cultural é uma ferramenta de desenvolvimento que procura definir os conceitos matriz acerca da vocação do museu, a sua missão, os seus objectivos, o seu papel, cultural, social e económico. Constitui a estrutura de referência para a consequente programação museológica, considerada em todas as suas vertentes: programa institucional, programa de colecções, programa arquitectónico, programa de exposições, programa de difusão e comunicação, programa de segurança, programa de recursos humanos, e programa económico. O programa geral do museu é, concretamente, o conjunto de parâmetros, inerentes à disciplina ou às disciplinas de base do museu, à sua dimensão e âmbito de intervenção e à posição que ocupa territorialmente, numa região, num país ou no mundo, dotando-o de uma política estrutural (Rasse e Necker, 1997; Filipe, 2000).

seu registo – utilizando os instrumentos documentais mais adequados – e uma ampla documentação relacionada com o estudo e interpretação de tais bens e contextos, assim como com a sua comunicação.» (Filipe, 2005).

Numa fase posterior, naturalmente, no seu tempo próprio, o museu nascerá (Guedes, 1991).

3. São Tomé e Príncipe: conhecer o território e a história como contexto de desenvolvimento

Deixaram nas ilhas um legado/ de híbridas palavras e tétricas plantações

engenhos enferrujados proas sem alento/ nomes sonoros aristocráticos/ e a lenda de um naufrágio nas Sete Pedras

Aqui aportaram vindos do Norte/ por mandato ou acaso ao serviço do seu rei:/ navegadores e piratas/ negreiros ladrões contrabandistas/ simples homens/ rebeldes proscritos também/ e infantes judeus/ tão tenros que feneceram/ como espigas queimadas

Nas naus trouxeram/ bússolas quinquilharias sementes/ plantas experimentais amarguras atrozes/ um padrão de pedra pálido como o trigo/ e outras cargas sem sonhos nem raízes/ porque toda a ilha era um porto e uma estrada/ sem regresso/ todas as mãos eram negras forquilhas e enxadas

E nas roças ficaram pegadas vivas/ como cicatrizes - cada cafeeiro respiga agora um/ escravo morto.

E nas ilhas ficaram/ incisivas arrogantes estátuas nas esquinas/ cento e tal igrejas e capelas/ para mil quilómetros quadrados/ e o insurrecto sincretismo dos paços natalícios./ E ficou a cadência palaciana da ússua/ o aroma do alho e do zêtê d'ochi/ no tempi e na ubaga téla/ e no calulu o louro misturado ao óleo de palma/ e o perfume do alecrim/ e do mlajincon nos quintais dos luchans

E aos relógios insulares se fundiram/ os espectros - ferramentas do império/ numa estrutura de ambíguas claridades/ e seculares condimentos/ santos padroeiros e fortalezas derrubadas/ vinhos baratos e auroras partilhadas

Às vezes penso em suas lívidas ossadas/ seus cabelos podres na orla do mar/ Aqui, neste fragmento de África/ onde, virado para o Sul,/ um verbo amanhece alto/ como uma dolorosa bandeira. (Lima, 2004)

3.1. Enquadramento geográfico

Situadas no Golfo da Guiné¹², as ilhas de São Tomé e Príncipe fazem parte do outrora conhecido arquipélago composto também pelas ilhas de Fernando Pó¹³ e Ano Bom¹⁴ e vários ilhéus, num conjunto disposto na bissetriz do golfo (cf. **fig.1** em anexo), num alinhamento com mais de 2000Km de extensão. Dada a orientação do alinhamento vulcânico, as ilhas vão-se afastando progressivamente da costa africana a partir da mais setentrional: contabilizam-se apenas 20 milhas (37 km) de mar até à primeira ilha, Fernando Pó, seguindo-se, a 160 milhas (296Km), a ilha do Príncipe, a 180 milhas (330 km) a ilha de São Tomé e, por fim, a mais afastada, Ano Bom, a pouco mais de 200 milhas (370 Km).

As ilhas São Tomé e Príncipe são as mais próximas entre si, distando apenas 82 milhas (150km) e com uma superfície de 859 km² e 142 km², respectivamente, perfazendo um total de cerca de 1000km². As ilhas com maior e menor superfície são Fernando Pó, com 2034Km² e Ano Bom, com apenas 17km².

O clima das ilhas é fortemente influenciado pela sua situação geográfica no vale depressionário do equador e na zona de convergência intertropical (ZCIT)¹⁵, assim como pela corrente quente do golfo. Todavia, embora próximas, *distam o suficiente para nelas se verificarem retoques climáticos que lhes davam cor e paisagem particulares* (Tenreiro, 1961:15). Ano Bom define-se por ser menos húmida e mais baixa em altitude; o Príncipe apresenta-se com um relevo mais *caprichoso*; São Tomé, com um nordeste baixo um pouco árido durante uma parte do ano e um sul de relevo dissecado, assemelhando-se à ilha do Príncipe; Fernando Pó, pela proximidade que estabelece com o continente, em muito se assemelha com a vegetação e fauna da África Ocidental.

¹² O Golfo da Guiné é uma grande reentrância na costa ocidental de África, portanto, parte do Oceano Atlântico. O seu nome provém da denominação que os europeus deram àquela parte do continente africano: Baixa Guiné, mas dois dos países africanos que actualmente detêm aquele nome - a República da Guiné e a Guiné-Bissau - não partilham a costa deste golfo; apenas a Guiné Equatorial se encontra nesta região.

Os países que partilham a costa do Golfo da Guiné (de noroeste para sueste) são: Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão (parte norte). Neste golfo, encontram-se ainda várias ilhas: Bioko e Ano Bom, que fazem parte da Guiné Equatorial, e as ilhas de São Tomé e Príncipe. E nele drenam três grandes rios: Níger, Volta e Congo. No Golfo da Guiné cruzam-se a Linha do Equador (0º de latitude) e o meridiano de Greenwich (0º de longitude).

¹³ Actual Bioko, Guiné Equatorial.

¹⁴ Actual Annobón, Guiné Equatorial.

¹⁵ A Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) é a área que circunda a Terra, próxima ao equador, onde os ventos originários dos hemisférios norte e sul se encontram. Entre os anos 1920 e 1940 a ZCIT era denominada por Frente Intertropical (FIT), porém, com o reconhecimento, nos anos 1940 e 1950, da relevância da convergência de ventos para a determinação do clima tropical, o termo foi substituído por ZCIT.

Ainda no que respeita às características específicas das ilhas, São Tomé e Príncipe definem-se pela existência de duas estações, a das chuvas (de Outubro a Maio, coincidindo com a época de mais calor) e a seca ou gravana (de Junho a Setembro), com temperaturas médias anuais que variam entre os 22 e os 30° C. A temperatura varia em função da altitude e da pluviosidade, sendo característica uma forte densidade de humidade, quase sempre superior a 75%. Fernando Pó, por exemplo, apesar de partilhar a influência da frente intertropical, nem as épocas de chuva nem os períodos secos (de Novembro a Março, onde se inclui o período de temperaturas mais elevadas), são coincidentes.

Ambas as ilhas, tendo em vista o seu aspecto primitivo, estão descaracterizadas, pelo tanto que foram remexidas pelo homem. As ilhas de São Tomé e Príncipe são *quase que constituídas por vegetação introduzida desde os primórdios da colonização, principalmente no que se refere a plantas alimentares* (Tenreiro, 1961:15). Percorrendo as ilhas, no meio de uma vegetação exuberante, entrecortada por numerosos cursos de água e riachos, distinguem-se relevos acidentados de altitudes diferentes, originando a existência de variados microclimas. A ilha de S. Tomé é extremamente montanhosa, culminando com uma aguda escarpa que começa na cratera de um extinto vulcão a 1480m (Lagoa Amélia) até ao Pico de S. Tomé (2024 m) e alguns fonolitos¹⁶ escarpados, como o Cão Grande (663 m) e o Cão Pequeno (390 m), de muito difícil acesso; num sistema bastante dissimétrico, que cai bruscamente para o mar no quadrante oeste, contrapondo com um terreno que desliza suavemente na restante costa. O relevo da ilha do Príncipe é, em termos gerais, menos pronunciado do que o da ilha de São Tomé, dividindo-se em duas zonas orográficas bastante distintas, a região Norte, que apresenta uma plataforma de altitude situada entre os 120-180 metros e um relevo pouco pronunciado, com pequenas elevações e declives que dão para o mar; a região Sul é mais acidentada, com numerosos picos mais ou menos agudos, sendo o Pico do Príncipe (948 m) o mais alto, inserindo-se numa Cadeia de Serranias de Leste para Oeste que se dilata ainda um pouco para norte com os Picos Papagaio, João Dias Pai e João Dias Filho. As ilhas apresentam vegetação tropical luxuriante, inclusive nos picos mais altos, uma vez que o país é atravessado pelo Equador, no ilhéu das Rolas. É nestes picos e montanhas que a floresta equatorial húmida¹⁷ primitiva ainda preservada está actualmente confinada pela sua inacessibilidade.

¹⁶ Rocha vulcânica.

¹⁷ Plurisilva é a designação da floresta tropical que se caracteriza pela alta pluviosidade (2000 a 5000 milímetros por ano) e temperatura média elevada. As florestas tropicais estão localizadas próximo do Equador da Terra, América do Sul, África e Ásia. Trata-se de um ecossistema dotado de extrema riqueza, devido à variedade de espécies ali existentes e, de grande interesse, uma vez que, devido à sua biodiversidade, se apresenta como fonte de inúmeros recursos.

3.2. Raízes históricas de uma sociedade crioula africana

Embora não seja consensual a data do descobrimento das ilhas do golfo da Guiné - não consideremos que este seja o espaço indicado para descortinar tal matéria, quer pela falta de competência académica quer pelo desviado que está da nossa questão fulcral - importa, porém, adiantar algumas datas para assim balizar o período cronológico e histórico de relevo para o nosso estudo. Tal como adiantam os autores santomenses Carlos Agostinho das Neves e Maria Nazaré de Ceita (2004:11) *“tudo começou com Lopes Lima, um estudioso da expansão portuguesa que, nos meados do século XIX, ao escrever sobre o assunto, terá aventado a hipótese daquelas ilhas terem sido descobertas por João de Santarém e Pero Escobar, nos finais de 1470 e princípios de 1471; ainda segundo os mesmos autores terá sido a partir desta tese que se começou a assumir estas datas como uma possibilidade para a descoberta das ilhas.*

Um ponto que parece consensual é o que diz respeito aos protagonistas do descobrimento das ilhas e condições da exploração. Corroborando a tese dos mesmos autores, Carlos Espírito Santo (1998:15) adianta “João de Santarém e Pero Escobar, encarregados por Fernão Gomes [arrendatário das terras africanas herdadas pelo rei português D. Afonso V, cujo contrato por cinco anos o obrigava a desbravar a costa a partir da Serra Leoa] de prosseguirem a exploração da referida costa [Africana] além do Cabo das Palmas¹⁸, atravessarem o reino do Benim no recôncavo do Golfo da Guiné, e no dia 21 de Dezembro de 1470 viram o prolongamento da cordilheira dos Camarões uma ilha de 857 Km² aproximadamente, que decidiram chamar São Tomé, em memória do apóstolo celebrado nessa data”. A ilha do Príncipe seguir-se-ia em 1471, no dia 17 de Janeiro, dia de Santo Antão, nome primitivo da ilha do Príncipe.

No que ao processo de colonização diz respeito, importa referir as diferentes épocas em que este se deu. Se, por um lado, a ilha de São Tomé foi elevada a capitania por carta régia de Setembro de 1485, outorgando o primeiro foral de privilégios a João de Paiva - o qual, após um ano (1486) havia de ser responsável pelo desembarque dos primeiros colonos, na enseada de Ana Ambó, perto de Ponta Figo, no noroeste da ilha, onde fundam uma pequena povoação - a ilha do Príncipe só se vê povoada quase vinte anos mais tarde, em 1502, depois de outorgada a sua capitania, em 1500,

¹⁸ O Cabo Palmas é um cabo no extremo sudeste da Libéria, e o ponto mais meridional da chamada África Ocidental (com a excepção da Nigéria). Fica 21 km a oeste da fronteira Costa do Marfim-Libéria, e marca o extremo do Golfo da Guiné.

pelo rei D. Manuel, ao fidalgo António Carneiro (Santo, 1979:20-22). Assim foi dada a primazia à ilha de São Tomé face às restantes ilhas, por parte dos Portugueses, sendo a *cultura da cana-de-açúcar o elemento catalisador do povoamento, feito essencialmente com europeus de Portugal e da ilha da Madeira e com escravos negros trazidos do litoral africano* (Tenreiro, 1961a:16); a população incluía ainda estrangeiros genoveses, franceses e castelhanos atraídos pela plantação e comércio da cana-de-açúcar. É assim que as ilhas de São Tomé e Príncipe, as duas mais chegadas, partilham as mesmas vicissitudes históricas, económicas e sociais, ao contrário de Ano Bom que, colonizada inicialmente por gente de São Tomé, seria rapidamente abandonada pelo desinteresse dos seus recursos naturais. No entanto, segundo atesta o geógrafo santomense Francisco Tenreiro, *a ocupação da ilha de São Tomé não se revestiu de grande originalidade. Nos traços essenciais, os Portugueses haviam ensaiado o mesmo processo de colonização em outras ilhas do Atlântico: nos arquipélagos da Madeira e Açores e nas ilhas de Cabo Verde* (Tenreiro, 1961b:651). Os resultados, porém, não são semelhantes em virtude de vários factores como a localização geográfica, as especificidades climáticas de cada ilha e os acontecimentos históricos.

Deserta à altura do seu descobrimento, rapidamente, no último quartel do século XV, a ilha de São Tomé contava com dez mil habitantes, número que se multiplicaria na segunda metade do século XVI. É a Álvaro Caminha, a quem a capitania é doada em 1493, que se deve o grande impulso na colonização da terra. Acompanhado por novos povoadores, entre eles judeus, transfere a povoação estabelecida pelos colonos de João de Paiva do sítio de Ana Ambó para uma das amplas baías do nordeste da ilha de São Tomé (Tenreiro, 1961a:59). Esta transferência da povoação deve-se à maior extensão de terras baixas característica dessa zona, facilitando a produção de açúcar - a cana desenvolve-se com muita facilidade nas terras baixas e ricas e nas várzeas dos rios, cujas águas servem para movimentar os engenhos, regar os campos e escoar detritos - e fácil penetração no interior, ficando servida de uma bela baía, ideal para se constituir como um porto de comércio. Apesar dos elementos favoráveis da nova localização da povoação, há que notar que se tratava de uma das regiões menos saudáveis, porque muito plana, propícia à formação de pântanos devido à incapacidade de drenar as águas nos longos períodos de chuvas. As mortes por paludismo tornaram-se, assim, muito frequentes, conjugadas que estavam as condições ideais para que o mosquito da malária se desenvolva: temperaturas altas/humidade elevada/chuvas frequentes/baixa altitude.

O crescimento da população contou ainda com outras medidas, uma delas levada a cabo pelo rei D. João II. Não tendo Portugal uma população suficiente para colonizar todos os territórios recém-descobertos e os brancos não serem imunes às doenças tropicais, as uniões entre brancos e

negros foram encorajadas, desde o princípio, como uma deliberada estratégia de colonização, ordenando o rei que uma escrava fosse distribuída a cada colono branco, com a intenção de aumentar a população da ilha (Seibert, 2002:37). Será então neste contexto que surgem os primeiros alforriados. Por decreto régio de 1515, D. Manuel I libertou, a pedido dos moradores brancos que queriam salvaguardar os direitos dos seus filhos mulatos, as mulheres africanas e seus filhos, fruto de relações inter-raciais ocasionais, mas de uniões de facto institucionalizadas. Em 1517, uma segunda carta de alforria libertava os escravos do sexo masculino que tinham chegado com os primeiros colonos e os seus filhos. Estas datas são de suma importância quando comparadas com Cabo Verde, em que, embora a sua colonização tenha sido bastante anterior, só a partir de 1622 se registam casos de escravos alforriados. Os africanos e mulatos libertados por decreto real mantinham já os mesmos hábitos dos moradores brancos e muitos deles tornaram-se também donos de escravos. Acresce ainda que adquiriram de suas mães negras os valores africanos contribuindo para a construção de uma cultura crioula emergente, os *forros*, grupo com dupla identidade, portuguesa e africana. Em pouco tempo os mulatos representavam a maioria da população (Seibert, 2002:38).

Em 1554 os *forros* ascendiam quase a 600 e estavam concentrados na Povoação, sede governativa e social e o único entreposto comercial. As casas eram, na generalidade, construídas de madeira, de forma quadrangular e cobertas com tábuas; algumas tinham dois andares, possivelmente loja e sobrado (Tenreiro, 1961a:64).

«Os moradores compravam escravos dos dois sexos em iguais proporções e punham-nos a trabalhar aos pares nas plantações. Eram promovidas as uniões de escravos, visto que escravos contentes prometiam maior produtividade no trabalho e a reprodução da mão-de-obra estaria garantida. Os escravos que trabalhavam nas fazendas tinham de trabalhar todos os dias para os seus senhores, excepto ao sábado, quando se podiam dedicar ao cultivo de produtos alimentares africanos e europeus para a sua própria alimentação. Os senhores não proviam os seus escravos de alimentação ou abrigo». (Seibert, 2002:37).

As suas casas¹⁹, em estacaria, tinham quatro troncos cravados no solo formando um quadrilátero e acima deles levantavam um sobrado com tábuas atadas e uma e outra ponta. Procuravam assim defender-se dos *mosquitos*, da humidade e aliviar o calor. As casas eram cobertas de madeira ou de erva (palha grossa) e o acesso ao sobrado era feito por meio de escada de muitos degraus (Tenreiro, 1961a:64).

¹⁹ O autor refere-se à tipologia habitacional tradicional de São Tomé, a *cubata*, disseminada por todo o território, com predominância nas zonas rurais.

Pelo litoral espalhavam-se 60 engenhos que constituíam unidades de povoamento concentrado, em volta dos quais estavam as casas de madeira dos proprietários e as dos mestres do açúcar e na orla da floresta as dos negros escravos e, ao redor destas, estendiam-se os campos de cana. O célere desenvolvimento da Povoação e a sua importância enquanto interposto comercial valeram-lhe a atribuição de foros de cidade, por Carta Régia de D. João III, e à população mestiça (mulatos honrados e casados) foi permitido servir nos Offícios do Concelho, a partir de 1539.

Bem cedo o povo de São Tomé se insurgiu, contrariando as expectativas dos portugueses que tomavam os escravos africanos por submissos. Em 1517 tem início o período de sucessivas revoltas de escravos que haveriam de ser o outro motivo de grande instabilidade nas ilhas. À insurreição dos escravos da família Lobato (senhores de grandes riquezas e herdades), ajudados por escravos de outras plantações, seguiu-se, em 1553, a revolta de proprietários mulatos, liderados por João Rodrigues Gato, um fazendeiro cego conhecido por Yon Gato²⁰, acompanhado por 700 escravos armados, que tentaram impedir a reeleição de dois juizes brancos, com o objectivo de os substituir por crioulos locais. O líder da revolta e seus seguidores (os *angolares*) acabariam por ser deportados para Portugal. O maior e mais prolongado levantamento iria acontecer mais tarde, em 1595, liderado por um escravo, beneficiando de uma perturbação política entre os poderes religioso e governativo. Na paróquia da Trindade foi morto um padre e alguns brancos e, ao quarto dia de revolta já 2000 escravos se tinham juntado ao autoproclamado Rei Amador e 30 engenhos tinham sido destruídos. Ao sexto dia, numa batalha travada na cidade, as forças do governo haveriam de matar mais de 300 rebeldes. Passadas duas semanas registou-se um novo ataque de Amador e 5000 escravos, que acabariam por terminar derrotados e com 200 baixas. Por fim, os escravos renderam-se e Amador acabaria por ser traído por um companheiro, preso, enforcado e esquartejado, e o seu coração colocado numa almofada (Seibert, 2002:44). Em 1673 e 1675 haveria ainda uma revolta dos escravos *minas*, oriundos da região de Elmina.

É a partir da década 50 de 1600, segundo Carlos Espírito Santo, que se assiste à intercontinentalização do tráfico de “carne humana”, com a participação de Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda. São Tomé tornou-se no maior entreposto do Atlântico, onde de resto se transaccionavam as *peças*²¹ vindas de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, Libéria, Serra

²⁰ Em Santo:1979, o autor apresenta de outra perspectiva a segunda revolta, afirmando que teria sido liderada, em 1530, por um escravo cego de nome Johann Gato.

²¹ Denominação dos escravos utilizado por Carlos Espírito Santo (1998:15).

Leoa, Nigéria, Camarões e outros países do continente negro. Muitas destes expatriados acabariam por ficar em São Tomé, ou porque fugiam para o *ôbô* (floresta) antes da transacção, ou porque ficavam a trabalhar compulsivamente nas roças ou propriedades agrícolas (Santo, 1998:15).

Na segunda metade do século XVI as ilhas atravessavam um próspero período económico fruto da produção de açúcar que logo no início do século XVII haveria de terminar, em virtude das constantes ameaças de franceses, ingleses e holandeses, que não tardariam a atacar e pilhar a cidade de São Tomé. Grande parte das tripulações das armadas seriam, pois, dizimadas, atacadas que eram também pelas doenças tropicais. Já no século XVII, os holandeses acabariam por tomar a fortaleza e o porto de São Tomé, controlando o comércio de açúcar e de escravos da ilha. Foi mantida uma relação cordial com os holandeses uma vez que a manutenção do contacto comercial se revelava de maior utilidade, chegando esta relação a fazer renascer, embora que por pouco tempo, a indústria sacarina. Acabaria por se seguir um ataque francês à ilha do Príncipe, no início do séc.XVIII que terminaria com a ocupação da cidade de São Tomé. Com o declínio económico as ilhas perderam o interesse e cessaram os ataques estrangeiros.

A abundância económica da primeira colonização com origem na cultura da cana sacarina havia de durar pouco tempo, em virtude de uma conjuntura pouco favorável enformada pelo florescimento da mesma cultura do outro lado do Atlântico, no Brasil - para onde acabariam por se mudar a maior parte dos fazendeiros, em parte estimulados pelos ataques holandeses - pela falta de qualidade do açúcar de São Tomé e por consequência da sua drástica desvalorização (face ao brasileiro e madeirense). Depressa chegou a desordem interna fomentada por factores políticos e administrativos e pela ruína que desabou subitamente sobre os habitantes da ilha. De entre estes destacam-se os ataques e pilhagens dos *angolares* (Tenreiro, 1961a:72).

Detenhamo-nos um pouco nesta questão, importante que é o seu esclarecimento para o nosso estudo. Segundo Gerhard Seibert (2002), a origem da etnia angolar deriva, provavelmente, de escravos que fugiam dos maus tratos dos canaviais nos séculos XV e XVI, ao contrário do que apontam outras teses mais difíceis de comprovar. A lenda acerca da origem dos angolares narra a história de um navio negreiro que naufragou ao largo da costa oriental, no ilhéu das Sete Pedras, por volta de 1544 (*cf. supra* Lima, 2004 no Cap.3, p.25). Os ex-escravos, oriundos de Angola, possivelmente de algumas das tribos do litoral norte, pois tratavam-se por *Ngolá*, refugiaram-se durante três décadas nos matos do sul da ilha, onde se terão dedicado a uma actividade de recollecção constituindo um *quilombo*²². Vivendo isolados e desconhecidos dos colonos, em 1574,

²² *Quilombo* é um esconderijo no mato onde se refugiavam os escravos.

trinta anos mais tarde, invadiram a cidade, assaltando e incendiando as plantações e os engenhos de açúcar do nordeste da ilha (Tenreiro, 1961a:71-72). Estes ataques constituíam uma ameaça permanente para a colónia de plantação. Demoraria um século para que os portugueses conseguissem capturar este grupo desertor. Só os prisioneiros foram escravizados. Os restantes estabeleceram-se no seu território, perto da baía de São João²³, no sudoeste da ilha, onde estiveram até 1878, altura em que as suas terras foram ocupadas pelas culturas de cacau. À semelhança dos forros, os angolares recusaram sempre o trabalho contratado nas roças. *A ocupação masculina favorita tem sido sempre a pesca. Graças a ela, o angolares é o seu próprio patrão e não pode ser tratado como escravo, depende somente dos caprichos do mar e da sua sorte* (Seibert, 2002:50).

Depois da queda da cultura do açúcar no séc. XVI, o processo de mestiçagem do qual resultara um núcleo considerável de população nativa, mestiça, consolidar-se-á nos séculos subsequentes.

«[Esse foi o tempo do] grande pousio (c.200 anos), como lhe chamou Francisco Tenreiro, em que São Tomé e Príncipe foi entreposto de escravos e porto de escala e onde chegavam - e donde irradiavam também - grupos de emigração do além-mar, aglutinando elementos de cultura variada (africanos, portugueses e americanos, do Brasil fundamentalmente) e já miscigenados. O que se passa nas ilhas em termos de estruturação social durante este período, em que se desmantela o binómio morador-dono de engenho/escravo, é a consolidação da elite mestiça que herdara escravos, engenhos e terras». (Mata, 2008:22)

Com a debandada dos grandes plantadores de cana, os matos vão refazer-se através de um pousio de quase dois séculos. Será nesta altura que a ilha do Príncipe, menos vulnerável à cobiça externa, cresce em importância devido à instabilidade política e à decadência do açúcar que arruinou o comércio da ilha maior. A prosperidade da ilha havia de ser um factor que levaria à transferência, em 1753, da capital da província de São Tomé para Santo António do Príncipe, o que só se voltaria a alterar um século depois.

É com a transferência da capital que se dá início ao segundo período de colonização de São Tomé, terminado que estava um longo período de instabilidade. Vários factores contribuíram para que se criassem as condições políticas propícias à recolonização, entre eles a independência do Brasil, em 1822, e a abolição do tráfico de escravos nos territórios portugueses, em 1836. As receitas obtidas com o tráfico brasileiro de escravos acabaria por ser investida, em boa parte, na agricultura de plantação em São Tomé, na sequência da introdução do café, em 1787, e do cacau, em 1822 (no Príncipe), desencadeando a reactivação da exportação em larga escala.

²³ Presentemente, São João dos Angolares.

Em 1895, a Roça Água-Izé, do primeiro grande produtor de cacau, ocupava uma área de 80 Km², com 50 km de caminho-de-ferro próprio, 50 empregados europeus e 2500 trabalhadores contratados angolanos (Seibert, 2002:48). No final do século XIX, muitos dos fundadores das roças de São Tomé seriam substituídos pelo BNU (Banco Nacional Ultramarino), e por outras companhias sediadas em Lisboa, por apresentarem dificuldades financeiras.

Posteriormente começariam a surgir os grandes conflitos da segunda colonização, originados por um gradual processo de expropriação, compra ou fraude das terras que estavam nas mãos dos forros, tanto por título como por usufruto costumeiro, em benefício dos roceiros brancos. As roças Monte Café, Bela Vista, Rio do Ouro e Boa Entrada foram criadas sobre terrenos outrora pertencentes a roceiros crioulos. Se, em 1872, 62% dos proprietários registados eram negros, já em 1898, os roceiros brancos possuíam 90% das terras. É assim que os forros assistem a uma abrupta perda dos direitos, progressivamente conquistados desde a primeira colonização, e se vêem obrigados a abandonar a sua terra ancestral.

As grandes roças empregavam centenas de trabalhadores e dispunham de grande autonomia administrativa com estruturas próprias, muitas vezes independentes do sistema (financeiro, infra-estruturas administrativas, sociais e de comunicações) estabelecido pelos portugueses para uma colonização efectiva (Seibert, 2002:48-49).

A extensão do cacau atingiu áreas nunca antes cultivadas com as plantações de açúcar, cobrindo então grande parte da área da ilha.

A abolição da escravatura provocara a primeira crise da nova economia de plantação em franca expansão. Em 1858, o rei D. Pedro V decretou que num período de vinte todos os escravos seriam emancipados. Em 1869, todos os escravos ganhariam o estatuto de “homens livres”, porém seriam obrigados a trabalhar, como trabalhadores assalariados, durante nove anos. Só em 1876 seria concedida total liberdade aos ex-escravos, após uma revolta maciça face às condições brutais de trabalho (Seibert, 2002:52).

Tanto os escravos recém-libertados como os crioulos nativos recusavam o trabalho manual agrícola nas plantações, que consideravam humilhante e desfasado do seu estatuto social de homens livres. A aversão dos forros pelos trabalhos agrícolas consubstancia-se, possivelmente, no facto de eles próprios terem sido plantadores e donos de escravos e de serem *sum* (senhores) e, por esse motivo, pertencentes a um estrato social superior. Os forros tinham uma má reputação entre os colonos brancos e no estrangeiro, que consideravam *esta postura como preguiça, uma ameaça à disciplina laboral dos serviçais, e arrogância, mas também supunham que era o resultado de um*

longo período de escravidão (Seibert, 2002:59). Devido a esta permanente recusa e à insuficiente mão-de-obra, os portugueses criaram então, em 1875, uma estrutura de recrutamento de trabalhadores (serviçais) do continente africano concedendo contratos renováveis de três anos. Tratava-se da Curadoria Geral dos Indígenas.

A tensão do final dos anos 1940, despoletada pela economia das grandes plantações coloniais, os problemas relacionados com a mão-de-obra e pela repressão sofrida pelas populações negras durante a presença portuguesa no território, havia de culminar com o Massacre de Batepá a 3 de Fevereiro de 1953, do qual resultariam 1.000 mortos por tortura eléctrica e afogamento, na sua maioria. Este episódio marca o início do nacionalismo santomense²⁴, numa fase de luta organizada, com a criação, em 1960, pela elite forra em exílio, do CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe) que, em 1974, dará lugar ao MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe). Com a queda do regime fascista português, a 25 de Abril de 1974, é assinado o Acordo de Argel - o primeiro passo para a independência de São Tomé e Príncipe. Neste processo o papel dos jovens estudantes santomenses foi preponderante, tanto na persuasão do governo militar em Lisboa, como na intimidação dos colonos brancos a regressarem a Portugal. De notar que do processo de descolonização não se registaram quaisquer vítimas.

A 12 de Julho de 1975 é decretada a independência, o MLSTP toma então o poder e designa Manuel Pinto da Costa como primeiro Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

3.3. Sociedade e contexto político

Francisco Tenreiro, autor incontornável para o estudo da sociedade santomense, refere-se ao conjunto dos padrões de vida do homem das ilhas como sendo em tudo semelhantes ao estilo de vida europeu:

²⁴ Logo no início de 1900, haveria de nascer os grupos de defesa dos direitos do povo santomense como a Associação dos Estudantes Negros e a Liga Académica Internacional dos Negros. Criou-se ainda o Centro Colonial vocacionado para a defesa da agricultura e economia de São Tomé e Príncipe. Mais tarde, haveria de ser criada a Junta de Defesa dos Direitos de África e a Liga Africana de Lisboa que se servia de um jornal, o *Correio de África*, para assim divulgar as suas denúncias. A partir de 1910, com a proclamação da República, criam-se em São Tomé a Liga dos Interesses Indígenas, o Grémio de São Tomé e a Caixa Económica de São Tomé, com o objectivo de promover o desenvolvimento moral e intelectual dos sócios. Foram ainda criados outros jornais de denúncia como *A Voz de África*, *O Progresso*, *Tribuna de África*, *O Negro*, entre outros (cf. Neves e Ceita, 2004:76-77).

«[Prova de] uma profunda aculturação, de um contacto que a história da colonização estabeleceu em vários séculos e, embora em alguns aspectos sobrevivam elementos de civilizações africanas, na maioria das expressões e atitudes encontramos os paradigmas de uma influência europeia». (Tenreiro, 1961a:211).

É no entanto de notar, e segundo Inocência Mata, a (pre)conceituação de criouldade em que praticamente todos os estudos históricos e sociológicos estão enredados, evidenciando, de forma determinante, uma *matriz genésica europeia em detrimento de uma semiose sociologicamente africana no processo de amalgamento e de caldeamento do complexo sócio-antropocultural que se foi estruturando desde o longínquo séc. XV*. Acrescenta ainda, a autora, que o enfatizar da influência portuguesa *só por ignorância se contestaria, como elemento estruturante, em prejuízo de um processo recreativo, reinterpretativo e aculturativo realizado pelo grupo etnocultural maioritário, os africanos, no caso, na enformação de uma síntese cultural e do novo imaginário e na configuração da identidade* (Mata, 2008:20 e 21).

Em proveito de uma maior precisão, optamos por corroborar a posição de Gerhard Seibert ao defender que, do encontro directo e prolongado entre os portugueses e as várias culturas africanas, se assistiu, num processo de recíproca aculturação, à europeização dos africanos, assim como à “africanização” dos europeus (Seibert, 2002:45).

«Mais do que de cumplicidade, trata-se de uma partilha - mesmo se parcial - de um projecto que interessa os dois grupos: a ocupação racional do arquipélago. Se os europeus decidiram a orientação geral das actividades, centradas na produção do açúcar destinado aos circuitos comerciais da Europa do Norte, os africanos organizaram outro projecto: assegurar a africanização das ilhas, levando em linha de conta as formas tradicionais de organização da família e do parentesco, assim como do espaço, da sociedade, que não podia escapar às condições inéditas resultantes do próprio processo da colonização». (Henriques e Margarido, 2010)

De quatro continentes chegaram à ilha elementos de cultura que aglutinaram os homens da Europa e de África. Do contacto entre portugueses e africanos resultaram três factos salientes: mestiçagem profunda, que criou muito cedo uma população de mulatos, numerosa e livre; desenvolvimento de uma *língua* cuja base assenta no português de quinhentos, evoluído com o tempo, ao qual se sobrepuseram palavras de origem africana que provocaram alterações de fonética e de sintaxe peculiares; expressão e aceitação por parte do africano do Catolicismo (Tenreiro, 1961a:94).

«Estamos, pois, perante uma sociedade profundamente heterogénea, constituída por povos das mais diversas proveniências e origens e, por isso marcada, desde as suas origens, por duas grandes características: a diversidade e a conflitualidade, que fizeram sempre do arquipélago um verdadeiro caldeirão de instabilidade política e social». (Bragança, 2011:5)

Os grupos eram, portanto, socialmente demarcados uns dos outros distinguindo-se a população negra local (forros, angolares e cabo-verdianos) como cidadãos perante a legislação colonial portuguesa, gozando do mesmo estatuto legal que os portugueses; enquanto os outros africanos (contratados provenientes de outros territórios, sobretudo da costa ocidental africana) eram classificados como indígenas e tratados como cidadãos de segunda classe. Devido à sua história de descendentes de escravos libertos, os forros eram os únicos negros na ilha que possuíam pequenos lotes privados de terra, as *glebas*. Os serviçais e tongas viviam exclusivamente nas sanzalas das roças, os forros nos arredores da capital, em pequenas vilas e em comunidades dispersas, enquanto que os angolares estavam concentrados nos seus povoamentos compactos do sul da ilha. Hoje, os trabalhadores das roças tendem ainda a viver predominantemente nas plantações (Seibert, 2002:61). Com receio de serem associados às plantações, os forros excluía os serviçais da participação nas suas instituições religiosas e culturais. A vida cultural e social dos serviçais estava restrita às comunidades das roças. Além disso, os grupos eram diferentes em cultura e língua, sendo que os vários elementos poderiam mesmo atestar a suas origens, quer através do recurso ao nome de família, quer, no caso particular da mulher, pela simples forma como dobrava o lenço, por exemplo, incluindo-se assim em determinado grupo social.

Os forros, ao perderem, em 1961, a sua importância enquanto grupo económico e social, acabariam por se aproximar como elemento desfavorecido dos antigos libertos. Em pouco tempo todos os indivíduos (mulatos ou negros) naturais da ilha, passariam a designar-se como forros. Este realinhamento dos grupos sociais contribuiu, em muito, para consubstanciar um sentimento de pertença àquele território, partilhando uma história comum, fazendo aflorar a sua identidade como povo, a sua “são-tomensidade” (Bragança, 2011). Todavia, nas palavras do mesmo autor:

«Vivemos como que atormentados por uma luta surda entre os factores determinantes da nossa idiossincrasia crioula, em que os traços negro-africanos tendem a ser subalternizados a favor da sua componente mestiça, como que forjando em nós um angustiante estado de alienação». (Bragança, 2011)

A heterogénea essência africana foi progressivamente configurando a identidade cultural santomense, produto de uma amálgama de expressões culturais africanas assimiladas e insularmente reinterpretadas. Se nos focarmos, por exemplo, no campo religioso, assistimos a um *acastanhamento dos “deuses brancos” (cristãos)* (Mata, 2008:25). Apesar dos cinco séculos de missão católica, o Catolicismo local tem-se limitado quase exclusivamente ao baptismo e alguns ritos, como as procissões e funerais. Embora não se conforme com os dogmas oficiais católicos, a maioria dos ilhéus é profundamente religiosa e devota. Vários cultos e crenças africanas sempre

coexistiram com o Catolicismo. Para os santomenses não existe incompatibilidade entre ser um bom católico e a crença em formas europeias e africanas de feitiçaria que podem prejudicar outros por meios sobrenaturais. Crenças em feitiçaria e artes de adivinhação são comuns entre os forros, angolares e tongas e coexistem lado a lado com as crenças cristãs, tendo-se frequentemente fundido em novas formas de sincretismo (Seibert, 2002:55). Segundo Inocência Mata, esta actualização de arquétipos da cultura africana em contacto com outras civilizações, mais não é que uma reinterpretação, resultado de um processo de transculturação.

Há que referir ainda a fundamental contribuição portuguesa neste processo de construção cultural. Uma contribuição fundamental foi o português, língua oficial do Estado e materna de grande parte dos santomenses, e os dois crioulos de base portuguesa, a *lunga santomé* ou forro (de São Tomé) e o *lunguyê* (do Príncipe)²⁵. As festas sociais, as danças de salão (como por exemplo o *socopé* que derivou da *ússua*), as rezas, o *Vindes-Menino*, a *Stleva* (as Trevas) ou o *Tlúndu* (o Entrudo) são tradições enformadas pelos signos e símbolos da cultura portuguesa cristã. A este propósito é crucial referir a influência no teatro popular: o *Tchiloli* ou a *Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno*, da ilha de São Tomé, e o *Auto de Floripes*, realizado anualmente a 10 de Agosto, na ilha do Príncipe. Ambas as peças são baseadas em dramas portugueses do século XVI, contextualizados no ciclo carolíngio das novelas de cavalaria medievais europeias, com influência em manifestações folclóricas da Madeira e do norte de Portugal, constituindo-se como uma criouliização cultural do teatro sincrético. Embora de influência distinta, importa referir que outros grupos culturais representam também, regularmente, o *Danço Congo* cujo tema é baseado na coroação do Mani-Congo (*cf. infra* Cap.4.1.2, no qual se abordará, em detalhe, o conjunto manifestações tradicionais santomenses).

Neste contexto, impõe-se caracterizar o posicionamento de São Tomé e Príncipe, no seio das sociedades africanas, como um caso entre casos, uma vez que para lá da sociedade iminentemente crioula, geográfica e politicamente integrada no continente africano, que o caracterizam, a insularidade e a história do pequeno Estado produziram muitas características que o distinguem da África continental. Como o arquipélago era desabitado antes da chegada dos primeiros portugueses no século XV, o estado colonial não foi imposto a uma sociedade autóctone já existente, em vez disso, foi o próprio processo da colonização que deu forma à sociedade local desde o princípio da sua existência. Pela mesma razão, os sistemas africanos de poder político como “chefes

²⁵ Além do *angolar*, língua da comunidade Angolar.

tradicionais” nunca foram institucionalizados e o país não apresenta relevantes conflitos étnicos, religiosos ou linguísticos (Seibert, 2002:16).

O período pós-colonial define-se politicamente pela institucionalização de um regime de partido único e as contradições inerentes ao seu funcionamento. O sistema democrático fora banido pelos governantes nacionais como inadequado para conseguir a unidade nacional e o desenvolvimento económico, pouco tempo depois da independência. O exercício do poder político condicionava toda a vida económica e social do país sendo um motor de grande instabilidade, contrariando o seu papel fundamental enquanto motor de progresso e bem-estar. Será neste contexto que a política local gera redes de *clientelismo* e reforça laços de parentesco e de relações de patronagem, alimentadas por uma complexa teia de corrupção, transversal a toda a sociedade santomense (Seibert, 2002:10).

Em menos de dez anos a falência do socialismo no arquipélago e o consequente declínio económico resultaram na perda de legitimidade do regime de partido único. Além disso, a maior parte dos regimes seriam marcados pela instabilidade política, violação dos direitos humanos, corrupção generalizada, declínio económico, altas dívidas externas e a incapacidade de cumprir as suas tarefas administrativas e políticas. O exercício do poder político é predominantemente dirigido à acumulação de riqueza privada em vez do exercício do serviço público. Consequentemente, uma característica da política africana tem sido a privatização do Estado por funcionários públicos e dirigentes (Seibert, 2002:23). Ao contrário de outros países, os problemas não podiam ser atribuídos à destabilização externa, à guerra civil, aos altos preços do petróleo ou às catástrofes naturais. A crise económica forçaria o regime esquerdista a procurar o auxílio financeiro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

A transição para a democracia liberal só reapareceu como uma solução viável nos fins dos anos 1980. Numa segunda fase, e em virtude da introdução do multipartidarismo e dos consequentes impactos no plano económico e social, a pequena e remota república insular de São Tomé e Príncipe coloca-se entre os pioneiros do processo de democratização em África. O país foi o primeiro a organizar uma Conferência Nacional e o segundo a introduzir eleições democráticas multipartidárias depois de ter abolido o sistema de partido único. Este evento terá sido praticamente invisível para a comunidade internacional, uma vez que o micro-Estado acabaria frequentemente ignorado devido à sua língua, dimensão e situação geográfica desfavorável. Ao contrário do que acontece em muitos outros países, em que as eleições foram (e são), com relativa frequência, manipuladas e falseadas, em São Tomé e Príncipe foram realizadas eleições livres e justas,

pacificamente e com sucesso, por sete vezes, e em duas delas o partido no poder foi derrotado nas urnas, aceitando, em definitivo, a derrota legalmente imposta (Seibert, 2002).

É de constatar, portanto, que as instâncias políticas santomenses têm protagonizado um importante esforço de desenvolvimento das suas instituições democráticas, garantindo os direitos civis e humanos dos seus cidadãos. Os santomenses têm alternando livremente os seus governos, mediante a concretização de eleições pacíficas e transparentes em diversas ocasiões. Tendo embora existido divergências e conflitos políticos dentro do governo e da Assembleia Nacional, os debates têm sido realizados e resolvidos de uma forma aberta, democrática e legal, de acordo com a lei santomense. São, pois, inúmeros os partidos que participam activamente nos processos inerentes à vida social e política do país, expressando abertamente as suas opiniões.

No que diz respeito ao aspecto económico, a agricultura de plantação tem dominado a economia de São Tomé e Príncipe desde 1800. A cultura preponderante é o cacau, representando cerca de 95% das exportações. As culturas de exportação incluem copra (um sub-produto do coco), sementes de palma e café. Com a exportação de grande parte da produção, a atenção que recai sobre a produção agrícola destinada à alimentação é insuficiente para atender o consumo local, resultando na necessidade de importação de alimentos. Neste momento, há investidores estrangeiros a financiar projectos de expansão da produção de alimentos em São Tomé. A agricultura representava, em 2009, apenas 14% do PIB. Para além da agricultura, o principal centro de actividades económicas centra-se na pesca e num pequeno sector industrial, envolvendo o processamento de produtos agrícolas locais, e produzindo alguns bens de consumo básicos, como roupas, sabão, cerveja e óleo de palma.

O grande potencial turístico das ilhas tem sido um dos pontos estratégicos de aposta no desenvolvimento integrado, em que o governo tem investido, melhorando, nomeadamente, as rudimentares infra-estruturas. De forma a promover de forma consertada tais medidas o governo santomense tem contado com ajuda externa oriunda de várias instituições, incluindo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o Banco Mundial, a União Europeia (UE), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e de países como Portugal e Taiwan²⁶.

Em 2001, São Tomé e Nigéria chegaram a um acordo sobre a exploração conjunta de petróleo em águas reivindicadas por ambos os países. Depois de uma longa série de negociações,

²⁶ A consolidação da relação entre os Estados Santomense e Taiwanês advém, sobretudo, do facto de São Tomé e Príncipe ter reconhecido, de forma inédita no contexto da CPLP, a independência daquele Estado insular, mantendo regulares relações diplomáticas com este território.

em Abril de 2003, a zona de desenvolvimento conjunto foi licitada para exploração por parte das empresas internacionais de petróleo, sendo, posteriormente, dividida em nove partes. A Nigéria e São Tomé assinaram contratos de partilha de produção com os vencedores, em Novembro de 2005. As primeiras perfurações exploratórias tiveram início em Janeiro de 2006 sob a responsabilidade da empresa vencedora.

Portugal continua a ser um dos principais parceiros comerciais de São Tomé, principalmente como fonte de importação de alimentos e artigos manufacturados. O país funciona ainda como plataforma de distribuição de alguns produtos oriundos da UE, como máquinas e equipamentos de transporte. A par da relação comercial, é com Portugal que São Tomé e Príncipe estabelece uma intensa relação de cooperação para o desenvolvimento.

O actual Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, acaba de retomar o poder, depois de ter sido o primeiro presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, permanecendo no cargo até 1991, altura em que foi substituído por Miguel Trovoadá, seu camarada na luta pela independência e primeiro ministro dos primeiros governos. Agora, vinte anos passados, o presidente depara-se com um novo modelo governativo, o multipartidarismo.

Segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), em 2006, a república insular de São Tomé e Príncipe tinha uma população total de 151.912 habitantes, dos quais 6.737 vivem na região autónoma do Príncipe, registando-se uma taxa de crescimento anual da população de 2,4%. Trata-se, por isso, do segundo mais pequeno Estado independente de África.

De registar ainda um dado estatístico importante no que à educação diz respeito, com dados de 2009, de uma taxa de alfabetização de 87,9%.

3.4. Cooperação e desenvolvimento

Como já referimos anteriormente, a cooperação e a ajuda internacional representam uma componente fundamental no atenuar das vulnerabilidades sócio-económicas e políticas do país e na criação de condições mínimas para a adopção de uma estratégia de desenvolvimento sustentado (Romana, 1997:123). Há vinte anos que a dependência quase exclusiva da ajuda internacional é uma inevitabilidade, pela incapacidade do país em criar, até ao momento presente, mais-valias sociais, gerando sinergias que possibilitem a mobilização em torno de objectivos que minimizem o fatalismo do subdesenvolvimento (Romana, 1997:137).

A cooperação técnica é, sem dúvida, crucial, embora, dadas as suas características, encerre várias dificuldades e condicionantes relacionadas com a necessidade de adaptação cultural e social que dela advêm. A insuficiência de alguns projectos poderá dever-se à inadequação dos modelos implementados à realidade que os recebe, bem como à ausência dos governos receptores no desenvolvimento das iniciativas, mas também à inadequação do tipo de formação e de equipamento e à descoordenação entre as entidades internas e externas envolvidas. Serão, pois, numerosos os pontos a considerar aquando da definição de um projecto de cooperação em território santomense, sobretudo na sua particular adaptação à realidade económico-sócio-cultural, a fim de garantir a sua sustentabilidade. No que respeita às estratégias de cooperação para o desenvolvimento, impõe-se, assim, que da criação de condições que levem à motivação das populações a participarem nos projectos, dependa, em larga medida, o seu sucesso.

Embora o conceito de desenvolvimento²⁷, na sua génese, se caracterizasse pela atenção que dava às necessidades básicas, posteriormente, o mesmo conceito tem vindo a ser enriquecido com a ideia de participação, consubstanciada pela concretização de eleições, enquanto processo democrático. Tomou-se consciência, portanto, de que o desenvolvimento tem de ser compatibilizado com a liberdade individual, o que, por sua vez, potencia a utilização da imaginação criadora, reforçando por esta via o *capital humano*. Consequentemente, este crucial reajuste da interpretação das circunstâncias inerentes ao desenvolvimento e à cooperação para o desenvolvimento foi descrevendo, ao longo dos tempos, um desvio radical.

«Actualmente, há uma visão mais abrangente, com um noção mais precisa da forma como funcionam as sociedades e o sistema internacional. Um processo de desenvolvimento sustentado, baseado na participação e mais centrado no ser humano deve responder a um leque muito mais variado de objectivos». (Campos, 2008)

A ter em conta, na definição das estratégias políticas económicas e sociais, será também a ideia de desenvolvimento integrado, na qual se espelha, de forma subjacente, a capacidade de o governo articular as dimensões da vida em sociedade - política, económica e social.

«São Tomé e Príncipe precisa de pensar numa estratégia que coloque o Homem santomense na posição de motor da criação do progresso e bem-estar para todos. O elemento fundamental de tal estratégia tem de ser uma política coerente e uma gestão eficiente dos recursos humanos. Esta política envolve necessariamente

²⁷ Durante o século XIX, não se havia formado um conceito sobre o desenvolvimento nem sobre o subdesenvolvimento, o conceito usado até o momento era o de progresso. (...) As sociedades que não o tem estão submissas àqueles que o tem, e estas usam do progresso para conservar a sua posição de dominação. Sendo este termo uma questão de sobrevivência. O progresso tem uma conotação individual, evolutiva, natural e espontânea. Nasce com o liberalismo, onde o indivíduo é o sujeito desse processo, na concepção de que cada um fazendo a sua parte consequentemente se chegará ao progresso. Já o desenvolvimento é algo planeado e tem um significado colectivo, nasce com o Estado como representante da colectividade que avança levando consigo as massas; aqui o sujeito do processo é o grupo, o país (Silva, 2011:107)

uma abordagem coordenada e multisectorial. Apela para uma harmonização das políticas sociais e macroeconómicas, e para um sistema de relacionamento eficaz entre as mudanças tecnológicas, os sistemas educacionais e a formação para o trabalho. Uma tal estratégia pressupõe um plano integrado para a total utilização dos recursos humanos existentes e sua constante actualização». (Campos, 2008).

Com a crescente estabilidade da democracia em São Tomé e Príncipe, tem-se verificado um grande investimento na cooperação para o desenvolvimento, na medida em que o apoio que lhe tem sido concedido tem contribuído para os progressos extraordinários que se têm vindo a registar (apesar de algumas vicissitudes) no plano do bem-estar económico e social.

Existem actualmente estratégias que conduzem ao sucesso de um desenvolvimento sustentado e de uma cooperação eficaz, que assentam na existência de um certo número de elementos fundamentais:

- um contexto político adequado, favorável à estabilidade e ao crescimento económico, com o pleno espaço de manobra para um sector privado forte com uma base fiscal correcta;*
- investimentos no desenvolvimento social, nomeadamente, na educação, nos cuidados de saúde primários e em actividades relacionadas com a população;*
- reforço da participação de todos os cidadãos, em particular as mulheres, na vida económica e políticas e redução das desigualdades sociais;*
- boa gestão do sector público, instituições democráticas e responsáveis, protecção dos direitos humanos e respeito pelo Estado de Direito;*
- práticas que respeitem o ambiente;*
- esforço no sentido de solucionar as causas de potenciais conflitos, limitar as despesas militares e orientar o processo de reconstrução e consolidação da paz, com vista a uma reconciliação e um desenvolvimento duráveis. (Campos, 2008)*

Criadas que estão as condições para a consolidação das novas instituições políticas, constitui-se, desta forma, um cenário favorável a qualquer tentativa no sentido do desenvolvimento socio-económico. De facto, os governos santomenses, nestes últimos anos, através do apoio concedido aos esforços de desenvolvimento, têm revelado uma preocupação permanente com a dignidade humana e bem-estar dos seus cidadãos assistindo-se, desta forma, a uma mudança significativa das suas condições de vida. A parcela da população que viu aumentar os seus rendimentos e a sua esperança de vida, acedendo à educação e aos serviços essenciais, tem crescido de forma muito significativa, apesar de ainda existir um vasto conjunto populacional sem acesso às condições básicas de vida, acentuando-se, desta forma, as discrepâncias no tecido social.

Ainda que no período de partido único - que sucede a independência - se tenham verificado resultados mais lentos e menos eficazes, o período subsequente, cuja opção política assenta no multipartidarismo (a génese da democracia em São Tomé e Príncipe) contribuiu para uma abertura interna e externa da sociedade santomense, o que a nível político, económico e social, acarreta inúmeras mais-valias.

É então no contexto dos anos 1990, com o processo de democratização do país, que se proporcionou o surgimento do movimento associativista, dando origem à criação de diversas tipologias de associação em São Tomé e Príncipe.

«As associações fazem parte do quotidiano e da vida cívica. Elas traduzem vontades e apostas no estabelecimento de condições de emancipação e autonomia. Representam uma condição de saúde democrática. Dentro da tradição universal e civilizacional assumem esse sentido humanista e gregário que leva as pessoas a autoregularem-se em grupo e a desenvolverem capacidades para se organizarem em torno de objectivos comuns, agindo para satisfazerem necessidades e interesses colectivos». (Garcia, 2010:47,48)

Visando coordenar, representar e promover o fortalecimento dessas organizações foi constituída, em 2001, a Federação das Organizações Não-Governamentais em São Tomé e Príncipe, FONG-STP, com 44 organizações nacionais e estrangeiras operantes no país.

A intervenção destas associações tem-se manifestado nos mais remotos espaços, maioritariamente nas comunidades onde as necessidades básicas são prementes, junto dos grupos-alvo mais desfavorecidos, em diversos sectores como a saúde, educação, protecção social, segurança alimentar (e nutricional), direitos humanos, promoção sócio cultural, protecção e defesa do ambiente e dos recursos naturais, juventude e crianças, promoção da mulher e noutras áreas transversais como as questões de género e boa governação.

No que concerne ao nosso estudo, importa aqui identificar o leque de associações cuja actividade se cumpre no campo cultural embora, grande parte delas, não se confina a um só sector de acção, mas a um conjunto diversificado de intervenções. O leque é vasto, embora grande parte das associações desenvolvam actividades de forma descontínua e intermitente. Segundo os dados da FONG as associações a actuar em São Tomé e Príncipe nesta área são: Associação COTO, Associação Cultura e recreativa de Guadalupe, Associação Cultural os Divertidos, Associação Cultural Santomense, Associação Medicina Tradicional de São Tomé e Príncipe, Associação de Defesa do Ambiente e de Desenvolvimento Rural, Associação dos Artistas Plásticos Santomenses (AAPLAS), Fundação da Criança e da Juventude, Fundação Novo Futuro, Instituto Marquês de Valle Flôr, Leigos para o Desenvolvimento, Natcultura, Associação Pica Pau, União literária e Artística Juvenil.

Apesar de não estarem alistadas na FONG, é ainda de notar o papel incontornável da Associação Roça Mundo, bem como da Associação Cultural Bienal de São Tomé e Príncipe (responsável pela organização da Bienal de São Tomé e Príncipe) e da Associação CIAC (Centro Internacional de Arte e Cultura) com sede no espaço CACAU (Casa das Artes, Criação, Ambiente e Utopias, cujo director é João Carlos Silva).

Se atentarmos na diversidade de associações e organizações existentes em São Tomé e Príncipe (nacionais e internacionais, cooperativas, fundações, associações especializadas, associações locais e até organizações de tipo socio-profissional ou quase sindical), de facto esta realidade *demonstra e ilustra o esforço da sociedade civil desta pequena nação insular para construir e desenhar uma sociedade aberta, democrática, participativa e solidária. Pode mesmo considerar-se como um contraponto às fragilidades do Estado e das Instituições de uma nação recente (breves 35 anos de independência) e de complexa historicidade* (Garcia, 2010:47,48).

Segundo o *Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe* (2010), note-se que 60% destas ONG's, não têm (ainda) sede própria. *Onde funcionam?* No “terreno”, esclarece o referido estudo, adiantando ainda:

«Embora seja pouco produtiva a existência de um tão grande número de associações actuantes num universo tão limitado como é o de São Tomé e Príncipe, o facto de elas terem vindo a ser criadas, a despeito de tantas dificuldades e a recorrência maioritária a recursos humanos com base no voluntariado revela uma grande disponibilidade da sociedade civil em participar no processo de desenvolvimento e contribuir para a solução dos problemas e dificuldades vividos pelas comunidades. As fragilidades identificadas constituem os principais obstáculos a uma intervenção consequente e de maior impacto. Partindo da mais importante que é a inexistência de um quadro legal que suporte e oriente a sua organização, a falta de especialização em áreas de intervenção e a concomitante qualificação técnica dos seus membros, bem como a carência em recursos materiais e financeiros». (Bandeira, 2010:49,50)

No que diz respeito à cooperação governamental, é imperativo referir a intervenção Brasileira através, por exemplo, do projecto de artesanato *Uê Tela*. Em parceria com o Instituto da Juventude de São Tomé, 90 trabalhadores dão forma a um projecto que procura aliar métodos tradicionais do artesanato santomense (trabalhando com artesãos locais) com novas técnicas de manufactura, na criação de novos objectos de artesanato em São Tomé. Assinalamos ainda a actividade do Centro Cultural Brasileiro, bem como da cooperação através do leitorado no ISP (Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe).

A cooperação com o Estado Português, através de entidades como o IPAD e o Instituto

Camões²⁸, tem um papel muito relevante na cena santomense. O IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) assume um papel fundamental na execução da política de cooperação portuguesa e coordenação das actividades/projectos de cooperação desenvolvidos por outras entidades portuguesas. Cobrindo grande parte dos sectores de intervenção, de notar ainda o apoio que o IPAD tem dado, no âmbito cultural, nomeadamente co-financiando publicações de autores santomenses ou sobre São Tomé e Príncipe. O Instituto Camões, cooperando nas áreas da educação e cultura, consolida a sua acção através do papel do Centro Cultural Português (vocacionado para o público-geral), do Centro de Língua - ISP (vocacionado para o público universitário) e do Leitorado.

Embora não esteja enquadrado no nosso universo de estudo, importa apenas referir o papel significativo do governo Taiwanês em São Tomé e Príncipe, concretizado em áreas como a saúde e a agricultura, sobretudo através de cooperação técnica.

Depois desta breve análise da realidade associativa e de cooperação centrada no desenvolvimento, retomemos, no contexto de São Tomé e Príncipe, a ideia de *desenvolvimento comunitário* (cf. *supra* Cap.2.2, p.18), avançada por Hugues de Varine, onde a reconhecemos enquanto força agregadora de actos e esforços que visam promover o crescimento social, cultural, económico e humano da comunidade, por iniciativa dos seus membros que actuam individual ou colectivamente. Surge-nos, assim, como plausível, a leitura que na conjuntura social santomense antevê um encaminhamento para uma *cultura da iniciativa*, retomando uma ideia do mesmo autor. Tornando-se num acto criador por excelência, esta predisposição para a proposta colectiva, afirma, pois, a capacidade dos membros de uma sociedade para encontrar soluções originais para os problemas com que se deparam.

De facto, o quadro político existente no país proporcionou, *de acordo com a análise do desenvolvimento como forma de felicidade humana, a expansão da liberdade humana enquanto principal meio e fim do desenvolvimento, e o objectivo deste é a avaliação das liberdades desfrutadas pelas pessoas* (Silva, 2011). Ao encararmos, aqui, o desenvolvimento como sinónimo de bem-estar social e não de crescimento económico, este bem-estar terá que manifestar-se no resultado da satisfação das necessidades básicas, que englobam o campo físico, mental e social.

²⁸ No decorrer do nosso estudo as duas entidades - IPAD e o Instituto Camões - fundiram-se numa única - Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.

A partir do momento em que se dá a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades dos indivíduos para exercerem ponderadamente a sua condição de agentes (operantes), está aberto o caminho para o desenvolvimento (SEN *apud* Silva, 2000:10).

Ora, neste ponto, a questão a ser pensada é a escolha de uma proposta de desenvolvimento que priorize em paralelo os tecidos económico como o social, ambiental e cultural. Conforme Hermet (*apud* Silva, 2000:10), com a relevação da cultura e da diversidade cultural, a dimensão hierárquica do desenvolvimento, regida pelo padrão ocidental da modernidade, foi abolida, dando-se voz à maioria daqueles que se situavam fora deste padrão. Deste modo, as sociedades tidas como menos desenvolvidas, no desenvolvimento das suas actividades, mantêm a sua identidade, o orgulho e a coesão do grupo, correspondendo o património colectivo ao seu capital social. Perante tal aceção fica claro que, a partir do momento em que a comunidade local começa a valorizar e a identificar-se com o seu património local, este passa a ser reconhecido, protegido e revitalizado, tornando-se uma ferramenta para o desenvolvimento local.

A forma de inserção dos excluídos pode, pois, realizar-se através da cultura e das alternativas governamentais voltadas para este fim. A cultura toma o lugar de *mola propulsora*, possibilitando que a comunidade local se ocupe da sua identidade, se reconheça nela, e através dela se organize socialmente. A valorização da cultura viabiliza, neste sentido, o funcionamento de toda a engrenagem social local.

3.5. Quadro legislativo

Não podemos, porém, implicar apenas as comunidades locais num processo de desenvolvimento pela gestão integrada e sustentada do seu património; importa também envolver neste processo o próprio Estado, estimulado a intervir no cumprimento das suas responsabilidades. Segundo a Constituição da República (CR), no Título III - Direitos Sociais e Ordem Económica, Social e Cultural, artigo 56º - Cultura e Desporto, no ponto 2: *O Estado preserva, defende e valoriza o património cultural do Povo Santomense*. No ponto 1 do mesmo artigo pode ler-se ainda que *serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar activamente na sua criação e difusão*.

A Lei do Património Histórico-Cultural Nacional (lei nº4/2003) terá sido criada nos termos do referido ponto 2 do artigo 56º da Constituição da República Democrática de São Tomé e

Príncipe²⁹. Segundo o disposto no Título I, correspondendo aos Princípios Fundamentais, esta lei *tem por objecto a protecção dos bens culturais que constituem o património histórico-cultural* (art. 1º), entendendo-se por bem cultural *toda a competência humana, toda a obra do homem, ou todo o produto da natureza com interesse científico, histórico artístico ou religioso, revelador de um certo estado de evolução de uma civilização ou da natureza* (art.2º).

O património cultural do povo santomense, como lemos no art. 3º da referida lei, *é constituído por todos os bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos ou privados que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura santomense ao longo dos tempos*. A definição das diferentes categorias que o património histórico-cultural agrega, para efeitos de compreensão daquele documento, está explicitada no artigo 5º. Assim, em sucessivas alíneas, vemos definidos os conceitos de património cultural, património documental, património artístico, património histórico-linguístico, bens materiais, bens imateriais, bens móveis, bens imóveis, bens imóveis por destinação, monumentos históricos, sítios históricos, conjuntos arquitectónicos, objecto de arte, campo de visibilidade, classificação e desclassificação.

Ainda no Título I, observemos, logo no artigo 6º, as obrigações do Estado (ponto 1) e das autarquias locais (ponto 2). No primeiro ponto pode ler-se que *constituem obrigações do Estado preservar, defender e valorizar o património histórico-cultural do povo santomense, incumbindo-lhe criar e promover as condições necessárias para o efeito*. Acresce ainda no artigo 8º a *incumbência ao Estado, às autarquias locais e às outras pessoas colectivas de direito público as acções de sensibilização, o levantamento, o estudo, a protecção, a revitalização, a valorização e a divulgação do património histórico-cultural*.

O artigo 7º diz respeito ao *direito e dever cívico de todos os cidadãos de preservar, defender e valorizar o património histórico-cultural santomense* e no artigo 9º, referindo-se à participação das populações acrescenta-se que as mesmas serão associadas *às medidas de protecção, conservação e defesa do património cultural, bem como a sua fruição*.

²⁹ Note-se que, na *Lei do Património Histórico-Cultural Nacional (lei nº4/2003)* - Diário da República de São Tomé e Príncipe, nº7, 2 de Junho de 2003 - pode ler-se: *A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 86º da Constituição*, porém parece-nos que esta referência é vítima de um equívoco. Enquadrado na Parte III - Organização do poder político, no Título II - Presidente da República, o artigo 86º diz respeito à responsabilidade criminal e divide-se por pontos e não por alíneas. Assim, assumimos que naquele lugar se deveria ler *no ponto 2 do artigo 56º*, uma vez que a mesma referência se encontra enquadrado no Título III - Direitos Sociais e Ordem Económica, Social e Cultural e no ponto 2 do artigo 56º - cultura e desporto - onde é possível ler-se: *O Estado preserva, defende e valoriza o património cultural do Povo São-tomense*.

O Título II refere-se às Formas e Regime de Protecção Legal e divide-se em dois capítulos (cf. **fig.2**, em anexo). O Capítulo I - Bens Materiais está dividido por onze secções, cada uma composta por diferente número de artigos³⁰ e o Capítulo II - Bens Imateriais é enformado por um único artigo. Este último artigo referido levanta algumas dificuldades no que se refere à sua aplicabilidade uma vez que é pouco explícito quanto às medidas efectivas de protecção, não fazendo referência à inscrição do património cultural imaterial em inventário próprio ou num processo de salvaguarda específico. Empregando várias vezes conceitos como *promover*, *proteger*, *conservar*, *divulgar*, *apoiar*, *revitalizar*, parece-nos que não concretiza, de facto, medidas práticas de protecção. Porém, o artigo aponta, por exemplo, para outras medidas concretas como a promoção da *protecção e o fomento dos crioulos de São Tomé e Príncipe* [incentivando] *a sua utilização nas escolas* (alínea b) do ponto 1). Ao contrário do que aqui acontece, a Lei 107/2001 Portuguesa - que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural - no Título VIII - Dos bens imateriais, no artigo 91º - Âmbito e regime de protecção, ao remeter no ponto 3 para os títulos IV (Do património áudio-visual) e V (Do património bibliográfico) estabelece o regime de protecção para esta tipologia de património, restringindo-se, porém, às *realidades com suporte em bens móveis ou imóveis que revelem especial interesse etnográfico ou antropológico*.

Retomando a análise da lei do património santomense, importa ainda referirmo-nos ao Título V - Contencioso, no artigo 99º, por se dirigir à acção popular referindo que *qualquer cidadão, no gozo dos seus direitos civis, tem nos casos e nos termos definidos na Lei, o direito de acção popular de defesa do património histórico-cultural*.

Para terminar, e retomando uma ideia já explorada antes de iniciarmos a análise do presente documento legislativo, enunciamos o título VI - Intercâmbio cultural e Publicidade para nos referirmos ao artigo 100º - Intercâmbio com Organismos Congéneres onde, no primeiro ponto se pode ler que *o Estado santomense colaborará com outros Estados, com organizações internacionais, inter-governamentais e não governamentais, no domínio da protecção, conservação, valorização, estudo e divulgação do património histórico-cultural de São Tomé e Príncipe*. No ponto 2 pode ler-se ainda que *a cooperação referida no número anterior concretiza-se, designadamente, através do intercâmbio de informações, publicações, meios humanos e técnicos bem como da celebração de acordos culturais*. Do mesmo modo, ao confrontarmos-nos com a Lei n. 107/2001 Portuguesa, logo nos deparamos com uma disposição que abre o caminho

³⁰ Enunciaremos apenas os artigos que nos parecem mais importantes para compreensão do âmbito geral da lei.

para este intercâmbio. No Título I - Dos princípios basilares, no Artigo 5º - Identidades culturais, no primeiro ponto podemos ler que, *no âmbito das suas relações bilaterais ou multilaterais com os países lusófonos, o Estado português contribui para a preservação e valorização daquele património cultural, sito no território nacional ou fora dele, que testemunhe capítulos da história comum.*

A aplicabilidade, o cumprimento e a fiscalização das normas nacionais e internacionais, passam, no nosso entendimento, pelo planeamento e investimento e ainda pela gestão do património cultural virado para o desenvolvimento. A valorização do património implica a aplicação de medidas e de políticas acertadas por parte das entidades públicas, visando a gestão integrada e harmoniosa no quadro do desenvolvimento. Para tal, há que investir nas actualizações das normativas, na formação e no recrutamento de quadros especializados; implementar um plano de gestão e, sobretudo, apresentar uma nova forma de organização na gestão, em que a população terá, definitivamente, um papel pró-activo. Em São Tomé e Príncipe, um modelo que integre o Estado, a cooperação internacional e as associações locais será, sem dúvida, imprescindível no desenho de um desenvolvimento apoiado pela gestão integrada do património.

4. Cultura(s), Património(s) e Museu(s) em São Tomé e Príncipe: abordagem para um diagnóstico a partir do terreno

«(...)não pretendemos impor as nossas opiniões, mas simplesmente expô-las: não pedimos a adesão das pessoas que nos escutam; pedimos só a discussão: essa discussão longe de nos assustar, é o que mais desejamos; porque, ainda que dela resultasse a condenação das nossas ideias, contanto que essa condenação fosse justa e inteligente, ficaríamos contentes, tendo contribuído, posto que indirectamente, para a publicação de algumas verdades». (Quental, 2008:37)

A cultura santomense está em tudo ligada às suas raízes históricas, em resultado de uma profunda aculturação que se deu da coexistência de povos de várias proveniências no mesmo território. É certo que deste profundo envolvimento entre diferentes culturas terá surgido uma nova. Às muitas influências europeias, sobretudo portuguesa, juntar-se-iam as culturas da costa africana, do Brasil e das outras ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde).

É difícil, por isso, definir uma única identidade cultural santomense. Aventuramo-nos agora nesta árdua tarefa, na certeza, porém, de que o que distingue a noção de património cultural da de cultura é a forma como a primeira se manifesta na representação da cultura, através da conservação e da transformação do valor dos elementos culturais. Da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo, daí que o património cultural seja só uma representação simbólica da cultura, e por isso mesmo, dos processos de selecção, negociação e delimitação dos significados.

E para falar do património de um país, não podemos senão falar do que os santomenses consideram o seu próprio património, os testemunhos da sua história, do seu passado e manifestações da sua forma de viver. O que nos parece fundamental compreender nesta nossa reflexão será exactamente de que forma os santomenses podem estar interessados em preservar o seu património e a que património nos referimos, efectivamente. O objectivo será, então, garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar umas gerações com as outras. Sob esta perspectiva, tem-se em conta que, de uma geração para outra, o património pode ser acumulado, perdido ou transformado.

Decerto que grande parte dos santomenses não consideram o passado colonial como um testemunho a ser preservado, pelas memórias trágicas que a ele estão associadas. Se não, o que levaria Alda do Espírito Santo a ter que defender a pertinência de um Museu Nacional (fruto dos vestígios do colono) aquando da sua inauguração?³¹ Ou por que motivo haveriam de ser alvo de pilhagens e vandalismo tudo o que são vestígios do património móvel ou imóvel do passado colonial português? (cf. **ap.2**, Entrevista IV, p.29) É certo que é ainda uma ferida por sarar e, pelo que observamos, sobretudo por aqueles que não viveram o período colonial e que deste conhecem apenas o que de trágico ele teve. Todos os que nele viveram, apesar de muito terem lutado pela independência daquele território, conheceram também as vantagens daquele regime autoritário que, pelo menos no que à educação, cuidados de saúde e infra-estruturas diz respeito, em nada se assemelha ao que viria a acontecer no pós-independência: um território aparentemente devastado por uma guerra civil, que, na realidade, nunca existira.

³¹ «Contrariamente ao que à primeira vista se poderia tirar uma ilação, este Museu Nacional é o testemunho do passado, é o testemunho do fausto instaurado por um sistema colonial feudalista de cinco séculos de existência. Não é o Museu do silêncio, mas um Museu gritante, enriquecido por um património que ilustra a visão clara do Povo. Na hora da independência, no momento em que os destinos da Pátria traçavam determinadamente o alertar das forças vivas do Povo para o processo da reconstrução nacional, o vento da destruição e do vandalismo não influiu no programa decisivo da etapa que procedeu a luta de libertação à independência. Este testemunho é um símbolo da determinação consciente do MLSTP, vanguarda revolucionária do nosso Povo, que conservou incólume o património artístico e documental da era colonial, que é um símbolo duma cultura que afirmava a presença duma dominação que se considerava eterna e que pretendia essencialmente o conforto material e espiritual do padrão dominante» in *Revolução*, 'Foi Inaugurado O Museu Nacional de S. Tomé E Príncipe', 28 de Julho de 1976, pp.3-5.)

Tentaremos fazer agora uma abordagem ao panorama cultural santomense, nas suas diferentes acepções, com base na pesquisa realizada no terreno. Através de uma recolha plurimetodológica, da conjugação de diferentes técnicas, entre as quais os contactos informais e exploratórios e entrevistas semi-dirigidas conduzidas com base num guião-indicativo³² (*cf. ap.1* em apêndice), direccionado a diferentes actores da vida cultural santomense³³, o estudo de caso intensivo, bem como a observação directa, da qual é um caso exemplar o I Fórum da Cultura de São Tomé e Príncipe, através do qual nos foi possível compreender o panorama cultural bem como a teia de relações que se estabelece entre os diferentes actores da cena cultural santomense.

Durante o período de pesquisa no terreno sentimos necessidade de adoptar múltiplos suportes de registo de informação, por forma a sistematizar este processo contínuo de observação da realidade envolvente, dos espaços, dos objectos, dos comportamentos e das atitudes dos actores sociais envolvidos em todo o processo. A elaboração de um caderno de pesquisa foi complementada ainda por registos áudio e fotográficos, constituindo-se assim instrumentos fundamentais da experiência no terreno, bem como suportes auxiliares de análise da informação recolhida.

Paralelamente procedeu-se ainda à recolha bibliográfica, da qual destacamos o espólio do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, onde tivemos acesso à imprensa local³⁴, fonte fundamental para a compreensão desta nossa matéria.

Numa análise tão imparcial quanto possível tentaremos compreender os dados recolhidos no terreno recorrendo, porém, a bibliografia específica³⁵ que nos ajude a interpretar os mesmos, completando e suprimindo, assim, algumas lacunas que possam ter decorrido do trabalho de campo, devido à sua tipologia, em muito espontâneo e experimental.

Para uma primeira abordagem, parece-nos essencial aqui esclarecer que todos os São Tomenses com quem contactamos estão preocupados com o estado da cultura nacional e anseiam por uma política cultural objectiva, coerente e duradoura. É ainda fundamental focar o I Fórum

³² O guião-indicativo foi organizado em duas partes: por um lado tentamos compreender questões relacionadas com a Cultura Santomense e, num segundo momento procuramos concertar ideias acerca de um museu em/para São Tomé e Príncipe. Em duas circunstâncias, aquando da conversa com o director do Museu Nacional de São Tomé e Príncipe e da Casa da Cultura, sentimos necessidade de alargar o espectro do nosso guião, na tentativa de compreender e caracterizar ainda, as mesmas entidades culturais (*cf. Apêndice 2, Entrevistas I e III*).

³³ (I) Ernesto Carvalho e Djadjingu Neto, Director e Técnico de Conservação e Restauro do Museu Nacional de São Tomé e Príncipe ; (II) Castrino Alcântara, linguista; (III) Nelson Campos, Director da Casa da Cultura; (IV) Frederico Gustavo dos Anjos, Professor Universitário e Ex-Director da Casa da Cultura); (V) Ernesto Carvalho, Director do Museu Nacional de São Tomé e Príncipe; (VI) Francisco Costa Alegria, Escritor; (VII) Albertino Bragança, Escritor e Ex-Ministro Educação e Desporto; (VIII) Carlos Espírito Santo, Professor Universitário e Investigador.

³⁴ Do período colonial consultamos *A Voz de São Tomé* e do período pós-independência o periódico *Revolução*.

³⁵ Alegre, 2005; Mata, 2010; Reis, 1967; Santo, 1978 ; Santo, 1998; Valverde, 1998.

Nacional da Cultura como uma iniciativa de mudança e de tomada de consciência por parte da Administração Central do Estado quanto à necessidade de estabelecer uma política cultural para São Tomé e Príncipe.

Note-se, porém, que já em 1988 foi organizada a *I Semana Nacional da Cultura*³⁶ com o objectivo *de analisar a problemática da cultura nacional e o seu desenvolvimento*, à semelhança das motivações que levaram à organização do *I Fórum Nacional da Cultura de 2011* (cf. *infra* Cap. 4.3, p.76). Parece-nos, por isso, que uma questão que aqui se levanta diz respeito à dificuldade de estabelecer as relações necessárias face a iniciativas e medidas encetadas no passado, bem como a inexistência de um trilho cultural definido a longo prazo que compreenda uma estratégia de acção e objectivos específicos. Embora tal afirmação possa parecer excessiva, pelo intervalo de vinte anos que separa as duas iniciativas, faremos notar agora a nossa posição. A semelhança da iniciativa leva-nos a questionar, por um lado a sua designação (parecer-nos-ia adequado sugerir uma continuidade), por outro a inexistência de uma referência à primeira aquando da realização da segunda. A este respeito ainda, note-se que ambas as iniciativas contaram, na sua maioria, com os mesmos intervenientes, constituindo-se assim mais um motivo da nossa perplexidade perante tal esquecimento (cf. **ap.5** em apêndice; cronologia).

A posição que a autora santomense Inocência Mata assume, assaz crítica face ao panorama cultural santomense das últimas décadas, afigura-se-nos como uma confirmação do que acabamos de afirmar. Segundo ela:

«O país não tem sabido promover a internacionalização dos seus escritores - como não tem sabido promover valores culturais nenhuns que não sejam efêmeros e finalísticos: não existe no país uma preocupação virada para a promoção daquilo que, sendo um valor, não gera mais-valia imediata, isto é, não é imediatamente capitalizável nem promove protagonismos! (...) A literatura são-tomense, tal como o país sofre de uma dupla perifericidade, que não tem apenas a ver com a dinâmica externa, senão também com a inércia interna de um país que, em década e meia (1991-2001), ou seja, desde o fim do monopartidarismo, não viu chegar ao fim da sua legislatura um único governo! Como desenvolver um programa cultural, ou outro qualquer, a haver algum?!» (Mata, 2010:54)

4.1. A Cultura Santomense: identidade cultural e Santomensidade

A sociedade Santomense nasceu sob o signo das aculturações com múltiplas e sucessivas miscigenações e dramáticas migrações e, simultaneamente, com as especificidades agregadoras e

³⁶ A *I Semana Nacional da Cultura* decorreu de 3 a 11 de Dezembro de 1988. Organizada em três momentos, a iniciativa contou com uma exposição temática no Parque Popular, uma palestra sobre a história de São Tomé e Príncipe nos séc. XV e XVI proferida pela investigadora portuguesa Isabel Castro Henriques e um colóquio sobre a dimensão cultural do desenvolvimento.

identitárias dos mundos insulares. Do convívio existente, ao longo dos séculos entre os homens, a natureza e a transcendência assim será ditada uma estrutura social exclusiva, composto por todos os agrupamentos étnicos que estiveram e estão na base do cimento social santomense que tem por estrutura remota degredados, escravos, portugueses nobres, e angolares (Alegre, 2005:25).

De quatro continentes chegaram à ilha elementos de cultura que aglutinaram os homens da Europa e de África. Do contacto entre portugueses e africanos resultaram três factos salientes: mestiçagem profunda, desenvolvimento de uma *língua* cuja base assenta no português de quinhentos, expressão e aceitação por parte do africano do Catolicismo (Tenreiro, 1961a:94). *Inventou-se assim uma sociedade profundamente heterogénea, constituída por povos das mais diversas proveniências e origens e, por isso marcada, desde as suas origens, por duas grandes características: a diversidade e a conflitualidade (cf. supra Cap.3.3, p.36, acerca da convergência cultural).*

Consoante o período histórico, assim se regressou mais ou menos às raízes africanas, ou se permitiu a construção de um espaço que desse lugar à influência de culturas estrangeiras. Em momentos de repulsa ou revolta, como sentido na época de 60, pelos movimentos *pan-africanista* e *negritudista*, o fluxo identitário, pautado por um regresso às origens, contrastaria com o que viria a ser, mais tarde, um princípio que, embora baseado na africanidade não rejeitaria, porém, uma construção entre a cultura nacional e a influência estrangeira. A santomensidade, configura-se, então, na construção da identidade cultural santomense, ocorrendo aos seus diferentes estágios constitutivos (Alegre, 2005:25).

Segundo Alda do Espírito Santo (1978) *a eliminação das sequelas seculares da alienação socio-cultural é um processo gradativo, cuja expressão é a supressão concreta da exploração do homem pelo homem, no contexto de um mundo em que a nossa afirmação cultural é o esforço dum povo que luta pela sua verdadeira independência.* Para a mesma autora, deve enquadrar-se então a problemática da insularidade, em contexto africano, caracterizando-se a cultura santomense enquanto africana, cimentada pela miscigenação das forças produtivas participantes ao longo dos séculos no processo sócio-económico e cultural do país: *a nossa identidade cultural é a identidade das forças produtivas, que na unidade e no esforço conjunto se alicerça no concerto dos povos, num processo dinâmico, cuja trajectória se identifica num processo de emancipação.*

A influência do meio geográfico, isolando o “homem africano”, mas acima de tudo as condições políticas, morais e materiais, que provocaram forçadas migrações sucessivas, conduziram ao esforço das ligações psíquicas ao continente que, lutando contra a destruição, manteve intacto o

seu domínio espiritual. A assimilação das culturas estrangeiras que se foram infiltrando no continente, com o objectivo de *exterminar* as realidades dos povos africanos, foram assimiladas nos seus aspectos negativos, no domínio de determinados ritos, cuja simbiose se introduz na prática do obscurantismo (Santo, 1978).

No processo histórico de todos os povos, a incógnita perante o universo, a insegurança, a interpretação dos fenómenos da natureza, criou o sobrenatural sob a forma de crenças. O domínio do mistério é um enigma, e ao mesmo tempo, um factor psicológico que ajuda a superar a insegurança, revestindo os diferentes ritos ou cerimónias litúrgicas de acordo com os conceitos espiritualistas das diversas civilizações. “As pragas do destino”, as doenças, as hecatombes, procuram encontrar uma resposta, um apelo de misericórdia, nesses cerimoniais.

Os rituais correspondem portanto a essa corrida ao mistério, ao milagre. Podemos constatar que o cristianismo não conseguiu afogar essa necessidade de recurso aos rituais, em que a magia e a dança se entrecruzam numa união de ritmo e movimento, que é verdadeira possessão electrizante. O ritual africano e o ritmo arrepiante do tambor traduzem o grito de angústia que, em cerimoniais frenéticos, exige forças superiores ao homem, a realização de um milagre, que as forças humanas não serão capazes de realizar (Santo, 1978).

Em São Tomé, embora as diferentes crenças convivam com a ciência médica, a presença do *stlijón* permanece insubstituível. Muitas vezes, é através de práticas ritualísticas como o *djambi*, que se procura a solução para as moléstias do corpo e do espírito (cf. **ap.4**; glossário de termos).

Com vista à protecção da criança foram ainda surgindo outros rituais em São Tomé e Príncipe. Contra o *men lóli*, o ritual tem a sua expressão no *vigiá mina* ou no *flêcê*. Estes rituais, que têm início desde o nascimento da criança, prolongam-se durante todo o seu crescimento. A cerimónia do *pagá devê*, corresponde à imolação ou compromisso, uma dívida que é necessário pagar para evitar que a criança seja incomodada por um duplo que reclama a sua presença (ocasionando doenças e a morte).

De notar porém que, apesar dos muitos rituais animistas, é também da crença partilhada com o cristianismo que surgiram manifestações como o *plo mon dessu*, *goma*, *aladá*, *stleva* e *mussumba*. É ainda em celebrações como o *vindes menino* ou a *dêxa*, ambas da ilha do Príncipe, que podemos encontrar uma forte influência do cristianismo, embora o seu carácter performativo revele outras influências.

Assim, da mistura com os ritos das forças ocultas que condicionam as vicissitudes da existência, surgem as manifestações integradas às diversões sociais que vão ocupando uma linha evolutiva, à mistura com o processar da própria vida. Reflexo da vida do povo, do ritmo do trabalho, das contradições, a cultura é o reflexo da vida de um país, de um processo de desenvolvimento; se essa evolução é consequente, se há migração de povos, se há miscigenação cultural, a influência que sofrem os determinados padrões culturais em permuta recíproca é válida e objectiva quando cada uma delas conserva a sua personalidade e se identifica com a expressão cultural de cada um dos povos, como contribuição ao património universal (Santo, 1978:192,193).

Como já fizemos notar anteriormente, podemos então considerar que estamos perante uma cultura de raízes eminentemente luso-africanas, produto da osmose que se processou durante cinco séculos entre brancos e outras culturas. Dele são exemplo as línguas ou o folclore (*cf. infra* Cap. 4.1.2, p.60), como produto de uma tradição e, portanto, de uma cultura, que não podendo alhear-se das suas origens, constitui um testemunho vivo da aculturação centenária deste povo, prova evidente do luso-tropicalismo nestas ilhas. Repare-se na *Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno*, no *Auto de Floripes*, aqui introduzidos há séculos e que sobrevivem vigorosamente. E na *ússua*, que lembra as danças de salão do fim-de-século. E nos *fundões*, onde se dançava à maneira metropolitana com música de ritmo africano (Reis, 1969:17,18).

Ainda por referir está a influência que veio da costa ocidental africana manifestada, por exemplo, no *Danço Congo* ou *A Dança do Capitão do Congo* (do Congo) ou no *semba* (de Angola) (*cf. infra* Cap.4.1.2, p.64).

Para além das muitas influências culturais, note-se também que esta terra foi palco de muitas criações culturais, marcas e símbolos de uma cultura viva que, ao longo dos tempos, se foram alicerçando, construindo a sua própria identidade, não negligenciando aquilo que são as suas raízes históricas e permitindo novas influências. O *socopé* (*cf. infra* Cap.4.1.2, p.62), por exemplo, pode ser considerado a concepção santomense por excelência.

Em muito marcada pela sua situação geográfica e pelas especificidades da fauna e flora daquela ilha, assim se estabeleceram as relações entre o homem e o meio que se espelham, por exemplo, na culinária, em que os hábitos alimentares bem demarcados continuam a eleger o peixe e a banana enquanto base da alimentação. Também nos utensílios utilizados para a confecção dos alimentos (a *cata* ou a *baga téla*) encontramos uma forte influência do meio, sobretudo através dos materiais de que são feitos. Da madeira se constroem colheres de pau, canoas ou até mesmo casas (*cubata*) e da palmeira de dendém, por exemplo, para além da extracção do vinho da palma e andim

(com o qual se faz o óleo de palma) também se produzem as fibras utilizadas na cestaria (utensílios de uso doméstico ou instrumentos auxiliares na actividade piscatória, entre outros).

De notar porém que, consoante os grupos sociais, hoje ainda bastante demarcados - angolares, forros ou descendentes de cabo-verdianos -, assim podemos destringir as diferentes manifestações culturais (língua, crenças, festividades ou culinária).

Para a compreensão dos costumes, tradições e do universo axiológico da cultura(s) não podemos deixar de focar, ainda, o papel crucial do imaginário literário enquanto testemunho vivo e veículo cristizador de saberes ancestrais. É através das suas diferentes formas - o *aguêdê* ou adivinha, o *véssu* ou provérbio, o *contági* ou conto e a *sóia* ou estória³⁷ - que a literatura tradicional santomense se concretiza.

Podemos então tentar definir, em São Tomé e Príncipe, os elementos simbólicos e materiais que caracterizam uma identidade própria:

«(...) uma história que estabelece a continuidade com os antepassados, uma série de heróis modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, folclore, locais eleitos, paisagem típica, determinada mentalidade, símbolos oficiais - hino e bandeira - e identificações pitorescas - trajes, especialidades culinárias ou um animal emblemático». (Thiesse *apud* Alegre, 2005:25,26)

4.1.1. Língua e crioulos

Parece-nos fundamental que nos foquemos aqui nas línguas de São Tomé e Príncipe enquanto característica identitária de um povo e, mais ainda, das diferentes comunidades que o constituem. À semelhança de outras manifestações culturais, também as línguas se caracterizam pelos seus vários estágios construtivos, resultado de um processo histórico evolutivo e consequente da permanência no mesmo território de povos oriundos de diferentes pontos do globo (acerca da perspectiva histórico-linguística dos crioulos do Golfo da Guiné (*cf.* Hagemeijer, 1999).

Segundo Inocência Mata (2010:20) importa então equacionar o binómio língua/identidade cultural, problematizando, assim, a relação da língua como expressão da santomensidade. Sendo a língua, ao mesmo tempo, *um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adoptadas pelo corpo social para permitir aos indivíduos o exercício desta faculdade. (...) A língua é, pois, apenas, uma das formas, entre outras, de fixação e de enunciação cultural.*

A singularidade da língua enquanto património cultural e factor de identidade, advém da sua situação privilegiada de elemento que incorpora as diferentes dinâmicas sociais, interagindo com os universos com os quais contacta e, por isso, definindo-se enquanto *factor de delineamento de identidade, memória da consciência colectiva, arrastando consigo a concepção do mundo, dos mitos e dos hábitos* (Cristóvão *apud* Mata, 2010:21). Numa perspectiva histórica, importa aqui referir o papel crucial do forro como língua de identidade nacional na luta pela independência. Na clandestinidade se faziam passar mensagens naquela língua que tinham por missão informar a população acerca da realidade política, de autoridade portuguesa (Alegre, 2005:81). Embora o forro tenha assumido tal papel, no momento da independência, e segundo Nelson Campos (*cf. ap.2, Entrevista III, p.20*) *o país não tinha recursos financeiros para sistematizar uma das línguas nacionais*. Por outro lado, refere ainda que terá sido uma decisão estratégica uma vez que a língua se tornaria mais um elemento de isolamento (para além da insularidade) na relação do novo país com o mundo.

A situação linguística actual de São Tomé e Príncipe é algo complexa pela sua diversidade e pelo sistema piramidal que hierarquiza as diferentes línguas. No pequeno país arquipelágico falam-se cinco línguas: o português, forro (são-tomense ou *lungwa santomé*), o lunguyé (ou principense), o cabo-verdiano e o angolar, sendo os três primeiros crioulos claramente de base portuguesa - portanto derivações da latinidade - e o último de forte influência de línguas africanas ainda não identificadas com certeza (Mata, 2010:14).

O português, para além de *língua oficial*, é a língua franca entendida por todos os grupos sociais. Língua de trabalho e de união, é também a língua de ensino, da comunicação social, da produção escrita e do estado (do poder). Por outro lado, o forro, lunguyé e angolar, embora com o estatuto de *línguas nacionais*, com um carácter identitário e folclórico, situam-se em diferentes patamares, quando em relação com o português. Em seguida tentaremos compreender melhor esta questão, numa breve análise da situação sóciolinguística em São Tomé e Príncipe.

Embora não seja fácil determinar a situação sóciolinguística do país de forma precisa, uma vez que as estatísticas acerca da população divergem muito consoante os diferentes estudos, pode calcular-se os valores a partir da média das estimativas (*cf. Araújo, 2010*). Assim, o cabo-verdiano (*kaboverdianu*) é falado por milhares de pessoas residentes, sobretudo nas roças, ou em propriedade rurais isoladas. Já o angolar, falado sobretudo no Distrito de Caué (sul da ilha), pode ser falado por cerca de 5 mil pessoas. É certo, todavia, apontar que o lunguyé (língua principense), como língua materna, possui uso muito restrito e está limitada à população da Ilha do Príncipe, havendo menos de cinquenta falantes. Por conseguinte, a segunda língua mais falada em São Tomé e Príncipe é o

forro (são-tomense), sendo, por isso, a língua crioula que possui o maior número de falantes, embora os níveis de domínio da língua variem. Por um lado o forro tem-se tornado a língua crioula mais falada (mesmo pelos outros grupos minoritários), por outro, cada vez menos, é aprendido como língua materna, papel desempenhado pelo português.

A norma portuguesa europeia (do português) é ensinada nas escolas e dominá-la é o objectivo do sistema escolar. No entanto, e por se tratar de um contexto multilingue, começam a verificar-se variações do português decorrentes da sua condição de língua materna ou mesmo enquanto segunda língua. Deste modo e uma vez que as *línguas nacionais* concomitam no espaço com a língua portuguesa e por isso se dá um processo de influência mútua, pode falar-se agora de uma nova variante do português: o português de São Tomé. Fruto desta situação linguística podemos então aferir que o português se vem *crioulizando* e, por seu turno, o crioulo se *aportuguesou* (Mata, 2010:26).

De notar, porém, que o problema de diglossia³⁸ que se verifica em todo o país se configura num quadro adverso em qualquer processo de aquisição ou proficiência de uma língua. Segundo Nelson Campos:

«O homem santomense pensa de uma maneira, numa das línguas que lhe seja mais próxima, por exemplo o crioulo forro, que é falado e entendido por quase toda a população, mas depois ele tenta traduzir, mas que tipo de tradução? Ele usa o léxico português mas o pensamento está muito distante entre aquilo que é o português e o crioulo, ele não consegue separar as fronteiras». (cf. **ap.2**, Entrevista III, p.20)

Face ao complexo panorama linguístico santomense importa agora considerar o vasto leque de medidas/iniciativas já realizadas ou a decorrer. É certo porém que, até ao momento, as tentativas de normalização ortográfica³⁹ das línguas nacionais não têm dependido de iniciativas oficiais, motivo que as tem submetendo ao mundo da oralidade (Araújo, 2010). De referir então, pela sua actualidade face a estudos anteriores⁴⁰, o *Dicionário bilingue santomé-português* (não publicado) elaborado por uma equipa de trabalho composta por elementos do Centro de Linguística da

³⁸ Diglossia designa a situação linguística em que, numa sociedade, duas línguas ou registos linguísticos funcionalmente diferenciados coexistem, sendo que o uso de um ou de outro depende da situação comunicativa.

³⁹ Relativamente à questão da normalização da escrita note-se que, também no nosso caso, todas as palavras que possam ser de origem santomense e que agora utilizamos, como por exemplo as designações das manifestações culturais ou até a designação das próprias línguas, aparecem escritas, consoante os autores, de diferentes formas. Por este motivo, reconhecemos que aqui se pode encontrar algum lapso na homogeneização terminológica, embora tenhamos feito um esforço para que tal não acontecesse. Ressalvamos ainda que a este facto pode ainda acorrer a necessidade de nos referirmos a um autor específico que não adopte os nossos critérios.

⁴⁰ *Estudo do léxico do são-tomense com dicionário* de Carlos Fontes (2007), *Dicionário Lexical santomé-português*, da autoria do Ministério da Educação e Cultura (2004), *Dicionário etimológico dos crioulos portugueses em África* de Jean-Luis Rougé (2004), entre outros.

Universidade de Lisboa e da Universidade de São Paulo que segue, do ponto de vista das formas escritas do forro, o *Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de S. Tomé e Príncipe* (ALUSTP)⁴¹.

Se atentarmos na Lei do Património Histórico-Cultural Nacional (lei nº4/2003) (*cf. supra* Cap. 3.5, p.47), ali está expresso que cabe ao Estado *promover a protecção e fomento dos crioulos de São Tomé e Príncipe e incentivar a sua utilização nas escolas* (Capítulo II - Bens imateriais, Artigo 86º Medidas de protecção, ponto 1, alínea b). De facto, e segundo Castrino Alcântara (*cf. ap.2*, Entrevista II, p.11), apenas o *lunguyé* está a ser ensinado nas escolas da Ilha do Príncipe, apesar de lhe parecer difícil ensinar sem que haja uma metodologia adequada para o efeito, uma vez que o trabalho não está a ser acompanhado por um linguista. Segundo Alcântara *não se pode arrancar com um método lúdico para se fazer uma coisa científica. O método lúdico, normalmente, apoia-se no sistema científico*. Tal medida deve-se, sem dúvida, ao facto de o *lunguyé* estar em vias de desaparecer, devido ao actual número de falantes (c.50). Para Alcântara (*cf. ap.2*, Entrevista II, *idem*), o *santomé* não corre o mesmo perigo uma vez que há muitos elementos que concorrem para este facto. O primeiro e mais expressiva é o coeficiente das músicas nacionais produzidas em forro (c. 90%) ou ainda através da transmissão da sabedoria popular através, por exemplo, das *sóias* (*cf. supra* Cap.4.1, p.58). Ressalva, porém, que o facto de não haver uma normalização dos vocábulos, inviabiliza que se fixe a vertente oral e escrita da língua.

Para concluir, socorremo-nos da conversa com Nelson Campos, evidenciando a necessidade de medidas de salvaguarda dos crioulos em São Tomé:

«O Ministério da Educação e o Governo sabem muito bem a necessidade que temos em preservar esses valores linguísticos que caracterizam o ser e o estar do homem santomense. Eu penso que o ministério e o ministro da Educação estão bastante preocupados com esta questão, e a realização deste Fórum é também para colhemos subsídios para a preservação e promoção dos crioulos. Será preciso estabelecer a fronteira entre as línguas porque isto tem dificultado muito o processo de ensino/aprendizagem e o bom desempenho por parte dos alunos. E também não tem sido fácil por parte dos professores. Quando o ministério da educação adoptar uma das línguas que será, certamente, o crioulo forro, virá aí uma guerra linguística. Se tivermos que escolher uma língua e não dermos atenção às outras, as pessoas vão começar a reivindicar. Mas o Ministério da Educação e o Estado vão ter que saber lidar com esta situação». (*cf. ap.2*, Entrevista III, p.21)

4.1.2. Manifestações culturais

Embora nos tenhamos já referido, ainda que sumariamente, às várias manifestações culturais que se constroem enquanto sinais identitários da cultura santomense, o que agora faremos não é mais que uma tentativa de sistematizar as diferentes tipologias do folclore santomense em que se

⁴¹ *Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de S. Tomé e Príncipe* (ALUSTP) da autoria de João Pontífice; Castrino Alcântara; Beatriz de Castro Afonso; Tjerk Hagemeijer; Philipe Maurer (2010).

inclui a dança, a música e o teatro tradicional enquanto veículo que *presentifica* as idiossincrasias desta cultura.

Grande parte do folclore pede a colaboração do ritmo, numa aliança entre a dança e a música. No entanto, e fruto desta simbiose, numa abordagem conjunta, podemos ainda contemplar o teatro (ou as representações teatrais, i.e., manifestações que se constroem a partir de um texto de base) ou ainda manifestações com um pendor mágico-religioso, às quais nos referimos anteriormente (cf. Cap.4.1, p.56).

Focar-nos-emos agora nas danças e no seu processo evolutivo. Dentre as manifestações culturais traduzidas nas danças, do *semba* de origem angolana, nasceu a *puíta*⁴², que atingiu um novo dinamismo, como processo de unidade na evolução cultural e social das massas trabalhadoras. Da *rebita*⁴³, em ritmo mais estilizado, do ritmo do trabalho das roças surge a dança mais antiga do vasto repertório cultural santomense, a *ússua*. Uma dança muito lenta cujo ritmo é marcado pelo som de uma corneta e que Fernando Reis (1969:33) descreve assim:

«Dentro de um “quinté”, (...) tipicamente são-tomense, (...) um grupo de velhos e velhas dançando animadamente ao som dessa música estranha. Os seus passos eram medidos, graciosos, delicados, mesmo com certa distinção, tal como as danças europeias do fim-do-século, (...) sem nada que se assemelhe às vigorosas e barulhentas danças africanas, embora - como é óbvio - com o inevitável ritmo africano que os bombos e os canzás lhe imprimem.»

O mesmo autor descreve ainda que os trajes utilizados pelas mulheres são *antigos e tipicamente são-tomenses: quimonos coloridos, longas saias com as rendas interiores a surgirem, (...) mangas compridas e folgadas, lenços vistosos, envolvidos com arte, envolvendo-lhes as cabeças* (1969:33,34). Quanto aos homens, estes trajavam *calça e sapatos pretos, casacos alvíssimos sem uma ruga, gravata bem posta, chapéus de palha ligeiramente à banda, uma toalha de linho com franjas e bordados suspensa da manga esquerda do casaco, que lhes servia para limparem o suor* (1969:34).

Importa também notar que estes grupos culturais eram organizados mediante uma quotização mensal que beneficiava os membros mais necessitados e providenciava, quando os dançarinos não estavam em condições de o fazer, o angariar das fardas. À semelhança da *ússua*, na *irmandade*, também constituída por congregações de indivíduos ligados pelas práticas religiosas, estes agrupavam-se e tinham obrigações conjuntas, quer em colectas de auxílio mútuo ou na

⁴² A *puíta* é uma espécie de bombo Angolano que emprestou o nome a esta dança.

⁴³ A *rebita* é uma dança Angolana.

realização de grandes cerimónias religiosas. Destes agrupamentos, com um grande fundo solidário, teve origem a dança *irmandade* (Santo, 1978).

O ritmo do *socopé* (de *só com o pé*), mais recente, surgiu depois da *ússua*. Segundo Fernando Reis (1969:41) presume-se que esta dança seja sucessora do *lundú*, embora seja considerada, por muitos, genuinamente santomense. Obedece a uma hierarquia complexa de posições, marcadas pelas divisas, galardões e fardas dos seus intervenientes. A música acompanha o coro e os instrumentos são, geralmente, dois tambores, duas *sacaias*, *dois canzá*s e dois ferrinhos. Por todo o país existem (existiam) grupos de *socopé* (ou *socopés*).

O *quiná*, dança das povoações da beira-mar, expressa a luta do homem contra as intempéries e contra as condições de desigualdade sociais. Os dançarinos, em fila, vestidos de tanga, fazem uma roda, batendo palmas, ao ritmo lento do *canzá* e do tambor (Santo, 1978).

Se atentarmos nas palavras de Frederico Gustavo dos Anjos (cf. **ap.2**, Entrevista IV, p.29), apercebemo-nos que, quer o *socopé*, a *ússua*, ou o *quiná*, caso não sejam tomadas medidas sérias para a sua promoção e salvaguarda, acabarão por desaparecer num futuro próximo. Por outro lado o *bulawé* surgiu e está a desenvolver-se, assumindo um lugar, hoje inegável, quando falamos das manifestações folclóricas do país. É no período que se segue à independência que esta dança mais se assume, sobretudo entre os tongas que viviam nos bairros urbanos. Porém, embora desdenhada pela elite forra, acabaria por ser adoptada por toda a comunidade, tendo-se propagado por toda a ilha (Seibert, 2004:686). Este género é marcado pelo cruzamento entre a *ússua* e o *socopé* e a música é essencialmente de percussão, acompanhada por gaita e outros instrumentos como a flauta e a viola (Alegre, 2005:101). De notar ainda que, ao contrário do que acontecia outrora, com os agrupamentos musicais, os grupos de *bulawé* não oferecem assistência mútua aos seus membros (Seibert, 2004:686).

Ocupar-nos-emos agora das manifestações mais conhecidas do folclore local, as performances de teatro popular, um dos *aspectos mais originais do contacto entre civilizações e de reinvenção cultural* (Mata, 2010:40). Numa derivação diaspórica da latinidade, *A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno* e o *Auto da Floripes*, mantém a narrativa original europeia, embora a performance vá acompanhando as mudanças dos tempos. Se inicialmente o guarda-roupa, os símbolos e as cores se ligavam ao imaginário português (uniforme do exército, bandeira e suas cores), no pós-independência novos signos entram em cena, numa parafernália de trajas coloridos e de propriedades anacrónicas como o telefone, os advogados ou as

pistolas de plástico dos pajens. É neste jogo entre a matriz do texto original e os novos elementos da cenarização que, com os tambores, as *sacaías*, as flautas de bambu, e com eles o ritmo, surge *a África, de mãos dadas com a Europa, constituindo o folclore híbrido de um povo híbrido* (Reis, 1969:18).

A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno ou *Tchiloli*, como é conhecida localmente, é baseada num texto escrito por volta de 1540 por Baltasar Dias, um dramaturgo cego madeirense, contemporâneo de Gil Vicente. No entanto, no III volume do “Romanceiro” de Almeida Garrett, onde se pode ler este auto, não se faz referência ao seu autor. O drama baseia-se em seis romances castelhanos que derivavam, por seu turno, do ciclo de Carlos Magno do século XI (*cf.* Reis, 1969:53; Seibert, 2004:682). Provavelmente, o drama de Dias foi introduzido a partir de Portugal em meados do século XIX, altura em que aí circulava como literatura de cordel⁴⁴. É ainda possível que o texto tenha sido introduzido por mestres açucareiros Madeirenses tão cedo quanto no século XVI, no entanto, a sua existência em São Tomé não é mencionado na literatura antes do século XX. O drama foi também levado para o Sertão, no nordeste Brasileiro.

O *tchiloli* é, segundo Paulo Valverde (1998:221), *uma história de morte e traição, fortemente moralizadora, em que a representação ficcional da morte se funde, segundo os princípios cosmológicos locais, com a presença de defuntos seduzidos pela música, a batucada e as ofertas alimentares*. A peça medieval narra a história de Dom Carloto, filho e herdeiro de Carlos Magno, que, durante uma caçada, mata Valdevinos, seu melhor amigo e sobrinho do Marquês de Mântua, por ter caído de amores por sua esposa, D. Sibila. As duas famílias e seus representantes debatem questões de direito, justiça e bom governo. Os temas principais são a traição e a igualdade perante a lei. O imperador é confrontado com o dilema clássico de escolher entre o império e o seu amor paterno. Finalmente, seu filho Dom Carloto é condenado à morte e executado na fortaleza imperial (Seibert, 2004:682).

Sendo composto por elementos provenientes de diferentes culturas e tempos que parecem ser incompatíveis à primeira vista, o *Tchiloli* é um caso exemplar no que toca à criouliização cultural e ao teatro sincrético.

O *Auto da Floripes*, outro drama medieval ao qual já nos referimos sumariamente, configura, à semelhança do que acontece com a *Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador*

⁴⁴ O auto *A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno* foi publicado num folheto chamado “literatura de cordel, edição da Livraria Lello&Irmão, do Porto.

Carloto Magno na ilha de São Tomé, o produto da amálgama de expressões europeias e africanas assimiladas e insularmente reinterpretadas. O auto é representada todos os anos, a 10 de Agosto, no dia da festa de São Lourenço na ilha do Príncipe. De autor desconhecido, o texto deriva provavelmente do século XVII (cf. Reis, 1969:127), enquadrando-se também no ciclo carolíngio das novelas de cavalaria medievais europeias. Esta peça foi apresentada anualmente durante cinco séculos no dia 5 de agosto numa aldeia do Alto Minho, no Norte de Portugal e é de prever, por isso, que um emigrante daquela região a tenha levado para a ilha do Príncipe. Deste processo transculturativo decorrem várias adaptações no que diz respeito, por exemplo, aos critérios de selecção das personagens, denotando uma *submissão aos códigos morais, éticos e até culturais e económicos da sociedade isleña* (Mata, 2010:47). O papel da personagem Floripes, por exemplo, todos os anos muda de intérprete, devendo este ser interpretado por uma menina virgem, apesar de esta regra se ter tornado difícil de manter. Por outro lado, os restantes papéis, atribuídos consoante o grau de literacia e do nível sociocultural e económico de cada actor, são representados, *grosso modo*, sempre pelas mesmas pessoas. À falta de uma versão fixada do texto, os actores improvisam e desenvolvem continuamente novos temas, motivos, intrigas e fragmentos, estando este, por isso, em constante mutação. Para o *Auto de Floripes* contribuem ainda, de forma crucial, a música, a dança, a pantomima e os adereços, num acto que podemos considerar de grande performatividade.

Com uma origem diferente, também o *Danço Congo* ou a *Dança do Capitão do Congo* é um resultado da relação entre diferentes culturas. A dança pode ter chegado a São Tomé directamente de África ou indirectamente da Baía, quando São Tomé pertencia àquela arquidiocese. O *Danço Congo* constitui um misto entre dança e teatro, tendo lugar na gravana (estação seca), ao ar livre, e é exibida nas festas religiosas e populares, por associações permanentes domiciliadas quer da comunidade Forra ou Angolar, podendo chegar a durar seis horas. Ao contrário do *Tchiloli* e do *Auto de Floripes*, o *Danço Dongo* não tem praticamente diálogos, actuando numa pantomima com danças, acrobacias, apitos e percussão, fazendo deste espectáculo, provavelmente, a manifestação mais animada, colorida e barulhenta do folclore local.

Por último, o *tlundu* (entrudo, carnaval) que em São Tomé assume a forma de representação teatral musicada e acontece nos três dias anteriores ao Domingo de Quaresma. Embora de origem polémica, o *tlundu* terá surgido nas festas alegres do paganismo com origem na Idade Média ou talvez, e de forma mais consensual, marque o início da Quaresma, num festejo que inaugura o adeus à carne (Santo, 1998:264). Os grupos são constituídos por um número variável de homens que

normalmente adoptam modos e trajes femininos, cobrindo o rosto com máscaras durante o dia e tirando-as à noite. À semelhança da *stleva* os textos, que são cantados e acompanhados por violas, *canzás* e outros instrumentos musicais, são mordazes e fazem ferozes críticas a personalidades e grupos sociais, estando a mulher no centro das críticas. A execução de cada trecho musical é realizada mediante o pagamento dos populares, o qual difere consoante o preço de cada canção. Normalmente os *tlundistas* preferem deslocar-se a regiões distantes, longe dos olhos e ouvidos das suas vítimas, receando que lhes sejam lançados feitiços.

Segundo Carlos Espírito Santo (1998:251) *a representação dramática, em São Tomé, tem como propósito fundamental denunciar todos os vícios e deficiências éticas daquela sociedade, contribuindo assim para a grandeza moral e cívica da população*.

4.2. Património(s)

As manifestações culturais a que acima nos referimos constituem uma parte significativa do que se constitui como o património imaterial, na sua maioria ainda vivo, da cultura santomense. Em seguida daremos conta, sucintamente, do património edificado de São Tomé e Príncipe que em muito reflecte a presença portuguesa naquele território. Note-se que grande parte do património a que faremos referência se encontra inscrito no inventário do património arquitectónico elaborado com o apoio da cooperação francesa e da UNESCO (*cf. infra* Cap.4.3, p.74).

Numa perspectiva de ordenação dos principais tipos de património edificado existente no arquipélago devemos considerar as obras de natureza religiosa e militar, datadas da primeira fase da ocupação portuguesa, erigidas nas duas cidades costeiras e seus arredores, São Tomé e Santo António, nos séculos XVI a XVIII. Quanto à arquitectura religiosa é de referir a Igreja de Nossa Senhora do Rosário⁴⁵ na ilha do Príncipe e, em São Tomé, damos destaque à Sé Catedral⁴⁶ e à Igreja

⁴⁵ Embora de aparência singela, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (c.1758) desempenha um papel fundamental uma vez que serve de cenário aquando da apresentação *Auto da Floripes*, durante as festas da cidade.

⁴⁶ A actual Sé, antiga Igreja de Nossa Senhora da Graça foi mandada construir no reinado de D. Manuel, na altura em que Álvaro Caminha era capitão da ilha (1490-1499). Segundo se presume, a actual Sé teve várias intervenções, as quais alteraram parcialmente e descaracterizaram a fachada principal (Fernandes, 2010:367).

da Madre Deus⁴⁷, entre outras do mesmo período⁴⁸. Enquadrando agora a arquitectura militar, do outrora conjunto de duas fortificações que teriam protegido a Baía de Santo António (ilha do Príncipe), resta o Forte de Santo António (Ponta da Mina) edificado depois de 1695 e reconstruído em 1809 (Fernandes, 2010:361). Na cidade de São Tomé, de um conjunto de três pontos defensivos, subsiste a Fortaleza de São Sebastião (que hoje alberga o Museu Nacional de São Tomé e Príncipe), construída em meados de 1566. Do Forte de São Jerónimo (c.1613) e do Forte de São José (c.1756) sobram apenas alguns vestígios, que no segundo caso são irreconhecíveis (Fernandes, 2010:367).

As edificações do século XIX, construídas nas mesmas cidades e em várias povoações secundárias de São Tomé, correspondem a equipamentos de carácter urbano e modernizador, além das inúmeras construções de dois pisos e de função mista (habitacional e comercial) que conformaram o essencial do seu tecido urbano. Algum, embora escasso, algum património do século XX, sucessivamente modernista, neotradicional e moderno, dos anos 1930 aos anos 1960, está concentrado na cidade de São Tomé, como o Cineteatro Marcelo da Veiga⁴⁹, o Liceu Nacional, o Arquivo Histórico, o Mercado Municipal ou o edifício da Companhia Santomense de Telecomunicações, para além do bairro planeado de casas unifamiliares (antigo Bairro Salazar, hoje 3 de Fevereiro) (Fernandes, 2010:324).

Aos edifícios que constituem estas cidades e povoações acresce ainda um conjunto de instalações agro-industriais, as roças⁵⁰, ligadas ao cultivo intensivo do cacau e do café na transição do século XIX para o XX, enformando a arquitectura santomense mais original e qualificada. No entanto, para lá do seu modelo complexo enquanto estrutura arquitectónica composta por vários

⁴⁷ A Igreja da Madre Deus, situada nos arredores da cidade de São Tomé, na estrada para sudoeste, possui uma rara fachada com elementos classicizantes, com peças esculturas em pedra, sendo edifício de origens quinhentistas. Embora no seu conjunto constitua uma obra modesta, destaca-se o delicado portal, em pedra branca, de frontão recto sobre arquivada com duas colunas coríntias, que exibe dois medalhões figurativos. No interior, a nave apresenta elementos com superfícies azulejadas. Foi restaurada, no período de 1961-1969, no âmbito de uma missão oficial, pelo arquitecto Luís Benavente, técnico da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais destacado para o Ministério do Ultramar (Fernandes, 2010:349).

⁴⁸ Dentre as várias igrejas edificadas na cidade de São Tomé neste período, de referir a Igreja da Conceição (construída entre 1495-1521 e reedificada em 1719), a Igreja de São João (c.1562), a Igreja do Bom Jesus, a Igreja do Bom Despacho (fundada em 1617) e a Capela de São Sebastião (construída dentro da Fortaleza de São Sebastião).

⁴⁹ Antigo Cinema Império, está situado na Praça da Liberdade e foi construído na década de 1950/60, tendo sofrido obras de recuperação recentemente.

⁵⁰ A génese da palavra *roça* carrega, aqui, o peso da sua memória e identidade. De “desbravar mato”, “abrir clareiras” ou “terreno onde se roçou o mato”, a *roça* em São Tomé e Príncipe configura as estruturas agrárias que estiveram na base do desenvolvimento deste pequeno arquipélago, durante o seu ciclo de cacau e café nos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XX. Ao contrário do modelo de roça brasileiro, aqui simboliza não apenas a estrutura de exploração do cacau e do café, mas sobretudo o seu modelo de expansão e penetração no território, como uma célula complexa que vai penetrando e talhando o território (Andrade; Pape, 2011)

edifícios de diferentes tipologias⁵¹, a *roça* desempenha ainda um papel fundamental enquanto lugar genésico e modelador da cultura santomense. Ali ancoraram homens de outras culturas, com novos hábitos, tornando-se, por isso, um laboratório de novos ensaios culturais, fruto de um profundo processo transculturativo. A roça representa, então, não apenas o paradigma da sua arquitectura, mas também do próprio país e da sua própria cultura, constituindo a memória e herança mais profunda do povo são-tomense.

É da necessidade de enfrentar a *ruína* que agora falamos. Dos engenhos de cana de açúcar, testemunhos do primeiro ciclo económico de São Tomé, às roças, votadas ao abandono no pós independência, depois de nacionalizadas. Salvo as que continuaram na posse de privados, o panorama destas empresas agrícolas é devastador. Constituindo-se como o principal factor de ordenação territorial, a roça é, ainda hoje, o espaço de vivência e de trabalho da maioria das comunidades locais. Assim, parece-nos que a dotação das infra-estruturas preexistentes pode constituir a alavanca para a sua reinvenção e reconversão, fazendo a transição entre o ciclo colonial e o ciclo cultural, impedindo a descaracterização da roça, a qual levaria à perda da sua relevância cultural e consequente perda de valor patrimonial, lesando gravemente a cultura e a memória de São Tomé e Príncipe.

⁵¹ As grandes roças (roça-sede), constituídas por várias infra-estruturas, eram praticamente autónomas (são disso exemplo a roça Rio do Ouro, Água Izé, ou Porto Alegre). As roças de menor dimensão (dependências) poderiam estar associadas às roças-sede, fazendo parte da mesma empresa agrícola, mas com uma função de pequena produção ou escoamento rápido do produto (a roça Fernão Dias, por exemplo, era uma dependência da Rio do Ouro). As roças de maior dimensão permitiam a fixação de comunidades numerosas, chegando a ultrapassar um milhar de habitantes. Ao longo dos tempos a roça, sob o ponto de vista programático, foi evoluindo, mantendo, porém, componentes como a Casa Principal, as Habitações dos Encarregados, as Sanzalas (habitações dos serviços de áreas muito reduzidas e de grande simplicidade funcional, material e construtiva), os Armazéns, as Estufas e os Secadores. Para além de hospitais (de duas alas e enfermarias distintas consoante o sexo e classe social como na roça Água Izé, Rio do Ouro ou Sundy), escolas e capelas, as grandes roças podiam receber também habitações individuais do feitor geral e dos empregados, fábricas de óleo e sabão, carpintarias, serralharias, oficinas mecânicas, cozinhas e lavadouros comunitários, fornos de cal, depósitos de água e combustível, aquedutos, praças de touros, torres sineiras e de vigia, pombais, teleférico de transporte de mercadoria entre outros. Pela excelência da sua localização e evolução tecnológica, algumas roças poderiam conter ainda complexos sistemas de captação de água para produção eléctrica (como na roças Bombaim e Rio do Ouro), aproveitando assim os recursos naturais fornecidos pela ilha e dotando cada roça de particularidades únicas. As edificações agro-industriais, como os secadores e armazéns, de estrutura simples, ocupavam a grande maioria da área construída da roça. Os secadores permitiam a secagem rápida do produto protegendo-o assim das chuvas constantes, no entanto, outros sistemas adoptavam um processo de secagem ao sol, que através de tabuleiros retrácteis constantes; distribuídos no espaço do terreiro eram recolhidos para um terreiro por meio de carris. Estes modelos representam um exemplo de excelência no panorama do património agrícola mundial (Andrade; Pape, 2011).

À semelhança das roças, também os caminhos-de-ferro⁵², símbolo do desenvolvimento alcançado na ex-província ultramarina portuguesa, hoje não passam do leque ali existente de ruínas quase irreconhecíveis. É certo que, num país com poucos recursos económicos, a preservação de um património de referência colonial não poderia aparecer como prioridade. No entanto, e como veremos em seguida, o impulso patrimonial (cf. *infra* Cap.4.3, p.71) desencadeado pelo período fervoroso da independência levou a um processo de selecção e, por conseguinte, de abandono de testemunhos coloniais, alguns de valor patrimonial insubstituível. Acerca desta problemática, importa aqui recuperar a questão dos arquitectos Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade (2011):

«Que papel terá Portugal, no quadro da sua responsabilidade histórica e cultural, na salvaguarda e recuperação da herança da roça como forma de desenvolvimento? Estará a roça condenada a ser também mais um exemplo de perda de identidade e memória de um património de origem portuguesa no mundo?»

Uma última nota relativa ao património de origem portuguesa, diz respeito à escultura monumental, em grande parte representando navegadores e descobridores portugueses. Outrora ocupando um lugar central nas várias praças da cidade, de forma celebrativa e marcante, hoje, as esculturas de Pêro Escobar, João de Santarém e João de Paiva encontram-se reunidas em frente à Fortaleza de São Sebastião⁵³. Subsistem ainda os monumentos a Vasco da Gama e o das Comemorações Henriquinas de 1960, ambos situados na marginal. Ainda de referir, pela sua importância científica, o Padrão do Equador, um pequeno monumento que assinala a passagem da

⁵² Depois da independência, e com as muitas transformações económicas e sociais daí decorrentes, os caminhos-de-ferro ainda existentes, apesar de inactivos, foram esquecidos primeiro e desmantelados depois. Os carris foram (e vão sendo) arrancados, os vagões desconjuntados, as locomotivas praticamente desapareceram. Deste património ferroviário é possível ainda identificar: a estação do caminho-de-ferro da cidade de S. Tomé e os edifícios-oficinas; do caminho-de-ferro do Estado, o leito da via na Trindade e a ponte sobre o caminho-de-ferro; dos caminhos-de-ferro da roça ainda subsistem muitos vestígios como os carris no terreiro da Roça Agostinho Neto (antiga Rio do Ouro), Água Izé, Monte Café e Uba Budo; alguns vagões aparecem desmantelados, um pouco por todo o lado; a carcaça de várias locomotivas a vapor nos terreiros das roças Uba Budo e Sundry; uma, de origem alemã, no armazém da roça Agostinho Neto; e, nos armazéns da Roça Água Izé, uma locomotiva a diesel e um carro para passageiros ainda em razoável estado de conservação. Segundo Salomão Vieira (2007:287), em primeiro lugar deveria proceder-se à *inventariação e preservação dos vestígios existentes, quer os vestígios vivos, quer os documentais (...) depois, a recuperação quando possível e em termos museológicos*.

⁵³ Sob o título *Monumentos em S. Tomé*, o periódico *A Voz de São Tomé* do dia 16 de Maio de 1953 publicava a notícia que agora transcrevemos: *Acabaram de chegar ao vapor Quanza as três estátuas de João de Santarém, Pedro Escobar e João de Paiva que, por iniciativa do Sr. Ministro do Ultramar, foram mandadas executar. Estas estátuas, da autoria, respectivamente, dos escultores António Duarte, Euclides Vaz e Joaquim Correia, têm 3,5 metros de altura e foram executados em pedra lioz pelo cantoneiro José Raimundo de Pero Pinheiro. O património artístico fica, pois, enriquecido com três monumentos que, brevemente veremos erguidos em S. Tomé*. A 25 de Julho do mesmo ano, o periódico publicava a notícia *Pêro Escobar - um dos Descobridores das ilhas de S. Tomé e Príncipe - tem já o seu monumento na Praça de Portugal*.

Acerca da localização actual das três esculturas Albertino Bragança disse-nos: *«Elas estavam nas praças na época colonial e ainda um tempo depois da independência. Houve uma grande polémica... afinal o que é que elas representam, fazem ou não parte da história de São Tomé e Príncipe? Nós defendemos que sim porque eles fizeram história. Elas chegaram a estar desmanteladas no piso superior do museu à chuva. Depois de muita discussão elas foram postas à frente da fortaleza, que foi importantíssima na defesa da ilha. Eles estão lá como guardas da fortaleza e foram erigidas novamente e assim conseguimos conciliar. Podem não estar nas praças, porque os povos têm os seus ídolos, os seus heróis, mas fazendo parte da nossa história tinham que estar de pé. Esta fortaleza foi mandada construir pelo rei D. Sebastião no séc.XVII, com material vindo de Portugal e com apoio dos populares santomenses»* (cf. **ap.2**, Entrevista VII, p.40).

linha equatorial pelo Ilhéu das Rolas (no extremo sul da ilha de São Tomé). Foi erigido em 1936 e continha (antes de ser vandalizado) uma inscrição, guardada no interior do padrão, onde se lia «*Dos trabalhos geodésicos e astronómicos realizados por Gago Coutinho de 1916 a 1918, em S. Tomé, por iniciativa do Eng. Rebelo de Andrade e com o apoio de todos os colonos, concluiu-se que o Equador geodésico passa neste ponto*». Com um pedestal de desenho classicizante que suporta uma esfera armilar, o monumento assenta sobre uma base policroma, representando o mapa-mundo, num cenário que é composto pela paisagem verdejante e o Atlântico (Fernandes, 2010:359).

Embora nos tenhamos referido sobremaneira às edificações de origem portuguesa, parece-nos fundamental que aqui enunciemos ainda o lugar da arquitectura tradicional santomense, nas suas diferenças tipológicas, enquanto elemento constituinte de um património autóctone. À falta de conhecimento de estudos científicos acerca do tema, gostaríamos apenas de fazer nota da sua existência, ainda que de forma breve. Só em Carlos Espírito Santo (1998: 284-290) encontramos um sumária abordagem quanto às tipologias da habitação tradicional santomense, as quais, sob o ponto de vista dos materiais construtivos, se baseiam em elementos vegetais. De uma forma geral, são estruturas de divisão única, de reparação periódica porque bastante frágeis e facilmente transportáveis.

4.3. Acção Patrimonial

Para trás ficou muito património por preservar por falta de uma estratégia integrada e sustentável, a que vimos fazendo referência ao longo deste nosso percurso. A inexistência de uma política cultural integrada e abrangente a nível nacional e de um projecto cultural para os vários equipamentos culturais levaria a que muito do património, testemunho da cultura material e imaterial, acabasse por se dispersar ou mesmo desaparecer.

Ao longo dos tempos, desde o período colonial e já pós-independência, foram existindo várias estruturas de protecção, preservação e promoção do património santomense, assim como iniciativas esporádicas, de carácter privado ou público, por vezes implicando a sociedade civil ou mesmo por esta encetada. Embora vítimas de um processo vago e intermitente, podem definir-se diferentes períodos da acção patrimonial em São Tomé e Príncipe (*cf. ap.5*, em apêndice; cronologia).

Teremos de recuar ao *Estado Novo* (1933-1974) para ali encontrar um abrangente projecto de salvaguarda patrimonial, desencadeado pelo complexo estado de conservação dos monumentos portugueses ultramarinos na década de 1950. Este interesse pelo património arquitectónico secular ultramarino não seria mais que uma necessidade de legitimação daquele regime através dos testemunhos do domínio português. Em conformidade, pelo *Decreto n.º 41: 787* de 1958, incumbia ao Estado e à Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ultramar, *o inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos de além-mar*. Nesse mesmo ano, o Arquitecto Luís Benavente (Director do Serviço de Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) deslocou-se ao arquipélago, dando início a este projecto centralizado na salvaguarda patrimonial ultramarina. Incumbido de identificar uma igreja que se encontrava em ruínas (a renascentista Madre Deus) bem como proceder à recuperação da fortaleza de São Sebastião, acabou por proceder não só à sua recuperação, como ao levantamento do restante património arquitectónico de São Tomé e Príncipe. Na sequência desta sua missão inaugural, desenvolveu, em 1960, um documento pioneiro na história da salvaguarda patrimonial, propondo regulamentação para a classificação do património de além-mar. Os trabalhos aqui iniciados constituíram um fundamental foco de desenvolvimento de todo um complexo programa que seria, até 1974, alargado aos restantes territórios portugueses ultramarinos (Mariz, 2012).

É ainda no passado colonial que encontramos um período bastante próspero e muito caro a alguns santomenses (cf. **ap.2**, Entrevista IV e VII, p.26 e p.42, respectivamente). Nos anos 1960 e inícios de 70, ocorre uma transformação central, resultante de uma tentativa bem sucedida de cooperação por parte do sector cultural da administração colonial do então governador Silva Sebastião ⁵⁴(Valverde, 1998:225). Reabilitando o actual Parque Popular, ali se organizaram concursos e entregas de prémios dando lugar a todas as manifestações culturais, como nos descreve Fernando Reis (1969:35): *o Município de São Tomé desde as Festas da Cidade em 1965 que vem fomentando e estimulando o folclore da ilha através de concursos entusiasticamente disputados, despertando o espírito de emulação*. Deste modo, Silva Sebastião conseguiu incentivar a actividade cultural, patrocinando ainda os trajes dos diferentes grupos.

Em contraste, segue-se o período pós-colonial, apesar de algumas alterações importantes, a mais visível das quais foi a crise material que afectou as diversas *tragédias*, sobretudo nos anos 90, em consequência da profunda recessão económica que se vivia no país. Porém, as novas políticas culturais, ao abrangerem todos os grupos (ao contrário do que acontecia durante o período colonial), permitiram que o *tchiloli* consolidasse uma ideia de cultura e de identidade santomenses autónomas.

⁵⁴António Jorge da Silva Sebastião foi governador de São Tomé e Príncipe entre 1963 e 1972.

Tal é evidente na sua presença regular em manifestações de afirmação do Estado santomense, desde as recepções a visitantes estrangeiros ilustres até às tomadas de posse dos governantes locais (Valverde, 1998:225), ou ainda em apresentações oficiais em festivais internacionais.

No que diz respeito à salvaguarda, por exemplo, da *ússua*, manifestação cultural característica de uma elite da terra, note-se que já Fernando Reis, em 1969, afirmava que com a morte do Sr. Camblé⁵⁵ havia morrido também a *ússua*. De facto, e se atentarmos ao que nos diz hoje Francisco Costa Alegre (cf. **ap.2**, Entrevista VI, p.36), a *ússua*, apesar de ter chegado até aos nossos dias, não mais se conseguiu reabilitar depois de perdas sucessivas. Porém, e no nosso entender, devemos ainda admitir que a mutabilidade destas manifestações não é mais que um sinal característico de uma cultura viva e em movimento. Para que tal se possa entender sob este ponto de vista, parece-nos fundamental que num possível plano de salvaguarda o inventário terá um papel preponderante e, por conseguinte, se desenvolva um processo criterioso de identificação, estudo e interpretação desta e de outras manifestações culturais. Deste modo, ainda que não mais se dance a “original” *ússua*, o testemunho do seu processo evolutivo poderá sempre ter lugar na história da cultura santomense.

No quadro de uma política cultural desencadeada já no novo país (a partir de 1975) importa desde logo enunciar uma iniciativa paradigmática da acção patrimonial⁵⁶ em São Tomé, i.e. a constituição de um Museu Nacional. Logo nos primeiros dias subsequentes à independência desenrolou-se um processo de identificação e recolha do património que então havia sido nacionalizado. Da equipa responsável por este processo faziam parte a então Ministra da Educação Nacional e Cultura Popular, Alda Graça do Espírito Santo, o professor português e primeiro director do Museu Nacional Álvaro Ferreira da Silva e Cirineu Barros, que viria a ser, mais tarde, director do museu, cargo que ocupou até 2009 (cf. **ap.2**, Entrevista I, p.1). O impulso que desencadeou este célere processo de acção patrimonial adveio da necessidade de minimizar o risco de dispersão a que este património estava sujeito. De facto, a impossibilidade de acorrer a este anseio, por falta de meios ou pelo contra-relógio que se apresentava como um elemento adverso a todo o processo, acabou por permitir a pilhagem de muitos objectos.

⁵⁵ Responsável pela denominada *Ússua de Sum Camblé*.

⁵⁶ Destacamos aqui as três fontes fundamentais que acorreram para a compreensão deste processo: a conversa com Ernesto Carvalho e Djadjingu Neto (cf. **ap.2**, Entrevista I), a imprensa escrita da época com enfoque no periódico *Revolução* e um artigo de Cirineu Barros (Director do museu) publicado na *Revista Cultura em Movimento* (nº0, Agosto de 1989, coordenada por Armindo Aguiar).

O processo terá tido início a 22 de Maio de 1975, momento em que se efectuaram as primeiras diligências, no sentido de se construir um inventário do património cultural existente. Com a proclamação da Independência, a 12 de Julho de 1975, logo se procedeu, no dia seguinte, à integração da Fortaleza de S. Sebastião - onde até então estava instalado o Comando da Defesa Marítima colonial - como departamento cultural no sector ministerial da Educação e Cultura, para ali ser instalado o Museu Nacional de São Tomé e Príncipe.

Alda Graça do Espírito Santo esclarece-nos acerca das decisões tomadas no período da independência relativamente ao património material colonial:

«(...) na hora da independência, no momento em que os destinos da Pátria traçavam determinantemente o alertar das forças vivas do Povo para o processo da reconstrução nacional, o vento da destruição e do vandalismo não influenciou no programa decisivo da etapa que precedeu a luta de libertação à independência. Este testemunho é um símbolo da determinação consciente do MLSTP, vanguarda revolucionária do nosso Povo, que conservou incólume o património artístico e documental da era colonial, que é um símbolo duma cultura que afirmava a presença duma dominação que se considerava eterna e que pretendia essencialmente o conforto material e espiritual do padrão dominante⁵⁷».

No seu discurso inaugural do Museu Nacional de São Tomé e Príncipe, a 11 de Julho de 1976, Alda Graça do Espírito Santo explica as motivações que desencadearam a sua criação:

«(...) em 21 de Dezembro de 1974, quando os legítimos representantes do Povo de S. Tomé e Príncipe entraram no País, o programa traçado pelo MLSTP em serviço do Povo, cumprido integralmente no respeito pelos mais sagrados direitos do Homem, foi alertado da existência nas empresas agrícolas e na Câmara Eclesiástica, de um potencial artístico importante que importava centralizar como valor documental num Museu, que constituísse um património nacional que deveria ser salvaguardado. Em Maio de 1975, o governo determinou a criação do Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe na cidade de S. Tomé, e uma delegação na cidade de Santo António [acerca da qual não obtivemos qualquer informação]⁵⁸».

A constituição do espólio museológico resultou da recolha de objectos, oriundos de diversas proveniências, por todo o país. Todas as propriedades agrícolas de S. Tomé e Príncipe foram visitadas e inventariadas as peças de arte, dando entrada no Museu Nacional todos os objectos de interesse das empresas agrícolas nacionalizadas. Paralelamente, uma larga consulta de investigação foi efectuada nos departamentos públicos e residências do Estado, no sentido de se recolherem todos os documentos históricos e artísticos. Todas as peças de interesse existentes nos departamentos do Estado e no Palácio do Povo, salvo uma ou outra peça oriental e quadros indispensáveis à manutenção e equilíbrio estético dos referidos imóveis, que foram cedidos num clima de verdadeira cooperação e enviados à Fortaleza de S. Sebastião. A Câmara Municipal de S.

⁵⁷ *in Revolução*, 'Foi Inaugurado O Museu Nacional de S. Tomé E Príncipe', 28 de Julho de 1976, pp.3-5.

⁵⁸ *idem, ibidem.*

Tomé contribuiu com um substancial contingente de objectos, na sua maioria, de relevante valor histórico. A Câmara Eclesiástica da Diocese de S. Tomé contribuiu, ainda, com o precioso património artístico de que era detentora. Muitos particulares, nacionais e estrangeiros, enriqueceram o Museu com o contributo de bens que se encontram em fiel depósito ou até em propriedade absoluta⁵⁹.

É através de Alda do Espírito Santo, no seu discurso inaugural, que tomamos conhecimento da realidade museal então constituída:

«Por enquanto a nossa realidade é a existência dum Museu Nacional Histórico, valorizado pela recolha e selecção organizada das peças que gritam no silêncio da Fortaleza-Museu, o património artístico legado pelo passado colonial, fruto da riqueza acumulada com o suor do nosso Povo. O respeito pelo património cultural artístico duma civilização é um dos significados deste Museu, enquadrado numa análise certa e objectiva».

No que toca às intenções que levaram à sua constituição e na tentativa de desenganar possíveis interpretações desajustadas, Alda do Espírito Santo esclarece ainda:

«Contrariamente ao que à primeira vista se poderia tirar uma ilação, este Museu Nacional é o testemunho do passado, é o testemunho do fausto instaurado por um sistema colonial feudalista de cinco séculos de existência. Não é o Museu do silêncio, mas um Museu gritante, enriquecido por um património que ilustra a visão clara do Povo».

Importa referir que é desta altura a criação, por Decreto-Lei nº19/1976, do Instituto Nacional de Educação e Cultura (INEC), dependente directamente do Ministério da Educação e Cultura Popular, constituído por quatro departamentos: Formação Profissional; Coordenação pedagógica; Cultural; Técnico Audio-Visuais e Impressão. No que diz respeito ao Departamento Cultural, o qual tinha como objectivo a promoção cultural das populações através da organização de espectáculos, de conferências e outras actividades culturais por todo o país, foram criados quatro serviços: o Arquivo Histórico; o Museu Nacional, um serviço de espectáculos; um serviço de promoção das populações rurais. De relevar que o Museu Nacional, embora ligado a este departamento no que respeita à homogeneização da política cultural no país, continuaria a trabalhar autonomamente.

Ainda antes da abolição do regime de partido único (em 1989), foi organizada a *I Semana Nacional da Cultura*, de 3 a 11 de Dezembro de 1988, com o objectivo de *analisar a problemática da cultura nacional e o seu desenvolvimento*. Contemplando três momentos, a iniciativa contou com uma exposição temática no Parque Popular, uma palestra sobre a história de São Tomé e

⁵⁹ in *Revolução*, 'Foi Inaugurado O Museu Nacional de S. Tomé E Príncipe', 28 de Julho de 1976, pp.3-5.

Príncipe nos séc. XV e XVI proferida pela investigadora portuguesa Isabel Castro Henriques e um colóquio sobre a dimensão cultural do desenvolvimento.

Em cumprimento das recomendações da *I Semana Nacional da Cultura*, o departamento da cultura desenvolveu um trabalho em torno da língua de S. Tomé, promovendo a recolha da tradição oral e sua consequente organização técnica. Por outro lado este departamento propôs-se ainda coligir e publicar um primeiro esboço de dicionário lexicológico da língua de S. Tomé (Aguar, 1989:29).

Data de 1995 o *Programa de Conservação do Património Nacional*, elaborado com o apoio da UNESCO e da Cooperação Francesa, sob coordenação do Secretariado Geral da Comissão Nacional de São Tomé e Príncipe para a UNESCO. A informação de que dispomos acerca deste programa foi obtida através da consulta⁶⁰ dos dossiês que compilam as fichas de inventário, resultantes da primeira fase do estudo - Inventário -, a qual foi realizada por Paul Emile Simon, arquitecto-urbanista, e consultor da UNESCO.

Os dois dossiês que consultámos dizem respeito a duas tipologias do património - *Sítios Construídos e Edifícios*. Cada um está dividido por cores possibilitando, assim, agregar o património por distrito. Quanto aos *Sítios Construídos* tomamos nota de doze levantamentos: a Roça Monte Café no distrito de Mé-Zoxi; as Roças Água Izé e Micondó no distrito de Cantagalo; as Roças São João, Porto Alegre, Ribeira Peixe e Soledade no distrito de Caué; as Roças Agostinho Neto e Boa Entrada no distrito de Lobata e, por fim, as Roças Belo Monte, Sundi e Porto Real no distrito de Pagué. No que diz respeito aos *Edifícios*, embora tenhamos contabilizado apenas cinquenta e dois (52) levantamentos (fichas de inventário), um outro documento inicial dava conta de ali terem estado contidas cento e vinte (120).

Sob o ponto de vista da coordenação do projecto ainda nos foi possível concluir, através da consulta das fichas de inventário, que aquele terá estado sob a responsabilidade de um Gabinete de Conservação do Património Nacional, organismo da Secretaria de Estado de Comunicação Social e Cultura, do Ministério de Educação, Juventude e Desporto.

Importa agora referir que só passados quase dez anos seria redigida a *Lei do Património Histórico-Cultural Nacional (lei nº4/2003)* na qual se inclui o processo *de inventário como instrumento indispensável e fundamental de protecção e de salvaguarda do património nacional santomense*. Esta iniciativa parece-nos, por si só, de tomar em conta, embora dela não tenha

⁶⁰ Os dossiês que compilam as fichas de inventário, resultantes da primeira fase do *Programa de Conservação do Património Nacional*, foram consultados no Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe.

dependido uma acção mais consciente e orientada face às obrigações legais perante a salvaguarda do património em São Tomé e Príncipe.

Hoje, é a Direcção Geral de Cultura, departamento sob tutela do Ministério da Educação, Cultura e Formação, que se encarrega das questões relacionadas com o património. Embora haja uma lista indicativa de património em vias de classificação, não existe, até à data, património classificado em São Tomé e Príncipe. Deste modo, ainda que exista legislação adequada em vigor desde 2003 que contempla os processos de protecção do património - sobretudo o inventário⁶¹ e a classificação⁶² -, esta está longe de ser cumprida e tomada como uma prática regular. Supomos que as obrigações que advêm de tais procedimentos constituem o principal obstáculo à sua aplicação.

Ainda no que diz respeito à legislação do património em vigor em São Tomé e Príncipe, importa referir a ratificação de legislação internacional, nomeadamente, as Convenções da UNESCO para a defesa do património mundial, cultural e natural (1972) e para a salvaguarda do património cultural imaterial (2003). Segundo nos diz Frederico Gustavo dos Anjos (*cf. ap.2, Entrevista IV, p.25*) esta proposta foi apresentada à Assembleia Nacional e resultou do empenho de Alda do Espírito Santo.

Na sequência da ratificação das convenções da UNESCO para a defesa do património, os países africanos deparam-se então com dificuldades de nível técnico, dificultando que se apropriem destas ferramentas internacionais em proveito da salvaguarda e valorização do seu património cultural. Esta dificuldade advém, sobretudo, da falta de profissionais especializados, com as competências necessárias para a concepção e a realização técnica de programas de inventário e de gestão do património cultural. De facto, o inventário constitui uma etapa necessária à gestão integrada do património, uma vez que ao permitir identificá-lo, se podem definir as orientações para uma gestão eficaz, através de acções concretas, estabelecendo metas e fixando prioridades. Por forma a minimizar esta necessidade premente, o Bureau multi-países da UNESCO de Libreville (Gabão) organizou, em 2007 e em 2009, em São Tomé e Príncipe, sob coordenação científica da

⁶¹ *O inventário é um instrumento indispensável e fundamental da protecção e salvaguarda do património nacional santomense, sendo instrumento essencial para a identificação, recenseamento e gestão dos bens culturais materiais, móveis e imóveis* (lei nº4/2003: Título II, Capítulo I, Artigo 43º, Secção IV, Ponto 1).

⁶² *A classificação é o acto segundo o qual o estado santomense considera doravante protegidos os bens culturais materiais, móveis ou imóveis, públicos ou privados, já inventariados e cuja protecção apresenta um interesse público particular do ponto de vista da Ciência, da História, da Arte ou Religião* (lei nº4/2003: Título II, Capítulo I, Artigo 10º, Ponto 1).

Escola do Património Africano (EPA⁶³) e acompanhamento logístico do Ministério da Cultura de São Tomé e Príncipe, dois ateliês destinados a duas dezenas de quadros africanos provenientes dos serviços culturais ou do património do seu país. Tiveram como objectivo formar profissionais capacitados na realização de um programa nacional de inventário do património cultural imobiliário no seu país, bem como na elaboração de um plano de gestão de um website e de um dossiê de submissão à inscrição no património mundial.

Ainda sob o ponto de vista da formação de profissionais na área da cultura, as mesmas entidades organizaram, também em 2009, um atelier intitulado *Público e Actividades de Animação dos Museus em África*, com o objectivo de se reflectir acerca dos desafios relacionados com a fidelização de públicos e a eficácia social dos museus em África, dando instrumentos aos responsáveis dos equipamentos e animadores de museus que lhes permitam enfrentar estes desafios.

Para concluir, faremos referência a duas iniciativas, a primeira de carácter público e a segunda de âmbito privado, realizadas no final de 2011, as quais se propuseram reflectir acerca do (s) património(s) em São Tomé, embora não partilhem objectivos comuns.

Organizado pelo Ministério da Educação Cultura e Formação, o *I Fórum Nacional da Cultura* realizou-se no mês de Novembro de 2011. Tratou-se de um momento de análise e reflexão acerca das problemáticas da cultura com vista à definição de políticas de promoção cultural, definindo os mecanismos e procurando meios para iniciar um processo de recuperação e consolidação dos elementos que sustentam a identidade cultural dos santomenses. Abrindo espaço para o debate público, envolvendo investigadores e todos os que estão relacionados ou se preocupam com a questão cultural, o Governo procurou aqui orientações no sentido de construir uma política cultural precisa. Organizado em dois momentos, o *I Fórum Nacional da Cultura* contou, numa primeira fase, com um *workshop* cultural realizado no dia 12 em todos os distritos e na Região Autónoma do Príncipe com a participação dos agentes culturais locais para, utilizando a metodologia de análise *SWOT*, identificar as potencialidades culturais locais, os desafios e as ameaças que cada distrito vive no âmbito da preservação e promoção cultural; propor acções prioritárias que visem preservar e promover a cultura local - responsabilidade local/nacional;

⁶³ A EPA é uma organização internacional localizada em Porto-Novo, no Benin, criada em 1998. É uma instituição universitária de pós-graduação, especializada na preservação e promoção do património cultural tangível e intangível, dedicada à formação de profissionais do património de 26 países da África sub-sariana. Embora a missão da Escola desse, inicialmente, prioridade à conservação, gestão e mediação de colecções de museus africanos, actualmente alargou o seu campo de actividade, focando-se em bibliotecas e arquivos, e posteriormente em imóveis e património cultural intangível.

identificar um símbolo cultural que caracterize o distrito ou a região. Numa segunda fase, entre os dias 21 e 25 de Novembro, a Biblioteca Nacional de São Tomé acolheu vários painéis temáticos (Poder e Memória; Preservação e promoção do património cultural; Cultura, Educação e Cidadania; Literatura; Propriedade Intelectual; Cultura e Desenvolvimento; Línguas Nacionais; Cultura e Saúde) que reuniram um leque variado de palestrantes com o intuito de se dar lugar ao debate e à troca de ideias entre todos os participantes.

A decorrer no mesmo período, a 6ª edição da *Bienal de São Tomé e Príncipe*⁶⁴, estruturada sob a temática *Património(s)*, propôs-se, de forma ampla, reflectir acerca do(s) património(s) santomense(s). Destacamos, sobretudo, o trabalho de investigação em torno do património arquitectónico santomense, apresentado em duas exposições realizadas no Palácio de Congressos, na cidade de São Tomé: *Inventari(ar) as Roças de São Tomé e Príncipe*⁶⁵ e *Cubatas - Evolução*⁶⁶.

⁶⁴ Organizado pela Associação Cultural Bienal de São Tomé e Príncipe, o evento contou novamente com a curadoria de Adelaide Ginga, tendo por objectivo resgatar o histórico papel de São Tomé e Príncipe como entreposto de comércio de escravos, lugar de encontro de povos e culturas, para o afirmar como entreposto cultural em África, espaço de partilha e conhecimento. Esta edição procurou estreitar relações culturais e apostar no conceito de laboratório, estimular a experimentação e a descoberta, através da criação em residência artística e na efectiva partilha cultural entre criadores, curadores, galeristas, críticos, historiadores e demais agentes culturais. Com enfoque em artistas naturais de países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e da África Austral, a Bienal mantém a abertura à participação de artistas de outras nacionalidades. Um leque significativo de artistas internacionais foi convidado a participar numa residência artística para a criação de obras inéditas, permitindo-lhes, assim, estabelecer um maior contacto com a cultura local potenciadora de outros olhares sobre o(s) património(s). Deste processo resultou a Exposição Internacional de Artes Plásticas no espaço CACAU, na cidade de São Tomé, embora a Bienal ocupe vários espaços do arquipélago. A par das exposições, promoveu outras actividades culturais, oficinas e ateliês pedagógicos bem como eventos de animação que valorizam as artes performativas tradicionais.

Ainda na cidade de São Tomé, decorreu a exposição *A cidade do Tchiloli*, de abrangência territorial (vários espaços públicos da cidade), consubstanciada em painéis de grande formato de reproduções fotográficas de actores da Tragédia Formiguinha da Boa Morte, em jeito de homenagem à candidatura do Tchiloli a património da humanidade.

Uma pequena exposição temática intitulada *Património Não é Só Pedra*, apresenta em painéis amovíveis, imagens de uma recolha documental exemplificativa da vertente imaterial do património.

⁶⁵ *Inventari(ar) as Roças de São Tomé e Príncipe* é um projecto dos arquitectos portugueses Rodrigo Andrade e Duarte Pape que sob os os momentos “conhecer, compreender e percorrer” estruturaram um projecto expositivo recorrendo a vários suportes (tridimensional e bidimensional). Os autores pretenderam, através do inventário de trinta e duas (32) estruturas agrárias, apresentar o património arquitectónico das roças, os valores de unidade e diversidade através do conhecimento da sua organização, programa e tipologias nas suas diferentes escalas e dimensões. O projecto percorreu as antigas estruturas agrárias de cacau e café que nos séc. XIX-XX estiveram na base do desenvolvimento territorial, patrimonial e económico da então colónia portuguesa. Recorrendo a diagramas, fotografias e modelos tridimensionais deu-se a conhecer não apenas a sua organização, programas e tipologias mas sobretudo a sua memória, herança e identidade.

⁶⁶ *Cubatas - Evolução*, um projecto para São Tomé e Príncipe, com concepção/elaboração de Edwlne Neto. É um projecto de um grupo de arquitectos santomenses, consistindo na recriação da estrutura modular da casa tradicional santomense - a *cubata*. A cubata pode ser mais ou menos complexa consoante o nível social do seu proprietário, tornando-se imperativo ponderar este enquadramento aquando da sua construção e concepção espacial. Embora tradicionalmente a cubata priorize a madeira enquanto material construtivo, a insuficiente reflorestação do arquipélago torna-a numa matéria prima pouco sustentável. Torna-se, por isso, imperativo, encontrar materiais e técnicas alternativas, construindo de forma sustentável e garantindo uma habitação condigna para os santomenses.

4.4. Museu Nacional de São Tomé e Príncipe

A tentativa de integrarmos o processo museológico em São Tomé no seu devido momento histórico, levou-nos a incluir o único Museu existente em São Tomé e Príncipe no anterior sub-ponto (*cf. supra* Cap.4.3, p.71), enquadrando-o na acção patrimonial que decorreu em todo o país no período da independência (1975). Focámos já, por isso, uma primeira etapa importante para a caracterização desta entidade museológica, apresentando a sua génese e antecedentes. Abordaram-se as questões ideológicas que desencadearam a iniciativa, as suas fases e etapas - concretizadas pelo processo de inventariação e recolha do património existente no país, pela decisão política da constituição de um Museu Nacional⁶⁷ e ainda pela integração da Fortaleza de São Sebastião no Departamento de Museus e Monumentos do Ministério da Educação e Cultura - bem como os principais intervenientes envolvidos em todo o processo.

Por agora, gostaríamos de caracterizar o Museu Nacional como o encontrámos e do qual tentaremos fazer um breve diagnóstico, resultante da nossa observação, das entrevistas que recolhemos, bem como de documentação e bibliografia dispersa e não especializada a que tivemos acesso.

O Museu Nacional de São Tomé e Príncipe, instalado na Fortaleza de São Sebastião, situa-se no extremo norte da cidade de São Tomé. O edifício, de planta em estrela de quatro pontas (*cf. fig.3* em anexo), contém um núcleo quadrangular - pátio central - a partir do qual se distribuem e organizam todas as restantes áreas. Três das quatro fachadas do edifício estão voltadas para o mar, restando apenas uma voltada para terra, constituindo esta a fachada principal do museu, a partir da qual se tem acesso, através de uma pequena porta (*cf. fig.4 e fig.5* em anexo), ao seu interior - um estreito corredor que liga uma antecâmara ao pátio central.

O edifício que acolhe o museu - que nos coloca, à partida, uma dúvida concernente à sua categoria, se objecto ou contentor museológico - parece-nos sobremaneira desprezado, embora a sua escolha, vagamente ocasional/circunstancial, nos possa parecer certa - não pelas características espaciais, arquitectónicas e de conservação que apresenta para desempenhar funções museológicas, mas pelas memórias a que está invariavelmente ligado. O facto de o edifício albergar um espaço de preservação da memória - *fortaleza-museu* - potencia a sua preservação, tratando-se de um acto estratégico de não o votar ao esquecimento, à semelhança do que foram as intenções que desencadearam a acção patrimonial, na qual se insere. Parece-nos, por isso, que a própria memória

⁶⁷ Documento fundador - Diploma legislativo nº4 de 25 de Julho de 1976. O Museu Nacional é criado, por decreto-lei nº19/76, pelo Instituto Nacional de Educação e Cultura (INEC), dependendo directamente do Ministério da Educação e Cultura Popular.

histórica do edifício deveria estar documentada, e constituir, em si, um objecto de estudo e investigação.

Se atentarmos nos antecedentes históricos deste edifício, cedo nos apercebemos da multiplicidade de papéis que tem desempenhado. A par da sua função defensiva que lhe deu origem, no século XVI, como fortaleza⁶⁸, neste edifício esteve ainda instalada a Casa dos Pescadores⁶⁹, o Comando de Defesa Marítima Colonial e, em 1975, com a proclamação da Independência, foi integrado no então Departamento de Museus e Monumentos do Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de acolher o recém criado Museu Nacional de São Tomé e Príncipe.

No que toca à distribuição e caracterização dos espaços do museu, importa então referir a existência de espaços para o público, acervo, pessoal e técnico. Como já referimos anteriormente a distribuição arquitectónica do espaço é feita através de um pátio central (a céu aberto), a partir do qual se organiza o *Piso 0*, e se tem acesso, através de uma escadaria (cf. **fig. 7** em anexo), ao *Piso 1* bem como à *Cobertura-terraço*, também este a céu aberto, onde se encontra um farol (ainda em actividade). Este quadrado central alberga ainda, numa das suas faces, uma modesta capela que contém, num pequeno altar, a figura de São Sebastião (cf. **fig. 8** em anexo).

O *Piso 0* dispõe de espaços de tipologia diversa, quer no que concerne ao acesso/restricção ao público, quer no que toca à organização do acervo. Aqui se encontram três salas de exposição, a reserva (cf. **fig. 9** em anexo), os serviços - lavabos - e loja (cf. **fig. 10** em anexo), bem como uma sala de pessoal e a oficina de conservação e restauro. Por outro lado, o *Piso 1* dispõe apenas de duas tipologias de espaços: sete salas de exposição - espaço público com acervo - e o gabinete do director do museu - de acesso privado e sem acervo. No que toca à *Cobertura-terraço*, espaço público com acervo, importa referir que, embora se trate de uma superfície a céu aberto, aqui está disposto o acervo de escultura tumular e objectos de natureza bélica de que o museu dispõe (cf. **fig. 11** em anexo). Resta-nos referir as três esculturas monumentais⁷⁰ que, embora se encontrem fora

⁶⁸ Construída em meados de 1566, a Fortaleza de São Sebastião é a única que subsiste de um conjunto de três pontos defensivos constituído pelo Forte de São Jerónimo (c.1613) e o Forte de São José (c.1756), dos quais sobram apenas alguns vestígios, no segundo caso, irreconhecíveis (Fernandes, 2010:367). A fortaleza de São Sebastião terá sido construída aquando do período do comércio Atlântico, devido ao conhecimento que o rei tinha relativamente aos ataques provocados pelos corsários franceses nas outras ilhas atlânticas ocupadas pelos portugueses.

⁶⁹ A Casa dos Pescadores, instalada na antiga Fortaleza de São Sebastião, dispunha de Biblioteca, Museu e Posto Médico (in *A Voz de São Tomé*, 'As inaugurações do dia 21: Casa dos pescadores', 1 de Julho de 1952, p.3).

⁷⁰ As três esculturas monumentais de três metros e meio de altura, executados em pedra lioz pelo cantoneiro José Raimundo de Pero Pinheiro, outrora colocadas nas praças e jardins da cidade, após a independência foram reposicionadas e colocadas no largo fronteiriço ao museu junto do obelisco comemorativo da visita de Américo Tomás à então colónia. As esculturas modernistas são uma representação idealizada dos descobridores das ilhas - João de Santarém (autoria: António Duarte), Pedro Escobar (autoria: Euclides Vaz) e João de Paiva (autoria: Joaquim Correia) (in *A Voz de São Tomé*, 'As inaugurações do dia 21: Casa dos pescadores', 1 de Julho de 1952, p.3).

dos limites arquitectónicos do edifício, constituem parte integrante do espólio museológico (cf. **fig. 12** em anexo).

Ao percorrermos as várias salas de exposição, bem como os diferentes espaços públicos do Museu, rapidamente somos assomados por uma sensação de paragem na linha do tempo: ou pela observação de metais enferrujados, pó nas vitrinas, objectos em avançado estado de degradação ou pelos textos de sala, emoldurados, pretendendo contextualizar a ambiência que se vive em cada espaço expositivo. A informação datada que contêm, concorre unicamente para a construção de um pensamento anti-colonialista, desvalorizando outros sentidos que os objectos, não identificados, possam ter. Nota-se aqui uma inadequação ao momento presente e a novos sentidos que a investigação poderia trazer àqueles objectos em exposição.

Logo na antecâmara, primeiro espaço interior que antecede o pátio central, apresenta-se um texto propositivo (cf. **fig. 13** em anexo) clarificando os objectivos daquele museu, ao qual qualquer visitante tem acesso uma vez que, tratando-se de um espaço de recepção, é de admissão gratuita. Ali, numa parede frontal, em letras oxidadas por acção do tempo e da humidade a que estão expostas (o comum *verdete*), pode ler-se:

*Este Museu Nacional
deve constituir um centro
de aprendizagem para os
futuros construtores do
nosso país. Aprendendo o que
foi a sociedade colonial
o _____so p_____es _____e _____arao
_____r _____pre_____arados _____determi
na os a construir em são tomé
e príncipe uma sociedade donde
será banida _____sempre
exploração _____o _____m
pelo homem
Manuel Pinto da Costa*

O texto assinado pelo primeiro Presidente da República de São Tomé e Príncipe é o primeiro elemento de comunicação escrita que nos dá conta da missão e objectivos que estiveram na base da concepção do Museu. Embora podendo configurar um testemunho histórico importante para o museu, parece-nos que não poderão passar de um *vestígio* (i.e. aquilo que resta). Em virtude desta apresentação dos objectivos museológicos, poderíamos depreender, erroneamente, que estaríamos perante um museu de temática exclusivamente colonial. Embora não constitua uma inverdade, parece-nos insuficiente, perante a pluridisciplinaridade do acervo museológico (história, etnografia,

arte sacra, ecologia). Os objectivos aqui expressos deveriam espelhar, por conseguinte, a abrangência temática do seu acervo e, por isso, ser alvo de reflexão por forma a serem perspectivados e reformulados, uma vez que constituem uma incongruência face ao que o museu é e pretende ser.

Percorrendo agora as salas de exposição, de forma sequencial - na impossibilidade de adoptarmos um percurso expositivo articulado e coerente⁷¹ - tentaremos focar a interpretação dos conteúdos ali apresentados, denotando a tipologia discursiva aqui utilizada, uma vez que nos parece desadequada, porque muito datada, unívoca e até desconcertante.

As três primeiras salas de exposição dispostas no *Piso 0*, intituladas *Sala 1 - Sala de Jantar da Roça*, *Sala 2 - Arte Sacra* e *Sala de Etnografia*, poderiam constituir (ainda que de forma incompleta) três diferentes núcleos uma vez que apresentam objectos de diferente natureza temática, não contribuindo para a construção de um discurso sequencial.

Na *Sala 1 - Sala de Jantar da Roça*, num ambiente cenografado, encontramos vários objectos de mobiliário faustoso que reconstituem a sala de jantar de uma roça do período colonial (cf. **fig.14** em anexo). Os vestígios de azulejos que ali podemos observar dão-nos conta que outrora, naquele espaço, numa das anteriores funções daquele edifício, terá existido uma cozinha, embora nunca se faça qualquer referência à sua história. A única informação a que o visitante tem acesso, apresentada numa moldura, restringe-se aos objectos cenografados (acerca dos textos de sala do Museu Nacional de São Tomé e Príncipe cf. **fig.4** em anexo).

Na sala seguinte, *Sala 2 - Arte Sacra*, *Sala do Bispo D. Frei João Sahagun* (cf. **fig.15** em anexo), assim se designa o núcleo que outrora terá constituído a unidade intitulada *Museu de Arte Sacra da Diocese de S. Tomé* onde se apresentavam os objectos dali oriundos⁷².

A última sala do *Piso 1* - podendo também constituir a última do percurso expositivo - intitulada *Sala de Etnografia* (cf. **fig.16** em anexo), apresenta objectos de diferente natureza tipológica e material que, de forma redutora, se propõe caracterizar a cultura santomense, interpretando-a através de uma visão parcial e unívoca.

⁷¹ Segundo Djadjingu Neto (cf. **ap.2**, Entrevista I, p.7) ao percurso expositivo agora definido - Arte Sacra (piso 0), Sala da Agricultura (piso 1), Sala da Independência (piso 1), Sala de exposição temporária (piso 1), Sala das Tartarugas (piso 1), Sala do Massacre (piso 1), Quarto da Roça (piso 1), Sanzala (piso 1), Sala de Etnografia (piso 0) e Sala de jantar da Roça (piso 0) - falta uma organização por ordem cronológica para ser compreendido como um museu da história de São Tomé. No nosso entender, ainda que uma reorganização do percurso expositivo pudesse estabelecer uma leitura cronológica da história de São Tomé conferindo-lhe uma maior coerência, importa ressaltar que, do ponto de vista da temática expositiva, há ainda algumas incongruências. As três salas que iniciam, medeiam e terminam o percurso expositivo (Arte Sacra - piso 0, Sala das Tartarugas - piso 1, Sala de Etnografia - piso 0) determinam a pluridisciplinaridade do espólio museológico, contrariando a temática histórica do museu.

⁷² in *Revolução*, 'Foi Inaugurado O Museu Nacional de S. Tomé E Príncipe', 28 de Julho de 1976, pp.3-5.

Do ponto de vista da organização/disposição dos objectos no espaço - na impossibilidade de nos referirmos ao projecto museográfico - importa aqui referir a utilização de diferentes soluções expositivas - grandes vitrinas paralelepípedicas (com faces de vidro e estrutura em perfil de alumínio), molduras e trajes pendurados na parede, pequenos móveis de madeira, objectos dispostos no chão. As diferentes soluções expositivas se, por um lado, impossibilitam a construção de um discurso sólido, por outro, contribuem para a degradação dos objectos, alheando-se de qualquer plano de conservação preventiva dos objectos expostos em regime permanente.

Subindo ao *Piso 1*, aqui estão dispostas, em duas alas distintas, sete salas de exposição: *Sala de Agricultura*, *Sala 8 - Sala da Independência*, *Sala de exposição temporária*, *Sala das Tartarugas*, *Sala 10 - Sala do Massacre*, *Sala 11 - Quarto da Roça*, *Sala 12 - Sanzala*.

A *Sala de Agricultura* propõe-se apresentar, encenando um ambiente sumptuoso através de objectos (não identificados) dispersos pertencentes às grandes casas de actividade agrícola, a história social e económica de São Tomé e Príncipe (cf. **fig.17** em anexo).

Na seguinte sala - *Sala 8, Sala da Independência* - diferentes objectos evocam o momento da independência do país (cf. **fig.18** em anexo).

A Sala de exposição temporária sucede-se, apresentando, segundo a informação que ali se pode ler, *as peças recolhidas da casa grande [que] marcam o período áureo do cacau e café nas terras de São Tomé e Príncipe*. Embora possam constituir objectos interessantes do ponto de vista museológico, pela sua contextualização histórica, note-se que, em nada contribuem para a reconstituição de um período áureo (cf. **fig.19** em anexo).

Chegados a meio do percurso, deparamo-nos com a *Sala das Tartarugas* que, embora venha aligeirar o tom pesado do restante discurso expositivo, introduz-nos inusitadamente numa nova temática: a ecologia. Subitamente atirados para um museu de *história natural*, somos confrontados por um estranho e controverso discurso em defesa de uma espécie: várias reproduções de tartarugas (à escala real) que pendem do tecto, cruzam-se com textos e mapas explicativos de zonas de nidificação, ou ainda com belos artefactos esculpidos (daquele animal) expostos em vitrinas (cf. **fig. 20** em anexo).

Retomando o discurso histórico, a *Sala 10 - Sala do Massacre*, para além de documentar a história daquele lugar, com um carácter muito agressivo confronta-nos perante um série de fotografias que documentam alguns dos massacrados em Março de 1953 (cf. **fig.21** em anexo).

A *Sala 11 - Quarto da Roça* retoma a temática discursiva, reconstituindo, mais uma vez, um espaço alusivo à vivência da roça (cf. **fig.22** em anexo).

Por último a *Sala 12 - Sanzala* termina o percurso expositivo fazendo alusão às condições a que o trabalhador da roça era submetido (por oposição às condições do roceiro) através da reconstituição de um espaço de área muito reduzida (*cf. fig.23* em anexo).

No que ao acervo museológico diz respeito, um dos objectivos do Museu seria, segundo a sua mentora, Alda do Espírito Santo, a longo prazo, incrementar a colecção com o património da cultura artística de São Tomé e Príncipe uma vez que, à data da sua constituição, se traduzia por *diminutas manifestações dum artesanato confinado na insularidade das ilhas, pela força da colonização*. Previa-se que, no prazo de uma década, o *Museu ver-se-ia enriquecido com o contributo da arte nacional*⁷³. Pudemos porém perceber, na conversa que registámos com o actual director do museu, Ernesto Carvalho (*cf. ap.2*, Entrevista I, p.2), que há muito não são incorporados objectos na colecção do museu, acrescendo ainda a problemática da não existência de uma política de incorporação, nem tão pouco de um inventário sistematizado da colecção. Neste caso, e segundo o mesmo, o museu pode continuar a incorporar indiscriminadamente, uma vez que se trata de um equipamento público, apesar da notória falta de espaço da reserva.

No que concerne a função de estudo e investigação, quer da colecção, quer do próprio edifício (se o entendermos como um elemento fundamental desta colecção), parece-nos que haverá ainda um longo trabalho de investigação a fazer pelas equipas do museu. A recolha de um património disperso, outrora certa e fundamental, concretiza-se agora na mera manutenção de objectos potenciais geradores de sentidos - afastando-se assim dos objectivos genésicos da constituição de um espólio museológico. Deste modo, e estabelecendo as áreas funcionais do museu uma teia rizomática, estamos perante uma questão que afecta negativamente, em muito, as restantes funções museológicas. Segundo Castrino Alcântara (*cf. ap.2*, Entrevista II, p.15), é no trabalho de interpretação e investigação que está por fazer que reside o motivo pelo qual se incorrem em erros científicos graves. Por outro lado, o director do Museu, Ernesto Carvalho, aponta a falta de meios (técnicos e financeiros) como o principal obstáculo ao pleno funcionamento desta função museológica.

Apesar da inexistência de um programa museológico, podemos identificar, ainda que não se trate de uma evidência, quatro funções instaladas/activadas: exposição, interpretação, educação e conservação. No que à investigação, incorporação, documentação e difusão diz respeito, ainda que façamos um esforço nesta árdua tarefa, é impossível detectarmos tais funções museológicas, embora constituam uma necessidade premente para que o museu possa funcionar de forma plena. É certo, bem sabemos, que as várias carências (espaciais, de pessoal e financeiras) do museu

⁷³ in *Revolução*, 'Foi inaugurado o Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe', 28 de Julho de 1976, pp.3-5.

contribuem para que tal aconteça. Porém, ainda que com poucos recursos, parece-nos possível conceber um programa museológico exequível no qual, através do planeamento, se encontre uma solução capaz de, quando postas em relação, activar todas as funções museológicas.

É de notar, porém, que a falta de autonomia (administrativa, financeira e de gestão) na execução de qualquer projecto do museu, face à sua tutela (Ministério da Educação, Cultura e Formação e Direcção Geral de Cultura) é, para além de todos os outros a que já nos referimos, o grande obstáculo com o qual o dirigente do museu se tem ocupado. Uma vez autonomizada a gestão museológica e redigido um documento assertivo e com directrizes concretas, será possível definir programas e projectos a longo prazo, sem que sejam inviabilizados antes, sequer, de existirem (*cf. ap.2, Entrevista I, p.1*).

Afigurou-se-nos, apesar do empenho indiscutível da sua equipa⁷⁴, um equipamento estagnado que somente espelha a sua concepção original, isto é, o período em que foi projectado, sem qualquer tipo de missão ou objectivos definidos, de actuação no presente e para o futuro, alheando-se sobremaneira das concepções da museologia contemporânea. As áreas funcionais do museu são praticamente imperceptíveis, não dispondo estas de qualquer tipo de programação. Os resultados do passar do tempo ecoam na estrutura do edifício, nos objectos expostos e até mesmo nos textos de sala que os interpretam e lhes (não) dão sentido.

5. Via de acção patrimonial para São Tomé e Príncipe

Aqui chegados, apresentaremos então uma proposta de acção, resultante do sinuoso percurso trilhado por entre as várias vertentes da realidade santomense, bem como da nossa experiência no terreno, não sem antes nos debruçarmos numa análise comparativa, na qual outras realidades semelhantes ou de interesse conceptual ou metodológico estarão postas em evidência, destacando-se a realidade caboverdiana.

A nossa proposta aponta um processo que se ocupará, principalmente, da identificação do património nacional santomense, onde todas as comunidades serão chamadas a intervir, numa iniciativa que será também sua. Este processo de acção patrimonial dependerá, em muito, de uma participação activa, onde o papel da memória e de elementos geradores e activadores dessa memória terá um papel preponderante, capaz de reforçar, a jusante, os sentimentos de pertença das comunidades. Concomitantemente, será desenvolvido um trabalho de estudo e investigação sem

⁷⁴ A equipa é constituída por quatro pessoas: um director, um técnico de conservação e restauro/guia e dois guias.

esquecer o papel que a educação activa deverá desempenhar em todo o processo, realizado em parceria com as estruturas de educação já existentes. Nesta fase do projecto socorremo-nos da metodologia utilizada no projecto *Soya Kutu*, já implementado em São Tomé.

Importa ressaltar, antes de mais, a margem de risco de uma possível falência operacional da nossa proposta, pela proximidade que pretende ter com as comunidades, constituídas por pessoas, factor subjectivo de qualquer projecto. Deste modo, reafirmamos que será da sua constante rectificação processual que o nosso projecto poderá alcançar resultados satisfatórios.

5.1. Um olhar exógeno: *Cabo Verde, relação inevitável*

Tunuka, Tunuka bála/ Ki tem koráji, é só Tunuka di meu/ Sukuru ka da-l kudádu/
Ka duê-l xintidu, ki fari duê-l korasom/ Tunuka é nós ki bai, É nos ki bem, é nos ki fika li-mé/
Nu uni korasom, Nasionalidadá dja-nu tem dja, Nu mára nós kondom, nós limária nu dexâ-l la/ É
nós ki mbárka pa Sam Tomé/ Injuriádu marádu pé/ Mi ku bo ki stába la mé/ Tudú m-dádu m-da-u
també/ Na nós pom di kada diâ, oxi dretu manham mariádu/ Ramediádu ka tem midjor/
Ki spéra m-dádu m-da-u també/ Tunuka kre-u ka pekádu/ Da-u ka ta fládu, má só bu da-m ki tenê-m/
Tunuka, Tunuka, Tunuka/ Tunuka, Tunuka, é ti si ki-m tem pa-m fla-bu.
(Tunuka, Orlando Pantera)⁷⁵

Embora em termos metodológicos ou referenciais nos possamos referir a outras realidades (cf. *infra* Cap.5.3, p.98), de diferente escala e contexto, parece-nos mais assertiva esta opção relacional que agora fazemos porque, ainda que inevitável, apresenta-se-nos mais ajustada e por isso dela poderemos reter o papel modelar que constituirá para a reflexão acerca do nosso projecto. Importa-nos aqui compreender, não de forma exaustiva, a realidade caboverdiana com a qual nos parece inevitável estabelecer uma relação, pelas muitas semelhanças que encontramos com São Tomé e Príncipe, a nossa realidade em estudo. Como veremos adiante, embora historicamente tais semelhanças sejam evidentes, o percurso que Cabo Verde traçou na sua relação com a cultura e o património é substancialmente diferente, ainda que se mantenham referentes culturais comuns.

⁷⁵ *Tunuka* é a letra de uma música de Orlando Pantera (1967 - 2001), músico, cantor e compositor caboverdiano. *Tunuka*, nome crioulo, representa aqui o povo de Cabo Verde e cuja tradução integral é: *Tunuka, Tunuka Bala/ Quem tem coragem, é só a minha Tunuka/ O escuro não lhe dá medo/ Nem lhe fere os sentidos, quanto mais doer-lhe o coração!/ Tunuka, somos nós que fomos,/ Somos nós que viemos, somos os que sempre ficaram./ Vamos unir os corações/ Nacionalidade já nós temos/ Amarremos os nossos cordões, desavenças deixemos de parte./ Nós que embarcamos para São Tomé/ Injuriados, com os pés amarrados/ Eu e tu que estamos lá/ O que me derem, dou-te também/ O nosso quotidiano, é hoje estar bem e amanhã mal./ Aos conformados resta apenas/ esperar que lhes seja dado para darem também/ Tunuka não és pecado/ Dar-te nem se diz, mas se te deres aceito-te./ Tunuka, só isto tenho a dizer-te* (disponível em http://www.youtube.com/all_comments?v=Zi_dAkI35f0&page=1).

Os paralelismos que se podem estabelecer entre os dois territórios, do ponto de vista geográfico⁷⁶, histórico⁷⁷ ou social⁷⁸, ajudam-nos a compreender a génese da cultura caboverdiana, bem como os antecedentes da acção cultural e patrimonial em Cabo Verde. Segundo o historiador Francisco José Tenreiro *a história sociológica dos dois arquipélagos, embora levemente desfasada, apresenta aspectos e vicissitudes idênticas até meados do século XIX*. No entanto, e segundo o mesmo autor, *só no ritmo cultural inicial, ligado à expansão portuguesa, se podem encontrar os elementos de semelhança que importa considerar* (Tenreiro, 1956:10,11). Para Tenreiro, a estrutura social de Cabo Verde emergiu, gradualmente, de uma génese social anárquica que num contínuo processo de estabilização se foi libertando, na maioria dos seus traços, do surto colonizador português dos séculos XV e XVI. Porém, e apesar das adversidades históricas, *em nenhuma outra parcela de território português ultramarino, o homem, fruto de um caldeamento de raças e instituições, soube encontrar o “seu caminho” como em Cabo Verde. (...) Nem mesmo as fomes grandes que desde o século XVIII e por todo o século XIX assolaram as ilhas, conseguiram quebrantar o homem crioulo, roubando-lhe energias para a adaptação ao meio áspero das suas ilhas* (Tenreiro, 1956:12).

Cabo Verde é, à semelhança de São Tomé e Príncipe, um pequeno país insular (cf. **fig.24** em anexo) que só conheceu a sua independência a 5 de Julho de 1975, depois de um longo processo de

⁷⁶ Situado no Oceano Atlântico, a cerca de 500 km da costa ocidental da África, em linha com o Senegal e aproximadamente a 2.890 Km de Portugal, o arquipélago é composto por dez ilhas e oito ilhéus de origem vulcânica, que formam dois grupos distintos: o Barlavento - que reúne as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista - e o Sotavento - que reúne as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. As principais ilhas do país são Santiago, concentrando mais de metade da população total residente no país - cerca de 50,38% - e São Vicente que representa cerca de 15,53% da população total residente no país.

⁷⁷ A ocupação dos dois territórios fez-se com a diferença de 25 anos, circunstância porém que não invalidou a semelhança no plano que presidiu ao povoamento, que apresentava bases comuns. Segundo Francisco Tenreiro (1956:8), o objectivo seria *colonizar dentro das normas culturais tradicionais metropolitanas*.

⁷⁸ A introdução das culturas da cana sacarina e do algodão seria um *facto da maior transcendência social* (Tenreiro, 1956:8) e um dos elos que mais estreita estes dois arquipélagos. Começara assim o processo de mestiçagem entre europeus e negros da costa africana, dando lugar a uma população crioula que, num complexo fenómeno de aculturação, acabariam por criar novas formas de comunicação verbal que perduraram até hoje, bem como a introdução de novos produtos alimentares, fomentando a policultura. A prosperidade da cultura sacarina, que ajudara à criação da sociedade crioula, entrou em declínio quando o Brasil se lançou na produção deste tipo de plantação. Assim, o algodão da ilha do Fogo ou o tráfico de escravos em São Tomé constituíam rendimentos episódicos, abandonando sobre si próprias *as populações que vivem quer assediadas pela pirataria desenfreada do século XVII, quer enrodilhadas em lutas internas* (Tenreiro, 1956:12). Este longo período de crise haveria de ser solucionado, em São Tomé e Príncipe, com a introdução das culturas de café (1820) e cacau (1822), constituindo-se num novo período de colonização, agora virado para as grandes explorações agrícolas de tipo capitalista, dando lugar a novos recrutamentos de trabalhadores da costa africana (primeiro enquanto escravos e depois já como contratados). Os novos modelos organizativos acabariam por se reflectir em estruturas diferenciadas: *Em Cabo Verde, predomínio da policultura de subsistência sobre as culturas altamente rendosas; predomínio da pequena propriedade em oposição à propriedade gigante (a Roça) das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Em Cabo Verde a estrutura contemporânea assenta em bases que evoluíram do século XVI até à actualidade - o campo das ilhas é uma réplica do português; em S. Tomé, criou-se a “plantação”, algo de original e artificial - nem português nem africano* (Tenreiro, 1956:15).

luta contra o jugo colonial⁷⁹. Após a sua independência, o país foi governado num regime de partido único durante quinze anos⁸⁰. Só em 1990, com as mudanças na política mundial e o processo destinado à democratização de alguns países do continente africano, se dá a abertura política em Cabo Verde, possibilitando o surgimento de novos partidos políticos, realizando-se as primeiras eleições democráticas multipartidárias no país em Janeiro de 1991, colocando-se um fim ao período de partido único (1975 - 1990), e dando-se início ao pluripartidarismo marcado pela conquista dos direitos civis, políticos, de liberdade de expressão e de imprensa, de liberdade de associação, manifestação e direito à greve.

A situação económica de Cabo Verde, em resultado da sua condição de pequeno estado insular africano apresenta algumas particularidades, à semelhança de São Tomé e Príncipe, sofrendo com os condicionalismos de uma economia aberta, da dependência do comércio e da ajuda externa, da dificuldade em atrair investimentos externos e de um sector público que se constitui como o principal empregador num mercado de trabalho formal limitado. Porém, em muito difere na carência generalizada de recursos naturais, em virtude do seu clima desértico e dos longos períodos de seca em todo o território. A vulnerável conjuntura económica caboverdiana, potenciadora de avanços e recuos, confronta-se com várias adversidades e restrições, constituindo um obstáculo ao seu desenvolvimento. Uma das principais consequências do referido enquadramento económico é a influência que tem na situação social de Cabo Verde, verificando-se um elevado índice de pobreza, alicerçado numa frágil engrenagem produtiva, incapaz de gerar empregos que absorvam a mão-de-obra disponível, na sua maioria pouca qualificada. A falta de instrução e de formação profissional constitui outro dos factores que contribui para o elevado índice de pobreza no país.

A complexa conjuntura de que, sumariamente, demos conta, embora constitua um obstáculo ao desenvolvimento do país, pode ser equilibrada pelas potencialidades de uma fértil realidade patrimonial (natural, cultural e histórica), capaz de se constituir como um factor de mudança. Acresce ainda a existência de uma língua que representa um factor de coesão social forte:

«Cabo Verde, em relação a muitos outros microestados arquipelágicos, goza do privilégio de ter uma “crioulidade”, vigorosamente afirmada numa língua (que admite variantes dialectais insulares) e uma cultura popular originais, que constitui elemento fundamental de coesão social e da unidade nacional. O crioulo é uma criação multiseccular, com um fundo português largamente dominante e contribuições linguísticas e culturais de

⁷⁹ Reivindicando a sua independência política, cultural e social que, até então, lhes era negada, os intelectuais Caboverdianos, liderados pelo Amílcar Cabral, criaram um movimento de luta de libertação nacional juntamente com outros companheiros africanos, que culminaria na fundação, em Setembro de 1956, na Guiné Bissau, do Partido Africano para Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC), possibilitando assim a independência dos dois países, bem como a sua afirmação no plano internacional.

⁸⁰ O PAIGC - partido que havia liderado o movimento de libertação nacional - governou até 1981, altura em foi substituído pelo PAICV em resultado de uma cisão dentro do partido motivada pelo golpe de estado na Guiné Bissau.

representantes de etnias da África Ocidental - os antigos escravos. Ele veicula uma cultura original, a da “cabo-verdianidade”». (Albuquerque e Santos, 1991:22)

Avançamos agora para uma breve análise da situação cultural do país, no que toca à relação que estabelece com o seu património e às estruturas criadas para a sua preservação, socorrendo-nos do histórico de representações de Cabo Verde em encontros de museus de países e comunidades de língua portuguesa organizados pelo ICOM⁸¹. À partida, destaca-se a presença constante de representantes especializados na área (inicialmente do património e posteriormente já de museologia) e, por outro lado, a crescente atenção dada a matérias como a protecção e a salvaguarda do património. Com o passar dos anos, a reflexão e complexidade das questões apresentadas denotam uma profunda consciência patrimonial, bem como um investimento (financeiro, técnico e teórico) generalizado nesta área, ainda que com muitas restrições.

No que toca à situação museológica em Cabo Verde, logo no *II Encontro de Museus ICOM*, realizado em 1989, Manuel Veiga, o então director geral do património cultural de Cabo Verde, referiu-se à inexistência de uma herança colonial no que toca a estruturas físicas de preservação do património cultural: nem museus, nem arquivo histórico, nem redes de bibliotecas. À semelhança da realidade santomense, *com a independência, a permanência dos problemas económicos fez relegar para segundo plano todo o investimento em matéria de cultura, em geral, e de preservação do património cultural, em particular* (Veiga, 1989:122). Por este motivo, todo o processo em torno da preservação e salvaguarda do património haveria de surgir de forma lenta e gradual. Note-se, porém que, já à época, estava em processo a elaboração de um espólio constituído pela recolha de tradições orais, bem como, embora em menor escala, o levantamento do património construído. Quanto ao património etnográfico, o Centro Nacional de Artesanato procedia à recolha e preservação de objectos etnográficos, para além de dinamizar e incentivar actividade em torno do artesanato tradicional e moderno. Também o fenómeno ecomuseológico era já ali uma realidade, viabilizado através de um projecto constituído pela elaboração de vários núcleos museológicos, visando a salvaguarda do Sítio Histórico da Cidade Velha. Um outro projecto museológico estava já projectado com vista a transformar o antigo Centro de Conservação do Tarrafal num Museu da Resistência. Estava também já em progresso um projecto ambicioso: a construção de um Museu Nacional, cujo projecto havia sido elaborado pelo arquitecto brasileiro Oscar Niemeyer, no quadro

⁸¹ A promoção de encontros de museus de países e comunidades de língua portuguesa teve início em 1987, no Rio de Janeiro, onde se realizou a I Conferência Geral de Museus de Países de Língua Portuguesa. O II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa realizou-se em 1989; o III Encontro em 1991, na Guiné-Bissau; o IV Encontro, em 1994, em Macau; o V Encontro em Maputo em 2000; o VI e último encontro realizou-se em 2011 em Lisboa. Deste modo, vem-se promovendo o intercâmbio cultural, a partilha de experiências entre museus e profissionais e um esforço comum de sensibilização para as políticas públicas de preservação do património.

de cooperação com o Brasil. Ao lado deste museu, haveria de se erguer ainda um Memorial a Amílcar Cabral, com um núcleo dedicado à Luta de Libertação Nacional

Em 1991, no *III Encontro de Museus ICOM*, Cabo Verde fez-se representar, pela primeira vez, por um profissional de museus: Nélida Rodrigues, Chefe de Divisão de Museus do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde. Porém, embora existissem já alguns projectos museológicos e patrimoniais, o país não dispunha ainda de qualquer estrutura museológica, contribuindo para tal vários factores, entre os quais, *a realidade social onde não só a população menos informada, mas a grande maioria dos cidadãos nunca ouviu falar em museu, não vê a sua importância, a sua utilização e porque deve ser importante*. Segundo Nélida Correia caberia então aos profissionais de museus ou ligados à cultura de forma ampla, encontrar uma solução por forma *a que o museu não seja um mostruário morto ou quatro paredes que nos sintamos obrigados a fazer, mas um meio de preservação viva dos valores onde cada caboverdiano possa se reconhecer, projectar-se, relacionar-se com o outro e descobrir ou redescobrir como caboverdiano* (Rodrigues, 1992:62).

Estavam então a ser criadas as condições para a preservação do património histórico e cultural, através da concretização/viabilização de alguns projectos⁸², destacando-se o grande projecto de preservação da Cidade Velha⁸³ que, contemplando a integração entre os valores rurais e urbanos, pretendia constituir um *museu-vila*. Note-se que desde 1989 Cabo Verde aguardava a inscrição da Cidade Velha na lista de Património Mundial, porém só em 2009, vinte anos mais tarde, vê concretizado este grande objectivo.

As várias experiências realizadas até então permitiram que se fosse reflectindo acerca das especificidades da realidade caboverdiana e, conseqüentemente, da pertinência de uma primeira *realidade cultural*, bem como da sua abordagem temática, se de natureza etnográfica ou de visão antropológica (Rodrigues, 1992:63).

⁸² Dentre estes projectos contava-se: o Centro Nacional de Artesanato - dinamizando o interesse pelo artesanato tradicional e ocupando-se da preservação de peças etnográficas; o Arquivo Histórico Nacional - começando a debruçar-se sobre a constituição de uma colecção de vários documentos, incluindo peças de numismática; o Museu do Mar e o Museu de Arte sacra - ainda em projecto; o Museu Histórico - consequência do plano de preservação da Cidade Velha, ainda por realizar; a recuperação de edifícios históricos; a recolha e preservação de tradições orais, prevendo a constituição de um projecto maior, no qual estariam integrados outros valores etnográficos; o Projecto Museu Etnográfico - iniciado com um levantamento a nível nacional com o objectivo de se constituir um acervo que pudesse espelhar a Identidade Nacional do caboverdiano, criando um Museu Nacional. Este museu estaria integrado no projecto do Centro Histórico e Cultural, do qual fariam parte integrante outros complexos culturais como a Biblioteca Nacional, o memorial Amílcar Cabral, entre outros.

⁸³ A Cidade Velha, antiga Ribeira Grande na ilha de Santiago, foi fundada pelos Portugueses nos finais do século XV e elevada a cidade em 1533. Aqui foi erigida a mais antiga igreja católica do Ocidente africano. Foi ainda local de passagem entre continentes: Europa, África e Américas. A riqueza histórico-cultural da Cidade Velha não é portanto só do caboverdiano mas das relações que estabeleceu com todo o mundo. Importa, por isso, preservar e consolidar o complexo da Cidade Velha: as ruínas da Sé Catedral, a Igreja do Rosário, a torre da Misericórdia, a Fortaleza de São Filipe, o Convento de São Francisco, o Pelourinho, o Forte de Santo António, o de São Veríssimo etc., mas sobretudo tomar a Cidade como sítio histórico, detentora de uma população própria que possui valores específicos, espelhados na vida cultural e social, que deve ser integrada e compreendida no seu todo.

Com o passar dos anos, a reflexão em torno da realidade patrimonial e museológica caboverdiana foi-se adensando, tornando-se cada vez mais pertinente aprofundar linhas de acção. No IV Encontro de Museus ICOM, em Macau, Nélida Rodrigues, responsável pelo Departamento de Antropologia e Museus do Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde apresenta uma comunicação intitulada *O quadro museológico em Cabo Verde - A metodologia de formação do acervo do Museu Nacional de História Cultural*. Numa nota introdutória, a autora refere-se à notória evolução que se fez sentir na realidade museológica caboverdiana nos últimos anos, na qual se inclui a inauguração do primeiro museu - o Museu das Telecomunicações de São Vicente, museu da empresa pertencente aos CTT - bem como a constituição de alguns acervos: o acervo histórico e arqueológico do Museu de Sítio da Cidade Velha (sítio histórico de exploração arqueológica), o acervo histórico-documental do Museu de Documentos Especiais do Arquivo Histórico Nacional e o acervo antropológico e de História Cultural do Museu Nacional.

Nélida Rodrigues aponta também para a consciência que existe face ao papel fundamental do museu na sociedade, sobretudo no quadro dos países em crescimento, onde assume uma importância relevante no apoio ao desenvolvimento, constituindo um lugar de informação, formação, educação e consciência cultural. Acresce ainda o papel fundamental e multifacetado de todos quantos se ocupam da área cultural, não só a nível técnico quanto a nível administrativo e político, mas também na definição de programas e políticas nacionais e de legislação adequada. Por outro lado, acrescenta, cabe-lhes também definir programas museológicos mas, antes disso, a tipologia dos museus, o seu acervo e o seu papel social. Neste ponto vai mas longe, questionando-se (nos) se vale a pena criarmos museus, para que servem e como podem ser mantidos.

A situação arquipelágica de Cabo Verde conduz ainda a outro tipo de reflexão que se prende com a pertinência da criação de diferentes tipologias de museus regionais nas várias ilhas, em detrimento de um único museu nacional. Note-se, porém, que semelhante tomada de decisão poderia constituir uma classificação desigual, hierarquizando, desta forma, as ilhas. Só depois de se auscultar as sensibilidades a nível nacional e local, se concluiu que a melhor estratégia a adoptar seria a criação de um museu nacional e, paralelamente, de pequenos museus locais e regionais que pusessem em evidência as especificidades de cada lugar e grupo populacional. Num processo ponderado e prolongado, começou então o trabalho de localização de objectos culturais de

importância museal, definindo a sua base metodológica e a subsequente recolha e formação das colecções⁸⁴.

Como já fizemos notar, encontramos nestas intervenções um grande sentido de oportunidade no que toca à reflexão acerca de uma realidade complexa, fruto de um longo e profundo trabalho de análise. Quando comparado com o nosso caso de estudo - São Tomé e Príncipe - sentimos uma grande discrepância temporal - reflexiva e prática - que se torna visível pela ausência de representantes santomenses nos referidos encontros de museus. Note-se que, apenas no último encontro realizado em Lisboa, em Setembro de 2011, São Tomé e Príncipe se fez representar pelo então director do Museu Nacional, Ernesto Carvalho, denotando a clara mudança que se vem sentindo nos últimos anos.

De focar ainda o Museu da Tabanca, uma das iniciativas mais antigas de preservação e de valorização do património em Cabo Verde, integrado no conjunto de iniciativas museológicas da década de 1990. Depois de se instalar provisoriamente no Centro Cultural de Assomada, o Museu da Tabanca foi deslocalizado e instalado em Chã de Tanque, em Junho de 2010. Trata-se de um projecto com um potencial significativo no que toca ao reforço identitário e envolvimento/ desenvolvimento da comunidade em que está inserido, lidando, contudo com o *dilema de uma produção discursiva focada na preservação do seu património, sujeito ao imobilismo, ou de uma abertura, cautelosa em termos de gestão de riscos, ao turismo enquanto eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável e integrado da comunidade do Chã de Tanque* (Mendes, 2011a:72).

No que toca ao enquadramento legislativo, bem como às entidades que se ocupam da preservação e salvaguarda do património, importa referir que é o estado o principal órgão a ocupar-se deste papel, contando com uma entidade formalmente instituída para desempenhar as funções de investigação, preservação, e conservação do património cultural - móvel, imóvel, tangível ou intangível - o Instituto da Investigação e do Património Culturais (IIPC), criado pelo Decreto-Regulamentar nº 2/2004, de 17 de Maio, sucedendo e assumindo as funções de outras instituições que ao longo de 34 anos vinham materializando a política dos diferentes governos. Cabe ao IIPC, no âmbito das suas atribuições, a criação e gestão museológica, apesar da inexistência de legislação

⁸⁴ Para o estudo prévio das populações das diferentes ilhas, a equipa recorreu a material recolhida nos últimos anos pelo Departamento de Tradições Orais, pertencente ao mesmo Instituto, bem como à experiência das câmaras locais. No processo de recolha do objecto museológico houve a preocupação em não descontextualizar o objecto, procurando cercá-lo de todas as informações do espaço envolvente e da população em que se insere. Os processos de fabrico ainda em uso, a memória das técnicas e usos antigos, a importância atribuída ao objecto, entre outros, são algumas das categorias que se procurou preencher na constituição do quadro contextual. Paralelamente criou-se um sistema de documentação capaz de responder às especificidades da informação recolhida, organizando-a e facilitando o acesso à informação, através do mapeamento, criação de fichas de inventário e a formulação de gráficos, segundo critérios definidos, antes, durante e após a pesquisa e recolha.

adequada que o regulamente, facto que impossibilita uma gestão adequada e a criação de um quadro de pessoal especializado afecto aos museus (Lima e Silva, 2011a:22).

Para concluir, gostaríamos ainda de nos referir, sumariamente, a duas contribuições que nos parecem de interesse para o desenvolvimento da investigação/formação em Cabo Verde: por um lado a criação, em 2008, de um Mestrado em Património e Desenvolvimento - em resultado de uma estreita colaboração entre a Universidade de Cabo Verde e várias instituições de ensino superior portuguesas, entre as quais a Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Politécnico de Tomar - e por outro, a realização da XIV Conferências Internacional do MINOM, em Outubro de 2011, na cidade da Assomada, na ilha de Santiago, a qual contou com o apoio municipal. Integrou-se, assim, no quadro de um processo participativo de elaboração de uma estratégia de desenvolvimento cultural, configurado pela definição de uma Rede Municipal de Património que visa a valorização do património cultural no seu significado local e nacional.

5.2. A experiência *Soya Kutu*

O projecto *Soya Kutu*⁸⁵, cuja equipa integrámos, inseriu-se na programação *Aguedê/Alê*⁸⁶, decorrendo durante os meses de Julho e Agosto de 2012 em São Tomé e Príncipe. Assumindo a prática criativa enquanto catalisadora de encontros e trocas de conhecimento, numa abordagem construtiva e crítica do património cultural imaterial de São Tomé e Príncipe, procurou valorizar a

⁸⁵ *Soya Kutu* é a tradução para crioulo forro de *Estória Curta*.

⁸⁶ A programação *Aguedê/Alê* realizou-se entre Setembro de 2011 e Agosto de 2012 no arquipélago de São Tomé e Príncipe, tendo como entidade local de acolhimento o Centro Cultural Português - Instituto Camões (CCP-IC) de São Tomé. Idealizada por um grupo de artistas portugueses, com coordenação de Márcia Almeida, Primeira Secretária da Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe, responsável pelo CCP-IC e Joana Castaño, leitora do Instituto Camões, o programa procurou fomentar o intercâmbio de experiências entre os elementos convidados e vários artistas e agentes locais, quer na efectiva concretização dos projectos quer no próprio processo de criação, aberto, em permanência, à comunidade.

Assente numa abordagem contextualizada, particularmente no que se refere ao trabalho desenvolvido pelo Centro Cultural Português, a programação procurou constituir um incentivo aos modelos de dinamização cultural em São Tomé. Para tal, ainda que centralizada no CCP-IC, distribuiu-se por vários pontos do arquipélago, uma vez que se afigurava como essencial a activação de estruturas, tanto naturais como edificadas, já existentes na ilha.

Os vários projectos que enformaram a programação, assumiram vários formatos, consoante a especificidade das práticas dos artistas convidados - rádio, teatro/performance, programação musical, cinema/vídeo e artes plásticas - bem como uma proposta pedagógica de cariz comunitário e ecológico.

O trabalho desenvolvido pelo CCP-IC tem sido determinante para a manutenção e o aprofundamento dos laços entre Portugal e São Tomé e Príncipe, na vertente cultural e linguística, surgindo a programação *Aguedê/Alê* enquanto uma estratégia de dinamização cultural em São Tomé e Príncipe fundamentada pela necessidade de construir e actualizar relações contemporâneas, baseadas na interferência mútua de cooperação, materializando-se, por este motivo, os projectos propostos em diferentes suportes.

Na definição dos objectivos da programação *Aguedê/Alê* ambicionou-se estabelecer o envolvimento da prática e pensamento artísticos com comunidades geradas por um contexto de património social e cultural distintos; o incentivo à apropriação de espaços que traduzam tradições e formas de vida e que se assumam como lugares de reflexão, bem como a valorização da memória colectiva. Empreendeu-se igualmente um esforço de aproximação que, para lá da pontual parceria, tendesse a criar diálogos inevitavelmente díspares, contudo, fulcrais para a estimulação de uma entidade comum, a lusofonia.

cultura santomense, partilhada e construída por cada cidadão, centrando a sua motivação na promoção da vontade de participação livre, transformadora e activa. Deste modo, o projecto constituiu-se, por um lado, num estímulo à criação e, por outro, num fenómeno de preservação e educação patrimonial.

Se, por um lado, a nossa formação académica - museologia e artes plásticas, pintura - em muito influenciou no momento de concepção do projecto *Soya Kutu*, importa agora compreender as suas repercussões teóricas, bem como a sua aplicação na área da museologia, enquanto campo de acção. Assim, tentaremos dar conta das repercussões conceptuais do projecto *Soya Kutu* enquanto exercício prático em contexto que se prendem, sobretudo como a importância da metodologia utilizada, apoiada num trabalho pluridisciplinar, centrado na comunidade enquanto geradora de conhecimento, espoletado por mediadores, *especialistas* e *amadores*.

5.2.1. Metodologia utilizada

O projecto que assentou na motivação para a autoconsciência cultural e a cidadania activa através de uma prática criativa e produtiva, concretizou-se na realização de Oficinas Criativas, procurando mediar diferentes esferas do saber através da prática criativa, com vista à preservação e promoção do património santomense.

As Oficinas Criativas activaram-se com recurso a um mote capaz de despoletar o envolvimento de cada um dos participantes. Partindo desta premissa, definiu-se uma temática operativa, permeável à sensibilidade de todos e capaz de estabelecer contactos com uma ideia de preservação de património cultural. O conhecimento das plantas medicinais de São Tomé e Príncipe surge então como um terreno fértil, capaz de promover, de um modo transversal, cruzamentos disciplinares: desde questões ligadas à saúde, à cultura, às práticas tradicionais e crenças locais. Ao posicionar o universo semântico das Oficinas Criativas na Medicina Tradicional e narrativas que lhe são próprias, pretende-se valorizar o património imaterial e cultural, tornando-o visível e promovendo uma valiosa troca de conhecimentos e narrativas vivas. Evidencia-se, deste modo, a possibilidade de cruzamentos multi e interdisciplinares, visando a reciprocidade nas aprendizagens, em detrimento de uma abordagem unilateral.

Sob consultoria de um especialista, em estreita colaboração com terapeutas e parteiras tradicionais santomenses, as Oficinas Criativas tomaram como campo disciplinar de acção a etnobotânica e a etnofarmacologia, uma vez que se constitui enquanto espaço privilegiado de cruzamento entre o conhecimento científico - ligado à saúde, à alimentação e ao bem estar - e as

ciências sociais - etnografia e antropologia. Dedicados que estão os dois primeiros dias das Oficinas a uma pequena introdução à etnofarmacologia, focando o reconhecimento e recollecção das plantas, e as bases das boas práticas da Medicina Tradicional, pretende-se deste cruzamento um despertar para novos modos de olhar o território santomense nas suas várias perspectivas - da ecologia à arte, passando pelos saberes tradicionais e pela pluralidade cultural. Neste processo promove-se ainda um espaço fértil e privilegiado de discussão e troca de conhecimentos entre todos os participantes.

Sob o ponto de vista da planificação dos dias de trabalho (*cf. ap.6* em apêndice), as Oficinas Criativas, com a duração de uma semana em cada local, contavam com dois dias dedicados ao estudo, análise e discussão em torno das plantas medicinais e da medicina tradicional, com a participação de curandeiros e parteiras locais, reconhecendo as práticas com as quais as comunidades tinham já grande familiaridade. Durante os restantes três dias, foram desenvolvidos filmes de animação, desde a concepção do *storyline*, sinopse, *storyboard*, construção de cenários e personagens, captação de imagens e sonoplastia.

Os filmes de animação realizados (*cf. anexo digital*), com recurso à fotografia, *stop-motion* e à edição vídeo, foram desenvolvidas, na íntegra, por todos quantos participaram nas Oficinas Criativas.

A concepção de cada narrativa desenvolveu-se em estreita colaboração com cada grupo de trabalho, dotando cada um dos participantes de um papel fulcral na construção dos filmes em cada uma das suas fases. Cada grupo foi responsável pela estruturação de um guião, desenvolvimento de um *storyboard*, fotografia e imagem e captação áudio.

A estreita colaboração com os consultores permitiu desenvolver narrativas de carácter pedagógico acerca das práticas da Medicina Tradicional, num universo próximo dos participantes e das comunidades envolventes.

Simultaneamente, a prática criativa, aqui posta em evidência através do cinema de animação, assume um papel activo de aprendizagem: aprender a comunicar, a mudar de perspectiva sobre um realidade próxima, promovendo uma vontade de valorização activa e de produção.

5.2.2. Locais

As três localidades onde foram desenvolvidas as Oficinas Criativas representam diferentes abordagens da Medicina Tradicional, tanto pelas suas características geográficas, como culturais e sociais. O encontro intergeracional despoletado em cada comunidade, num ambiente descontraído, promoveu a partilha de conhecimentos, experiências e pontos de vista, valorizando a importância da transmissão oral enquanto meio privilegiado para a preservação e manutenção do património.

Tendo em conta a diversidade cultural e idiossincrática de cada região, promoveu-se as Oficinas Criativas em três comunidades distintas (*cf. fig.25* em anexo) focando, desta forma, diferentes aspectos relacionados com a prática activa da Medicina Tradicional. Se por um lado, na Saudade, Distrito de Mé-zóxi, se procurou as especificidades de uma comunidade rural (na sua maioria de ascendência caboverdiana), em São João de Angolares, Distrito de Caué, pretendeu-se convocar as características de uma comunidade, na sua maioria, piscatória, detentora de uma língua própria, o angolár. Finalmente, na cidade de São Tomé, Distrito de Água Grande, o enfoque seria dado aos cuidados de higiene necessários na produção de medicamentos tradicionais.

Sob a orientação da etnofarmacóloga Maria do Céu Madureira e contactando com curandeiros e parteiras tradicionais locais, que contribuíram com testemunhos vivos, foi possível reunir diferentes aspectos das temáticas a desenvolver com os participantes. Ao promover este encontro, estabeleceu-se uma rede de comunicação entre o saber tradicional, o saber científico e a produção criativa.

5.2.3. Equipa de trabalho

O projecto foi concebido e coordenado por Inês Castaño e Luísa Seixas, com consultoria artística de Eduardo Guerra e Miguel Ferrão. Paralelamente convidou-se Maria do Céu Madureira, especialista em etnofarmacologia, para desempenhar o papel de consultora científica.

Para a sua concretização no terreno, o projecto conta com uma equipa vasta de *peessoas-recurso*⁸⁷: líderes comunitários, associações locais, ONGD's. Os terapeutas e parteiras tradicionais assumem a dupla função de pessoas-recurso/consultores: uma vez integrados na comunidade, têm a capacidade de estabelecer a comunicação entre os grupos, detendo ainda um conhecimento muito particular da medicina tradicional e plantas medicinais.

A equipa completa-se quando, em cada local, se constituem os grupos de trabalho, os quais contam com número variável de elementos (entre dez e quinze), constituídos de forma heterogénea (idade: entre os sete e dezassete anos; género: feminino e masculino), pessoas-recurso locais.

5.2.4. Repercussões imediatas e a longo prazo

O projecto contou com repercussões imediatas resultantes da sua realização nas diferentes localidades, sobretudo no que toca a todos que se envolveram de forma próxima (consultores, terapeutas, participantes, pessoas-recurso), ou como espectadores (familiares, amigos e vizinhos dos

⁸⁷ Termo utilizado por Hugues de Varine (2002/2012) que doravante utilizaremos.

participantes, pessoas-recurso) nas Oficinas Criativas. Os resultados obtidos nas Oficinas Criativas foram apresentados numa sessão pública, no dia 9 de Agosto de 2012, no Centro Cultural Português - Instituto Camões, na cidade de São Tomé, na qual estiveram presentes todos os participantes no projecto. No final do mês, a dia 31 de Agosto, dia da Medicina Tradicional Africana, os filmes realizados foram exibidos nas estações públicas de televisão, TVS e RTP-África, durante todo o dia e em dias subsequentes.

A longo prazo, prevê-se que o projecto se realize, com metodologia semelhante, na ilha do Príncipe, alcançando-se, desta forma, uma abrangência territorial tão ampla quanto possível.

Idealmente a metodologia aqui proposta será adoptada e multiplicada, em todo o país, como estratégia de educação criativa e patrimonial. A possibilidade de fazer derivar o projecto para áreas culturais e realidades mais abrangentes, estendendo a abordagem a outras temáticas, exponencia a sua função de educação patrimonial.

5.3. Proposta de acção: o inventário do património para o desenvolvimento

Partindo da análise do território santomense e das iniciativas nele encetadas, bem como de um olhar atento a outras realidades (internacionais) cujo modelo operativo se torna modelar, propõe-se agora uma estratégia concertada de acção, numa tentativa de recuperação e exponenciação de medidas já postas em prática, porém abandonadas ou inviabilizadas.

Não fazendo, por isso, tábua rasa do passado, pretende-se que o desenvolvimento do estudo e do trabalho de projecto que agora se propõe não seja mais que a exponenciação do potencial residual de outros processos ainda embrionários, incompletos ou interrompidos, se inclua no seguimento do diagnóstico já realizado, apontando uma estratégia de acção alargada na qual se inclui a necessidade de enquadramento político, legal e institucional e o cruzamento entre as várias vertentes do desenvolvimento comunitário. Deste modo, tomamos como referentes o processo de inventário do património arquitectónico - sítios construídos e edifícios - elaborado a propósito do *Programa de Conservação do Património* em 1995 (*cf. supra* Cap.4.3, p.74), o trabalho de investigação *Inventari(ar) as Roças de São Tomé e Príncipe e Cubatas - Evolução* (*cf. supra* Cap. 4.3, p.77), a experiência de *workshops culturais*, encetada aquando da realização do I Fórum

Nacional da Cultura (*cf. supra* Cap.4.3, p.76) ou ainda o conjunto de recomendações⁸⁸ resultante do mesmo fórum.

A inexistência de um inventário sistematizado do património em São Tomé e Príncipe constitui, no nosso entender, o maior obstáculo para a sua salvaguarda e protecção, bem como para uma política de valorização e desenvolvimento centrada no património. Note-se, porém, que o inventário não tem um fim em si mesmo, ele é antes de mais, um instrumento e um processo de trabalho, uma forma de conhecimento/reconhecimento do património em cada comunidade, tornando-se uma ferramenta para definir estratégias desenvolvimento.

Propõe-se assim, num projecto de mediação de cariz comunitário, o inventário participativo do património santomense que se constitui enquanto ferramenta metodológica fundamental de desenvolvimento, capaz de fomentar a participação activa das populações, bem como de todo o tipo de entidades a actuar no território. Neste sentido promover-se-á um processo de democratização da cultura ao convocar todas as entidades nacionais (públicas e privadas, individuais e colectivas), chamando-as a ocupar um papel activo, tal como disposto nos artigos 7º (Direito e Dever Cívico), 8º (Acções no Domínio do Património Histórico-Cultural) e 9º (Participação das Populações) da Lei do Património Histórico-Cultural Nacional (*cf. supra* Cap.3.5, p.47).

Pretende-se retomar o processo realizado aquando dos *workshops culturais*⁸⁹, dando-lhe continuidade e sistematizando-o, recorrendo ao inventário enquanto vector fundamental para a definição, salvaguarda e difusão do património, tomando-o como processo de acção insubstituível. No entanto, parece-nos fundamental convocar aqui as comunidades a agir activamente na defesa e salvaguarda do seu património, fomentando a partilha de memórias, num processo comunitário ao serviço do desenvolvimento e por isso se propõe uma metodologia centrada no inventário participativo.

⁸⁸ Destacamos as recomendações que nos parecem fundamentar a pertinência da nossa proposta. Dos painéis “Poder e Memória” e “Preservação e Valorização do Património Cultural”: 1. Definição e inventariação rigorosa do património cultural nacional em estreita colaboração com as Câmaras Distritais e a Região Autónoma; 2. Redefinição do papel dos museus e a sua descentralização com destaque para a Região Autónoma do Príncipe; 7. Preservação de sítios históricos e locais de memória histórico-cultural; 9. Desenvolvimento de uma campanha de recolha da tradição oral são-tomense; 10. Valorização e preservação da arquitectura colonial mormente nas roças, dado ao seu avançado estado de degradação; 16. Criação de incentivos que permitam que os jovens se identifiquem com o nosso património cultural.

O painel “Cultura, Educação e Cidadania e Línguas Nacionais” recomendou: 1. Criação de ateliês de animação sociocultural nas escolas; 3. Promoção ao surgimento/criação de instituições vocacionadas para a investigação, estudo e promoção da cultura nacional; 4. Motivação, apoio e financiamento dos investigadores nacionais nas diversas áreas da cultura; 5. Formação, com carácter prioritário, de quadros técnicos nas diversas áreas de especialização da cultura; 6. Promoção de políticas de aproximação e envolvimento da família à escola; 9. Sensibilização e envolvimento das anteriores gerações na definição de estratégias de defesa e preservação dos valores culturais nacionais.

⁸⁹ Com a participação dos agentes culturais locais forma realizados *workshops culturais* em todos os distritos, um por distrito. Utilizando a metodologia de análise *swot* tentou-se identificar as potencialidades culturais locais, os desafios e as ameaças que cada distrito vive no âmbito da preservação e promoção cultural; propor acções prioritárias que visem preservar e promover a cultura local - responsabilidade local/nacional; identificar um símbolo cultural que caracterize o distrito ou a região.

Embora o processo que propomos possa parecer desajustado quando aplicado em grande escala, uma vez que se pretende que, a longo prazo, se cumpra uma abrangência territorial vasta, isto é, as duas ilhas que constituem o arquipélago - São Tomé e Príncipe -, no nosso entender representa uma metodologia adequada àquela realidade segundo a análise que dela fizemos. É certo que, primeiramente, será necessário testar o processo, seleccionando um grupo de comunidades onde se aplicará o modelo, para que, posteriormente, rectificando os parâmetros de acção e adequando-o a cada comunidade, se possa abranger toda a extensão territorial. Parece-nos que a proximidade interpessoal que se pretende estabelecer em todo o processo confere um poder/responsabilidade a cada indivíduo, ocupando agora um papel activo no seio da sua comunidade, o qual nunca lhe foi concedido. Por outro lado, note-se que a existência de um associativismo activo em São Tomé e Príncipe (*cf. supra* Cap.3.4, p.44), viabiliza a aplicação do projecto, uma vez que existem já estruturas organizadas, no seio das comunidades, capazes de a mobilizar, sem que para isso seja necessário forçar a existência de novos grupos.

Nesta nossa proposta influi, em muito, experiências de cariz comunitário, em que, de forma orgânica, o inventário participativo surge como vector fundamental de conhecimento/reconhecimento do património, constituindo uma alavanca para o desenvolvimento local. Destacamos, por um lado, a postura reflexiva e analítica que se traduz num processo ponderado na acção patrimonial em Cabo Verde (*cf. supra* Cap.5.1, p.90); mas sobretudo de experiências como o inventário participativo de Viamão (Brasil)⁹⁰, do projecto *Celebração da Cultura Costeira* (Portugal)⁹¹

⁹⁰ O Inventário Participativo, denominação do projecto de inventariação de bens culturais, realizado em Viamão, no Rio Grande do Sul, realizado inicialmente entre 1998 e 1999, pela Secretaria Municipal da Cultura de Viamão, surge na sequência da experiência local de Orçamento Participativo e da divisão regional do município estabelecida por este instrumento. Os protagonistas do inventário participativo de Viamão trabalharam durante vários meses em cinco diferentes regiões do município – uma central, três periféricas urbanas e uma rural – procurando levantar da própria comunidade “o que deve ser preservado pela sua importância cultural”. Deste modo, os técnicos do sector (arquitectos, historiadores, antropólogos ...), por quem normalmente são realizados os inventários de bens culturais nos municípios, perderam o seu lugar de protagonistas. Deste modo promove-se o direito de decidir acerca do que deve ou não ser preservado merecendo, para tal, os esforços do poder público para a sua valorização, difusão e preservação. A ampla participação das comunidades estabelece ainda novas hierarquias de valorar patrimonial, abrangendo assim bens de natureza diversa - tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis, documentais, memória de vidas, sítios arqueológicos, ecológicos e paisagísticos - superando o vulgar critério de monumentalidade. Deste modo, amplia-se o espectro de responsáveis na definição e protecção do património (Ortiz, 2001).

⁹¹ O projecto *Celebração da Cultura Costeira* (promovido pela Mútua dos Pescadores, financiado pela EEAgriants/Noruega e co-financiado pela Câmara Municipal de Sines) centra-se na investigação como desenvolvimento social e cultural. Desenvolvido por diversos agentes políticos, culturais e sociais ligados às comunidades ribeirinhas, como associações de desenvolvimento local e museus, autarquias e universidades, o projecto visa a formação de “inventariantes locais” – do património marítimo das comunidades costeiras envolvidas - e a criação de um banco de dados com a herança cultural marítimo-fluvial portuguesa. Com recurso ao *manual do inventariante*, os diferentes parceiros, que representam territórios cujos limites foram por si escolhidos, num número máximo de quatro a cinco inventariantes, iniciaram o apoio às acções que têm por objectivo a formação destes como técnicos na observação e registo de dados. O projecto configura, assim, uma estratégia de desenvolvimento local, impulsionada pelo conhecimento/reconhecimento património e das suas potencialidades (disponível em <http://www.mutuapescadores.pt/new/ccp.php>).

e, em contexto museológico, a experiência do Ecomuseu do Seixal (Portugal)⁹² e do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (Brasil)⁹³.

Por outro lado, os processos e metodologias propostos por Hugues de Varine em *As raízes do futuro - o património ao serviço do desenvolvimento local* (2002/2012), resultante da sua longa experiência e profunda reflexão, constituem um guia fundamental na definição da nossa proposta.

5.3.1 Equipa de trabalho

Parece-nos fundamental que se constitua uma equipa de trabalho pluridisciplinar sólida composta por santomenses com diferentes experiências e formação em diferentes áreas - responsáveis do poder local, dirigentes associativos, ongd's - capacitados para actuar no terreno, constituindo-se desta forma uma equipa de *agentes de desenvolvimento*⁹⁴.

No entanto, parece-nos essencial que, para que o projecto possa ser definido a longo prazo, na formação inicial da equipa, se encontrem “conselheiros/consultores” internacionais que auxiliem na análise/diagnóstico da realidade, construindo um processo de acção e a sua implementação no terreno. Por outro lado, pretende-se que os mesmos “conselheiros/consultores” habilitem e contribuam para a capacitação da restante equipa, local, viabilizando a exequibilidade do projecto no futuro.

Deste modo, será necessário definir uma equipa de “conselheiros/consultores” - profissionais com experiência em acção patrimonial ou desenvolvimento comunitário - contando com o apoio fundamental da cooperação internacional. A sólida relação de São Tomé e Príncipe com países como Portugal e Brasil, Cabo Verde permitirá que se criem verdadeiros laços de acção patrimonial.

⁹² Na experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal, museu de território, com uma estrutura descentralizada e abrangendo campos temáticos diversos, decorrentes da abordagem transversal e ampla daquele mesmo território-base – concelho do Seixal, margem sul do estuário do Tejo - evidenciam-se as potencialidades da aplicação de funções museológicas ao património cultural imóvel, no sentido de favorecer o envolvimento do maior número possível de pessoas e de entidades, na procura de meios para a sua preservação e a sua valorização.(...)Procurando trabalhar articuladamente com outros serviços municipais e entidades de tutela dos bens imóveis, tem por objectivo conhecer o património enquanto recurso de desenvolvimento, capaz de envolver a comunidade, tornar o inventário um instrumento de planificação da acção patrimonial ao nível da protecção e da valorização e um contributo para o planeamento do território (Filipe, 2004).

⁹³ A acção do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz resulta de uma proposta de gestão patrimonial e desenvolvimento local, centrada no inventário participativo, definida por um planeamento a dez anos (2002/2012). Foi elaborado um questionário por membros do NOPH, do Ecomuseu e por representantes de diversos segmentos sociais de Santa Cruz, numa reunião realizada em Março de 2003. Depois, auscultados os seis núcleos escolhidos previamente para aplicação do inventário, possibilitando compreender o que a comunidade de Santa Cruz considera ser o seu património. Depois de recolhida a informação no seio das comunidades, esta será analisada por técnicos em património / professores da Escola de Museologia, Património e Turismo da UNIRIO, possibilitando traçar o perfil de nossa comunidade e orientar futuros programas de acção patrimonial para o desenvolvimento local.

⁹⁴ Termo utilizado por Hugues de Varine (2002/2012).

De Portugal e do Brasil parece-nos evidente que virá a longa experiência de profissionais ligados à área da museologia e património, essenciais para a definição de estratégias metodológicas centrados na comunidade enquanto motor da acção patrimonial.

De Cabo Verde, pela relação histórica já estabelecida (*cf. supra* Cap.5.1, p.99), parece-nos fundamental, através de uma aprendizagem comum, compreender o percurso já trilhado naquele território, quer no campo da reflexão e análise ou das práticas patrimoniais e museológicas.

Apesar de nos querermos focar na participação da população enquanto elemento fundamental activo no processo de identificação e preservação do património, não nos parece, porém, desajustado ou mesmo incompatível, referirmos outros processos possíveis e a decorrer concomitantemente de acção patrimonial. Trata-se precisamente de um projecto que, se definido a longo prazo e com uma metodologia de acção estruturada, poderá incluir todas as vertentes da acção patrimonial bem como todos os quadrantes da sociedade santomense.

No que diz respeito a uma equipa de especialistas que possam prosseguir o estudo encetado pelo inventário participativo, julgamos que Caustrino Alcântara deverá aparecer como figura crucial. Os seus conhecimentos transversais a várias áreas, a sua relação de proximidade com a realidade santomense e a sua autonomia de pensamento, colocam-no no centro da investigação do projecto.

Porém, esta equipa completar-se-á estabelecendo parcerias com especialistas estrangeiros com competências em diferentes áreas - arquitectos, historiadores e antropólogos. Destacamos aqui a contribuição de investigadores portugueses que poderá ser importante na reconstituição de um passado, outrora português⁹⁵.

5.3.2. Formação

A par da constituição das equipas de trabalho, será fundamental formar os profissionais que se envolverão em todo o processo, munindo-os de ferramentas técnicas e conceptuais, que lhes permita assegurar o trabalho no terreno, depois de “abandonados” pelos consultores.

⁹⁵ No que se refere especialmente aos Museus Nacionais importará estabelecer um diálogo profundo e isento com os países que exerceram soberania nesses territórios de modo a que a respectiva representação esteja assegurada na devida proporção temporal e sobretudo na identificação e conservação de objectos. Passar em claro a referência a estratos culturais de, por vezes, seis a sete gerações de colonos em África é injusto e grave erro histórico, como será, em sentido contrário, a ausência de referências nos Museus da Europa à escravidão negra, ao exotismo de sons, formas e cores africanas que influenciaram decididamente pintores e escultores e a tantos outros aspectos em que se caldeou a nossa civilização. Em conjunto, devemos disponibilizar técnicos e meios para identificar estes testemunhos materiais de interpretação cultural (Gudes, 1991:193).

O histórico de parcerias já estabelecidas em São Tomé e Príncipe com a *Escola do Património Africano* (EPA) (*cf. supra* Cap.4.3, p.76), parece-nos que deve então ser retomada, quer pela proximidade geográfica (Benim), quer pela vantagem que constitui dar seguimento a parcerias já estabelecidas.

Estabelecer parcerias entre entidades de ensino superior santomenses (ISP, IDF) e internacionais (Brasil, Cabo Verde e Portugal) seria fundamental na medida em que, para além de formar todos quantos estejam envolvidos no projecto, poder-se ia alargar o âmbito da formação à comunidade em geral. Por outro lado, poderia constituir assim uma estratégia para fazer extrapolar a duração de uma parceria pontual para uma linha de acção estabelecida a longo prazo.

5.3.3. Metodologia

Definida a equipa de trabalho importa traçar os objectivos, um plano de trabalho e sua calendarização. Definir os modos de actuação, recorrendo a modelos anteriores (*cf. supra* Cap.5.3, p.96), desenvolvendo novos procedimentos e delimitando os territórios em que se aplicará o inventário. No processo de definição dos objectivos de levantamento de inventário deve ser determinante a opinião das comunidades envolvidas uma vez que são parte insubstituível no processo. Caberá neste ponto, ao *agente de desenvolvimento*, um papel de esclarecimento acerca da pertinência do inventário mas também a capacidade de escutar a comunidade, nas suas dúvidas face à aplicação do inventário.

Cabe então, no processo de levantamento e de distribuição/circulação da informação no terreno, feito um reconhecimento e estudo prévios e identificados os actores locais que participarão no inventário (responsáveis do poder local, associações, grupos, pessoas-recurso, profissionais do património locais, mas sobretudo os habitantes), poder-se-á avançar com uma descrição dos patrimónios, por categoria e tipologia, segundo critérios construídos em contexto aplicando-lhes sistematicamente o mesmo método de valoração do potencial patrimonial e elaborando, em cada caso, uma proposta detalhada de medidas de salvaguarda e valorização. Consoante a tipologia do património deve considerar-se diferentes descritores que devem ser previamente definidos e discutidos com a comunidade aquando da sua aplicação. Coordenadamente e consoante a situação, deve recorrer-se a meios de documentação complementares: levantamentos fotográficos, topográficos, arquitectónicos, pesquisas documentais, recolhas orais, assim como a estudos e acompanhamentos arqueológicos, monitorizações e propostas de manutenção, conservação/restauro/reabilitação, acções de divulgação e outras medidas de valorização ou mesmo propostas de classificação. Ou ainda recolhas de espólio móvel, equipamentos, elementos arquitectónicos ou de

elementos integrados, acompanhamentos arqueológicos, prospecções e/ou escavações arqueológicas, monitorizações, acções de manutenção, conservação/restauro/reabilitação, estudos, divulgação, medidas de valorização ou mesmo propostas de classificação (Filipe, 2004).

O inventário constituirá assim, um meio de diagnóstico, que permite identificar e conhecer os patrimónios locais, traçando medidas de preservação e salvaguarda, e estabelecer estratégias de desenvolvimento no seio das comunidades.

O processo de inventário participativo permitirá identificar o que, no seio de cada comunidade é entendido como o seu património, uma vez que, se realizado exclusivamente por especialistas, os critérios de classificação não se enquadrarão no mesmo sistema de valores, em virtude do seu afastamento das idiossincrasias e memórias locais. Resultando de um trabalho conjunto entre especialistas - detentores de conhecimentos técnicos e conceptuais - e actores locais - profundos conhecedores do território e dos patrimónios locais - promover-se-á o processo de inventário participativo.

Note-se que, mais do que recolher e sistematizar informação, documentar e investigar, as mais-valias deste processo residem, no nosso entender, da experiência decorrente do processo em si mesmo, quer para os *agentes de desenvolvimento*, quer sobretudo nas comunidades que se envolvem no processo. Deste envolvimento decorrerá o sucesso e as consequências de todo o processo, quer a nível individual ou comunitário.

Será imprescindível proceder-se à recolha de informação sistematizada para posterior análise, embora se deva dar prioridade a um processo de envolvimento entre os *agentes de desenvolvimento* e as comunidades. Para tal, será fundamental fomentar expedições de reconhecimento dirigidos pelos actores comunitários; promover assembleias e conversas de grupo. Neste ponto, recorreremos ao testemunho de Hugues de Varine acerca da importância da proximidade que se estabelece no processo de inventário:

«Meu método favorito consiste em tomar conhecimento de uma região, percorrendo-a a pé, com os habitantes, que utilizo como uma espécie de guias, e fazendo-os falar de seu património. (...) essa solicitação da minha parte leva quase automaticamente a um encadeamento de lembranças, reflexões reivindicações proposições, que resultam em um engajamento pessoal e frequentemente colectivo nos projectos de desenvolvimento. Nesses, o património não é mais que um pretexto, ou a origem, ou ainda a matéria prima». (Varine, 2002/2012: 35).

O projecto *Celebração da Cultura Costeira*, baseado num processo de inventário participativo, promove um sistema e uma metodologia de formação do inventariante, com experiência e prática cultural e profissional diversificadas, assegurando o recrutamento de novos inventariantes locais, dando lugar a uma renovação do processo de consciencialização cultural,

contribuindo para a emergência de iniciativas de desenvolvimento regional. Na base da formação do inventariante está a ligação que este deve estabelecer com a pessoa com quem dialoga. Assim, a relação entre o inquiridor e o inquirido constrói-se em torno de um *par mínimo*.

5.3.4. Tentativa/erro

Coloca-se como questão fundamental a criação de um grupo de trabalho sólido - constituído por profissionais de várias instituições, consultores, entusiastas - criando um espaço de partilha aberto, de reflexão e análise, em que todos os intervenientes possam ter uma participação activa. Para tal, prevê-se que nas suas diferentes fases - desde a definição do projecto, sua implementação, análise e investigação - as questões sejam partilhadas, por forma a que se possa ir reajustando as metodologias utilizadas, através de tentativa/erro. Deste modo, parece-nos que, ao invés de se aplicar uma metodologia estanque, tentar-se-á reajustar o processo, consoante a avaliação das falhas e dos sucessos resultantes da sua aplicação.

Tendo em vista que o projecto existe pela colaboração de várias entidades, a partilha de resultados será fundamental, para que o projecto resulte a longo prazo e não se esgote a si próprio.

No Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, por exemplo, o inventário participativo foi realizado por partes. Foi escolhido um núcleo-piloto (núcleo gerador) que funcionou como um tubo de ensaio para se avaliar problemas e corrigir possíveis deficiências. Só depois se estendeu a pesquisa aos restantes núcleos, previamente definidos. No primeiro momento da pesquisa, percebeu-se a necessidade de adaptar o questionário às faixas etárias mais jovens, utilizando linguagem mais simples, desenhos e ilustrações que facilitassem a compreensão por parte das crianças. Observou-se também a necessidade de remeter os comerciantes a uma outra recolha de dados, dando esta conta dos tipos de comércio existente e das relações estabelecidas com o passado histórico local.

5.3.5. Educação patrimonial

O inventário participativo constitui, em si, um processo de educação patrimonial uma vez que promove a consciencialização das comunidades, conduzindo a uma responsabilização voluntária pelo seu património.

Numa equipa que nos parece dever ser centrada em Frederico Gustavo dos Anjos, pela vasta experiência na área (*cf. ap.2*, Entrevista IV), mas sobretudo pela sua profunda reflexão acerca da realidade santomense, parece-nos que deve figurar enquanto alavanca mobilizadora de uma equipa.

Encontrando uma mote que motive e dirija a acção permitindo reflectir acerca das questões do património, parece-nos possível despoletar sentimentos de pertença a partir de uma ideia de identidade cultural.

A referência que Frederico Gustavo dos Anjos faz a Alda Graça do Espírito Santo (*cf. ap.2*, Entrevista IV, p.25), citando uma expressão da autora *A cultura é o bilhete de identidade de um povo*, parece-nos poder ser quase um axioma que despolete uma análise reflexiva dentro dos grupos e que, a partir deste momento se possam então levantar outras questões, até de cariz mais prático.

Embora noutros aspectos nos pareça que a intervenção da cooperação internacional seja crucial, aqui, julgamos que a proximidade com um agente da cultura local (Frederico Gustavo dos Anjos), partindo de uma referência maior da cultura santomense (Alda Graça do Espírito Santo), poderá ser um modelo que motive a participação de todos os indivíduos.

A acção deverá ter a instituição escola como motor, podendo estabelecer uma relação de proximidade com outras instituições locais de carácter estatal ou outro tipo de organizações.

O modelo de *assembleia* despoletado por um *mote*, depois de testado poderá ser continuado, dentro das próprias comunidades sem ter que contar, necessariamente, com a presença de um *agente/mediador/educador*. Deste modo, parece-nos que, uma vez definido um modelo de acção, as comunidades começariam a ganhar autonomia e a definir os seus próprios modelos, tendo em vista a protecção dos patrimónios locais.

Paralelamente, poder-se-ia desenvolver, recorrendo à metodologia já testada no projecto *Soya Kutu* (*cf. supra* Cap.5.2, p.101), uma acção que se concretiza pela criação. Centrado na escola e desenvolvido no seio das comunidades, seria possível construir um compêndio que versasse várias temáticas do património de forma alargada, sensibilizando e educando para as várias questões patrimoniais, num processo realizado *de dentro para fora*.

5.3.6. Repercussões a curto, a médio e a longo prazo

Ambiciona-se que o projecto de inventário participativo venha a abranger, a longo prazo, todo o território de São Tomé e Príncipe, para que assim se possa conhecer a sua realidade patrimonial. Entre as repercussões esperadas, algumas poderão surgir a curto e médio prazo, enquanto outras terão que ser entendidas como resultados a longo prazo:

- Identificar para conhecer, estudar e investigar o património de São Tomé e Príncipe.
- Conhecer as potencialidades do património para o desenvolvimento local.

- Capacitar as comunidades para assumir as suas responsabilidades na preservação processual e uso do seu património para o desenvolvimento local, num processo de acção pedagógica a longo prazo que se reflectirá numa comunidade de futuro.

- Compreender as repercussões da elaboração do inventário participativo. Caso seja vontade da comunidade e redefinindo, para tal, os objectivos do projecto, constituir estruturas de tipologia museológica ou semelhante, a nível local. Em particular, o processo poderá viabilizar a ligação ou a articulação de alguns dos seus objectivos com o Museu Nacional de São Tomé e Príncipe.

6. Considerações finais

Os objectivos que traçámos aquando da definição do nosso projecto foram, na sua grande maioria cumpridos. No entanto, acresce que, à semelhança do que havíamos previsto, só no momento em que tomamos contacto directo com a realidade santomense nos foi possível reavaliar as metas que havíamos estabelecido previamente e, em consonância com a nossa experiência, traçar novos objectivos e adequar as nossas expectativas.

Deste modo, tornou-se premente reavaliarmos a proposta de acção previamente definida, uma vez que configurava uma incongruência no momento do nosso projecto. Reorientou-se, assim, o último momento, na ambição de alcançarmos uma maior pertinência - conceptual e pragmática -, exequibilidade - nos meios e recursos - e aceitação - dos santomenses.

O nosso contributo para a compreensão da tríade cultura(s)/património(s)/museu(s) em São Tomé e Príncipe parece-nos que foi amplamente alcançado, uma vez que nos debruçamos num árduo trabalho de sistematização de informação, inédito, recorrendo a fontes bastante dispersas, muitas praticamente inacessíveis, bem como através da formulação de fontes próprias, resultantes de três períodos de trabalho no terreno.

O trilho percorrido em busca de uma reflexão séria e pertinente face ao momento presente santomense foi traçado por várias etapas sinuosas. Primeiramente ocupamo-nos a balizar o enquadramento teórico da nossa pesquisa, reflectindo sobre os conceitos fundamentais e orientadores do projecto que, posteriormente seriam transpostos para a realidade em análise. Deste modo, tentamos compreender como se constrói e caracteriza a identidade(s) cultural, geradora de uma memória colectiva e de que forma esta constitui o âmbito do património cultural de determinada sociedade. Aqui chegados importou então estabelecer as estratégias de preservação encetadas, compreendendo de que forma se dá esta valorização que implica a aplicação de medidas e políticas acertadas visando a gestão integrada e harmoniosa num quadro do desenvolvimento. O processo de patrimonialização decorre assim, fundamentalmente, das atitudes e da consciência expressas pelas comunidades e o principal critério em que assenta traduz-se na consciência íntima do grupo social de que um dado objecto pertence efectivamente ao seu património.

Requalificada com o tempo, a ideia de património admite-se agora como um conceito versátil, abrangente e mutável, consoante o seu contexto social, consumo e reconhecimento das suas tipologias de valor. Contudo, continua a ser indissociável de outras categorias de pensamento como as de tradição, herança e cultura. Sob este ponto de vista, o conceito de *património cultural* é

aplicado para designar um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, com o objectivo de se conservar num mesmo espaço elementos que permeiam a identidade e a memória social. Nesse sentido, gera-se a preposição de que preservar os diferentes patrimónios culturais consubstancia a preservação da memória social.

O alargamento da noção de património vem reflectir-se na proliferação de espaços de activação cultural onde figuram os museus e consequentemente na redefinição de *objecto museológico*, na participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, na museologia como factor de desenvolvimento, nas questões de interdisciplinaridade, na museografia como meio autónomo de comunicação (Moutinho, 1993:5). São estes alguns exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas, em tudo influenciadas pela mudança de paradigma da função social do museu, doravante atento às constantes transformações da sociedade.

É no fulgor deste debate que, nos anos 1980, aparece o conceito designado por Nova Museologia, considerado renovador no meio museológico, uma vez que se vincula à comunidade num dado território, em detrimento do enquadramento tradicional num edifício, fazendo do território o objecto museológico, propondo-se a identificá-lo, a conhecê-lo, a estudá-lo e a apresentá-lo. É, sem dúvida, desta mudança de paradigma, que centra a actividade museológica no cidadão consciente integrado numa comunidade que a renovação das práticas museológicas é originária.

Hugues de Varine (2004), na sequência da concepção Freiriana de *educação popular*, considera que esta metodologia educativa se enquadra no trabalho comunitário dos museus de território, encarando-a como um instrumento para o desenvolvimento da comunidade e que, desta forma, se formula dentro do pressuposto da “animação consciente”, permitindo libertar a capacidade criadora dos indivíduos e de os levar a ocupar um lugar de actor cultural, social e económico, na sua comunidade e no seu território. Deste modo, num processo de *consciencialização*, dá-se lugar a uma *cultura da iniciativa*, expressa na capacidade de *acção*, condição fundamental do *desenvolvimento comunitário*.

Depois de estabelecido o campo conceptual da nossa pesquisa prosseguimos com uma análise tão aprofundada quanto possível, tentando compreender as implicações do enquadramento geográfico, histórico, social e político na realidade em estudo. Concomitantemente, procedeu-se ao levantamento de entidades e instituições a actuar em S. Tomé e Príncipe na área da cooperação e do desenvolvimento, bem como a uma análise do quadro legislativo, procurando encontrar linhas de articulação em torno da tríade cultura/património/museu.

Enquadrada e caracterizada, e recorrendo a um vasto leque de meios, pudemos então tomar contacto com a realidade santomense, permitindo-nos compreendê-la sob o ponto de vista cultural e patrimonial. Assim, tentamos considerar a língua e outras manifestações e práticas evolutivas, aspectos e propostas de acção cultural e patrimonial bem como enquadrar a única estrutura museológica existente em São Tomé e Príncipe, criada no âmbito das medidas de patrimonialização encetadas aquando da formação do novo país.

A análise que agora fizemos leva-nos a crer que os santomenses mantêm uma invulgar relação com o passado. Embora tenhamos partido da ideia que esta relação estaria apenas presente aquando de reminiscências de um passado colonial, traduzida pela repulsa a todos os símbolos que o presentificam, assistimos, na verdade, a uma dificuldade de rememoração, quer ela seja recente ou não, fruto do domínio colonial ou testemunhos da criação histórico-cultural da sociedade crioula. Disto são exemplos a arquitectura de proveniência colonial (civil, de defesa, monumentos), mas também várias manifestações culturais geradas pela sociedade crioula.

Parece-nos, no entanto, que novos passos estão a ser dados no sentido de identificar o património em São Tomé e Príncipe, encetando estratégias de preservação e salvaguarda, embora constituam ainda iniciativas pontuais, ao invés de se definir políticas de acção a longo prazo.

Embora não partilhemos a ideia de um impulso de tudo patrimonializar, uma vez que nos parece indispensável que se dê espaço ao esquecimento para que novos gestos de cultura surjam, porém parece-nos indispensável que a história da cultura em São Tomé seja estudada e preservada, através dos vários recursos que se disponibilizam para o efeito. É neste processo de identificação, recolha, estudo e interpretação que nos parece indispensável envolver as comunidades, detentoras do património, trilhando um percurso conjunto com as estruturas de poder, pela necessidade de se fazer representar as diferentes acepções que a cultura santomense pode tomar enquanto expressão do desenvolvimento comunitário. Se na nossa proposta inicial figurava repensar uma unidade museológica para São Tomé e Príncipe, assim que nos confrontamos com um estudo mais aprofundado e concertado acerca daquela realidade, apercebemo-nos que constituía uma incongruência uma vez que desajustado às necessidades do país.

A par da reflexão acerca da realidade em estudo e da compreensão das suas especificidades, constitui-se como incontornável definir, como termo de comparação, outras realidades que se lhe assemelhem, a fim de identificar estratégias e campos de actuação. Aventuramo-nos, então, na proposta de um projecto de desenvolvimento em que a memória e a construção de referências identitárias sejam vectores importantes. A definição desta proposta inferiu, em muito, das

experiências de terreno que tivemos, entre elas o contacto com os actores culturais santomenses, mas sobretudo, do trabalho próximo com as comunidades, resultante do projecto *Soya Kutu*.

Com este trabalho pretendíamos reflectir sobre as mudanças sociais e culturais em São Tomé e Príncipe, contribuindo com uma proposta de acção patrimonial consubstanciada através de o inventário participativo como método, adaptado às diferentes comunidades, sublinhando assim a sua importância para o desenvolvimento local.

Referências bibliográficas (organizada por capítulos)

Capítulo 1

FILIFE, Graça (2009), 'Da musealização de património ao ordenamento do território musealizado: em busca de um modelo de sustentabilidade adequado a cada realidade em mudança', *Museal- Revista do Museu Municipal de Faro*, n.º 4 : Núcleos museológicos. *Que sustentabilidade?*, Faro, Câmara Municipal de Faro, pp.36-49.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia (1998), 'Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas', *Actas do VII Encontro Museologia e Autarquias*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, pp.97-112.

MAIRESSE, François, DESVALLÉES, André (dir.) (2007), *Vers une redéfinition du musée?*, Paris, L'Harmattan.

NEVES, Kátia Regina Filipini (2003), *Programa museológico e museologia aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso*, Lisboa, ULHT.

TELES, Ana Filipa (2009), *A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: Da década de noventa à actualidade*, Tese de mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira (versão electrónica), Lisboa, FCSH-UNL, p.91.

VARINE, Hugues de, 'Le Musée Moderne: Conditions et Problèmes d'une Rénovation', *In Museum*, vol. 28, n.º 3, pp.127-141.

Capítulo 2

AA.VV. (2005), *Criterios para la Elaboración del Plan Museológico*, Madrid, Ministerio de Cultura.

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis (1999), *Introducción a la Nueva Museología*, Madrid, Alianza Editorial.

ANICO, Marta (2005), 'A Pós-Modernização da Cultura: Patrimónios e Museus na Contemporaneidade', *Horizontes Antropológicos*, Ano 11, n.º 23, Porto Alegre, pp.71-86.

ANICO, Marta (2008), *Museus e pós-modernidade : discursos e performances em contextos museológicos locais*, Lisboa, UTL-ISCS.

AUGUSTONI, Prisca, VIANA, Anderson Luiz, 'A identidade do sujeito na fronteira do pós-colonialismo em Angola', *Ipotesi*, vol. 14, n.º 2 (Jul./Dez. 2010), Juiz de Fora, UFJF, pp.189-205

BENJAMIN, Walter (1992), *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa, Relógio d'Água.

BENNETT, Tony (1990), 'The Political Rationality of the Museum', *Continuum: The Australian Journal of Media & Culture : Space, Meaning, Politics*, vol. 3, n.º 1, s.l.: Institute for Cultural Policy Studies, Griffith University.

BENNETT, Tony (1995/2003), *The birth of the museum: history, theory, politics*, London, Routledge.

CABRAL, Amílcar (1976), *A Arma da Teoria: unidade e luta*, Lisboa, Seara Nova, pp.221-247.

CHOAY, Françoise (1999), *Alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, 2010.

DIAS, Guilherme, SOARES, André Luis Ramos (2006), *Educação Patrimonial e Educação Popular : um viés possível*. Anais do 8º Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire UPF, Passo Fundo – RS, CD-Rom, FAED Faculdade de Educação.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris (1992), *Memória Social*, Lisboa, Teorema.

FILIPPE, Graça (2000), *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)* [Texto policopiado], Dissertação de Mestrado em Museologia e Património; Lisboa, FCSH-UNL.

FILIPPE, Graça (2005), 'Do inventário museológico ao sistema de documentação', *Ecomuseu Informação*, n.º 36 (Jul./Ago./Set.), pp.8-10.

FILIPPE, Graça (2009), 'Da musealização de património ao ordenamento do território musealizado: em busca de um modelo de sustentabilidade adequado a cada realidade em mudança', *Museal- Revista do Museu Municipal de Faro, n.º 4 : Núcleos museológicos. Que sustentabilidade?*, Faro, Câmara Municipal de Faro, pp.36-49.

FREIRE, Paulo (1984), *Educação Popular*, São Paulo, Gráfica e Editora Todos os Irmãos, Ltda.

FREIRE, Paulo (1987), *Pedagogia do oprimido*, 17ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GEERTZ, Clifford (1973), *The interpretation of cultures : selected essays*, New York, Basic Books.

GUEDES, Maria Natália Correia, 'Que Museus para os países africanos de língua portuguesa' in AA.VV., III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa [Actas do encontro, Bissau, Guiné-Bissau, 26 a 29 de Novembro de 1991], org. Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto da Guiné-Bissau, co-aut. Comissão Portuguesa do ICOM, 1992, pp.193-195.

HARRISON, Julia D. (1993), 'Ideas of Museums in the 1990s', *Museum Management and Curatorship*, vol. 13, pp.160-176.

HENRIQUES, Isabel Castro (2000), *São Tomé e Príncipe : a invenção de uma sociedade*, Lisboa, Vega, p.152.

- HENRIQUES, Isabel Castro (2003), *Território e identidade: o desmantelamento da terra Africana e a construção da Angola Colonial (c. 1872-c. 1926)*, Lição de síntese apresentada a Provas para Obtenção do Título de Professor Agregado, Lisboa, FL-UNL.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1994), *Manual de museología*, Madrid, Editorial Síntesis.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (2006), *Planteramientos Teóricos de la Museología*, [col. Biblioteconomia y Administración Cultural, no. 142], Gijón, Ediciones Trea, p.208.
- ICOM, Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972 in PRIMO, Judite (org.) (1999), ‘Museologia e Património: documentos fundamentais’, *Cadernos de Sociomuseologia*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, n.º 15. Lisboa, ULHT.
- JEUDY, Henri-Pierre (1990), *Memórias do social*, trad. Márcia Cavalcanti, Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.146.
- MAGALHÃES, Fernando Paulo Oliveira (2003), ‘Museologia, Ecomuseus e o Turismo: Uma relação profícua?’, *ANTROPOLógicas, VARIA*, n.º 7, Porto, UFP, pp.211-223.
- MARTELETO AVELAR, Sylvia Maria, ‘Benjamin e a aura’, *Revista Exagium*, vol. 1 (Abril 2008), disponível em <<http://www.revistaexagium.com.br/edicoes/edicao%201/savelar.pdf>>, consultado em 30/9/2012.
- MOUTINHO, Mário Canova (1993), ‘Sobre o conceito de museologia social’, *Cadernos de Museologia*, n.º 1, Lisboa, ISMAG/ULHT, pp.5-6.
- NABAIS, António (1993), ‘Nova Museologia – Novas Práticas Museológicas’, *Vértice*, n.º 54 (Mai./Jun.)
- NEVES, Carlos Agostinho (1989), ‘São Tomé e Príncipe na Segunda Metade do Séc. XVIII’, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Funchal, e Instituto de História de Além-Mar, Lisboa, p.189.
- NEVES, Carlos Agostinho (1989), *São Tomé e Príncipe na Segunda Metade do séc.XVIII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração e Lisboa, Instituto de História de Além-Mar, p.189.
- PERALTA, Elsa (2007), ‘Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica’, *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória*, n.º 2 (nova série), Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, ISCSP-UTL, p.15
- PEREIRO PÉREZ, Xerardo (2003), ‘Patrimonialização e transformação das identidades culturais’, em Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.), *Portugal Chão*, Oeiras, Celta editora, pp. 231-247.
- PRIMO, Judite (2008), ‘Património, política cultural e globalização em contexto museal’, *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias : Estudos e Ensaios*, pp.54-62.
- PROUST, Marcel, *Em busca do tempo perdido : Do lado de Swann*, trad. Pedro Tamen, Lisboa, Relógio d’Água, 2003.

RASSE, Paul, NECKER, Eric (1997), *Techniques et Cultures au Musée - Enjeux, Ingénierie et Communication des Musées de Société*, [col. Muséologies], Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp.163-164.

SANTO, Alda do Espírito (1978), 'Presença Cultural', *África : literatura - arte e cultura*, vol. 1, n.º 2, Lisboa, Editorial Estampa, p.189.

SEMEDO, Alice (2006), 'Práticas narrativa na profissão museológica: estratégias de exposição de competência e posicionamento da diferença', *Museus, discursos e representações*, pp.69-93.

SILVA, Sandra Siqueira (2011), 'A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: Considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural', *Aurora*, Ano 5, n.º 7 (Janeiro).

SOARES, Bruno César Brulon, 'Entendendo o Ecomuseu: uma nova de pensar a Museologia', *Revista Eletrônica Jovem Museologia – Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio*, Ano 1, n.º 2 (Agosto 2006), Rio de Janeiro, UNIRIO, disponível em <<http://www.unirio.br/jovemmuseologia/documentos/2/artigobruno.pdf>>, consultado em 30/9/2012.

VARINE, Hugues de (1978), 'L'ecomusée' in DESVALLÉS, André (1992) *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Mâcon, Éditions W, Savigny-le-temple : M.N.E.S. vol. 1, pp.446-487.

VARINE, Hugues de (1991), *L'initiative communautaire : Recherche et expérimentation*, Collection Museologia, Éditions W; M.N.E.S.

VARINE, Hugues de (2004), 'Patrimônio e educação popular', *Aprender ao longo da vida*, n.º 2, pp. 36-41, disponível em <http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=194&Itemid=30>, consultado em 30/9/2012.

VARINE, Hugues de (2005), 'Museologia e museografia dos territórios', *Ecomuseu Informação*, n.º 34 (Jan/Fev/Mar), p.11.

VERGO, Peter, Ed (1ª ed. 1989), *The New Museology*, London, Reaktion Books, 2000.

VICTOR, Isabel (2005), 'Os museus e a qualidade : Distinguir entre museus com "qualidades" e a qualidade em museus', *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 23, n.º 23, Lisboa, Centro de Estudos de Sociomuseologia, ULHT.

Capítulo 3

♦ Obras impressas:

CAMPOS, Fernando (2008), 'O lugar e o papel da cooperação internacional no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe', *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias : Estudos e Ensaios*, n.º 12, pp.63-68.

CRAVO, Carolina, LONDAITZBEHERE, Laure, DIOGO, Olívio, SOUSA, Sónia (2010), *Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe*, ACEP-Associação para a Cooperação Entre os Povos, FONG-STP - Federação das ONG em São Tomé e Príncipe.

HENRIQUES, Isabel Castro, MARGARIDA, Alfredo (2010), 'São Tomé e Príncipe: A revelação da modernidade' in Inocência Mata (org.) (2011), *Francisco José Tenreiro: as Múltiplas Faces de um Intelectual*, Lisboa, Edições Colibri.

LIMA, Conceição (2004), 'Afroinsularidade', *O Útero da Casa*, Lisboa, Editorial Caminho.

MATA, Inocência (2008), *Diálogo com as ilhas - sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições Colibri.

NEVES, Carlos Agostinho das, CEITA, Maria Nazaré (2004), *História de S. Tomé e Príncipe - Breve Síntese*. São Tomé: [s.n.].

ROMANA, Heitor (1997), *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, Lisboa, ISCSP/UTL.

SANTO, Carlos Espírito (1979); *Contribuições para a história de São Tomé e Príncipe*, Lisboa: [s.n.].

SANTO, Carlos Espírito (1998), *A coroa do mar*, Lisboa, Editorial Caminho.

SEIBERT, Gerhard (2002), *Camaradas, Clientes e Compadres : Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, 2ª edição, Lisboa, Vega Editora.

SILVA, Sandra Siqueira (2011), 'A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: Considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural', *Aurora*, Ano 5, n.º 7 (Janeiro).

TENREIRO, Francisco (1961a), *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

TENREIRO, Francisco (1961b), *A floresta e a ocupação humana na ilha de São Tomé*, Sep. de Garcia de Orta : *Revista da Junta de Investigações do Ultramar*, vol. 9, n.º 4, Lisboa : [s.n.].

♦ Artigos não publicados:

BRAGANÇA, Albertino (2011), *Identidade cultural e Santomensidade*, Comunicação apresentada no I Fórum Nacional da Cultura realizado na Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe a 22 de Novembro de 2011.

♦ Documentos consultados *on-line*:

São Tomé e Príncipe em números, 2006, Instituto Nacional de Estatística, disponível em <<http://www.ine.st>>, consultado em 17/3/2012.

Plano Regional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável - Reg. Autónoma do Príncipe, disponível em <<http://www.gabinete-ambiente-stp.org/pages/index.html>>, consultado em 30/9/2012.

♦ Legislação:

Assembleia Nacional, Lei n.º 4/2003, de 2 de Junho de 2003, in *Diário da República*, n.º 7 - ‘Lei do Património Histórico-Cultural Nacional’, pp.129-144.

Assembleia da República, Lei n.º 107/2001, in *Diário da República*, n.º 209 Série I-A, de 8 de Setembro de 2001, pp.5808-5829.

Capítulo 4

♦ Obras impressas:

AA.VV. *Património de origem Portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo - África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, José Mattoso (dir.), Filipe Themudo Barata (coord.), José Manuel Fernandes (coord.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

ALEGRE, Francisco Costa (2005), *Santomensidade*, São Tomé, UNEAS - União Nacional de Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe.

ALEGRE, Francisco Costa (2009), *A cidade de São Tomé - A cidade de todas as esperanças*, São Tomé, UNEAS.

AMADO, Lúcio Neto (2011), *Manifestações culturais São-Tomenses - apontamentos, comentários, reflexões*, São Tomé, UNEAS.

BARROS, Cirineu (1989), ‘Museu’, *Revista Cultura em Movimento*, n.º 0 (Agosto), Armindo Aguiar (coord.).

KALEWSKA, Anna (2005), *Baltasar Dias e as metamorfoses do discurso dramaturgico em Portugal e nas Ilhas de São Tomé e Príncipe : ensaio histórico-literário e antropológico*, Varsóvia, Universidade de Varsóvia.

MATA, Inocência (2008), *Diálogo com as ilhas - sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições Colibri.

MATA, Inocência (2010), *Polifonias insulares*, Lisboa, Edições Colibri.

PAPE, Duarte, ANDRADE, Rodrigo Rebelo de (2011), 'As roças de São Tomé e Príncipe – O fim de um paradigma', *Revista Monumentos*, n.º 32 (Dezembro), Lisboa, IHRU.

REIS, Fernando (1967), 'Teatro medieval em São Tomé e Príncipe : O "Tchiloli"- ou "A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno' in *Panorama : Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 23, IV Série, Ramiro Valadão (dir.).

REIS, Fernando (1969), *Povô Flogá : O povo que brinca*, São Tomé, Câmara Municipal de São Tomé.

SANTO, Alda do Espírito (1978), 'Presença Cultural', *África : literatura - arte e cultura*, vol. 1, n.º 2, Lisboa, Editorial Estampa, p.189.

SANTO, Alda do Espírito (1998), *A coroa do mar*, Lisboa, Editorial Caminho.

SEIBERT, Gerhard (2002), *Camaradas, Clientes e Compadres : Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, 2ª edição, Lisboa, Vega Editora.

SEIBERT, Gerhard (2004), 'Performing arts of São Tomé and Príncipe', *African folklore : an encyclopedia*, Philip M. Peek, Kwesi Yankah (ed.), London, Routledge, pp.680-687.

VIEIRA, Salomão (2007), *Caminhos-de-ferro em São Tomé e Príncipe: O caminho-de-ferro do Estado e os Caminhos-de-ferro das Roças*, [col. Canto do Ossobó], São Tomé e Príncipe, UNEAS.

♦ Imprensa:

A Voz de São Tomé

[s.n.] (redactores locais), 'As inaugurações do dia 21 : Casa dos pescadores', *A Voz de São Tomé*, 1 de Julho de 1952, São Tomé, p.3.

[s.n.] (redactores locais), 'Monumentos em S. Tomé', *A Voz de São Tomé*, 16 de Maio de 1953, São Tomé, p.4.

RHOMANTI-DARIO, 'Apontamentos : Pêro Escobar - Descobridor das ilhas de S. Tomé e Príncipe', *A Voz de São Tomé*, 25 de Julho de 1953, p.1.

Revolução

[s.n.] (redactores locais), 'Foi inaugurado o Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe', *Revolução*, 28 de Julho de 1976, pp.3-5.

♦ Artigos não publicados:

ANJOS, Frederico Gustavo (2011), 'Oração de Sapiência', Comunicação apresentada no I Fórum Nacional da Cultura, realizado na Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe a 22 de Novembro de 2011.

BRAGANÇA, Albertino (2011), 'Identidade cultural e Santomensidade', Comunicação apresentada no I Fórum Nacional da Cultura, realizado na Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe a 22 de Novembro de 2011.

MARIZ, Vera Felix (2012), 'O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o Estado Novo', Comunicação apresentada no Colóquio Internacional: *São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica* a 27 de Março de 2012, ISCTE-IUL, Lisboa.

SOUSA, Ezequiel Batista (2011), 'Reparação e protecção do património em vias de extinção', Comunicação apresentada no I Fórum Nacional da Cultura, realizado na Biblioteca Nacional de São Tomé e Príncipe a 22 de Novembro de 2011.

♦ Documentos consultados *on-line*:

ARAÚJO, Gabriel Antunes (2010), 'Relações entre as fonologias das línguas crioulas de STP e a 'proposta ortográfica' ALUSTP', Comunicação apresentada no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE, 2010.

HAGEMEIJER, Tjerk (1999), 'As ilhas de Babel: A crioulação no Golfo da Guiné', *Revista Camões*, n.º 6, pp.74-88.

VALVERDE, Paulo (1998), 'Carlos Magno e as artes da morte : Estudo sobre o Tchiloli da Ilha de São Tomé', *Etnográfica*, vol. 2, Lisboa, ISCTE, pp.221-250.

♦ Websites consultados:

ASSOCIAÇÃO BUALA - CULTURA CONTEMPORÂNEA AFRICANA, disponível em <<http://www.buala.org/>>, acedido em 8/4/2012.

FÓRUM DA CULTURA, disponível em <<http://www.forumcultura.mecf.gov.st/>>, acedido em 5/4/2012.

L'ECOLE DU PATRIMOINE AFRICAINE, disponível em <<http://www.epa-prema.net/>> acedido em 12/4/2012.

PARQUE NATURAL D'OBÔ, disponível em <<http://www.obopark.com/>> acedido em 12/4/2012.

TÊLA NÓN - DIÁRIO DIGITAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, disponível em <<http://www.telanon.info/>>, acedido em 5/4/2012.

♦ Legislação:

Assembleia Nacional, Decreto-Lei n.º 19/1976, de 21 de Junho de 1976, in *Diário da República*, n.º 27, pp. 313-315.

♦ Audiovisual:

GONÇALVES, Inês; LIBERDADE, Kiluanje (2009), *Tchiloli, Máscaras e Mitos*, DVD, cor, 52 min., São Tomé e Príncipe/Portugal, Noland Films (produção).

Capítulo 5

♦ Obras impressas:

ALBUQUERQUE, Luís; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) (1991), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, e Cabo Verde, Direcção do Património Cultural de Cabo Verde.

GUEDES, Maria Natália Correia, 'Que Museus para os países africanos de língua portuguesa' in AA.VV., III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa [Actas do encontro, Bissau, Guiné-Bissau, 26 a 29 de Novembro de 1991], org. Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto da Guiné-Bissau, co-aut. Comissão Portuguesa do ICOM, 1992, pp.193-195.

GUERREIRO, Dália, ROQUE, Maria Isabel Rocha, 'A comunicação global ao serviço da diversidade cultural' in AA.VV., V Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa [Actas do encontro, Moçambique, Maputo, 18 a 24 de Setembro de 2000], org. Departamento de Museus da Direcção de Cultura do Ministério da Cultura, Moçambique e co-aut. e ed. Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, Portugal, Lisboa, 2000, pp.191-204.

RODRIGUES, Nélida, 'Os Museus em Cabo Verde' in AA.VV., III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa [Actas do encontro, Bissau, Guiné-Bissau, 26 a 29 de Novembro de 1991], org. Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto da Guiné-Bissau, co-aut. Comissão Portuguesa do ICOM, 1992, pp.61-64.

RODRIGUES, Nélida, 'O quadro museológico em Cabo Verde - A metodologia de formação do acervo do Museu Nacional de História Cultural' in AA.VV., IV Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa [Actas do encontro, Macau, 28 e Fevereiro a 3 de Março de 1994], org. Conselho Internacional dos Museus, co-aut. Comissão Portuguesa do ICOM, 1992, pp.21-25.

SANCHO QUEROL, Lorena (2011), 'Inventarios de Patrimonio Cultural Inmaterial: buscando un sistema de gestión de la memoria', *RdM*, n.º 51, Espanha, Madrid, Asociación Española de Museólogos, pp.16-22.

SANCHO QUEROL, Lorena (2011), 'Musealizando el Patrimonio Cultural Inmaterial', I Seminário de Investigación en Museología de los países de lengua portuguesa e española [Actas do encontro, Porto, FLUP, 12 a 14 de 2009], Alice Semedo Elisa Noronha Nascimento (coord. ed.), Porto, Universidade do Porto (org. e ed.), pp.226-237.

TENREIRO, Francisco José (1956), 'Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Esquema de uma evolução conjunta', sep. bol. *Propaganda e Informação Cabo Verde*, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde.

VARINE, Hugues de (2002/2012), *As Raízes do Futuro - O património ao serviço do desenvolvimento local*, trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta, Brasil, Porto Alegre, Editora Medianiz.

VEIGA, Manuel, 'Museus de Cabo Verde' in AA.VV., II Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa [Actas do encontro, Mafra, Portugal, 11 a 14 de Setembro de 1989], org. Conselho Internacional dos Museus, co-aut. Comissão Nacional Portuguesa, 1989, pp.121-123.

♦ Documentos consultados *on-line*:

BRITO, Martinho Robalo de, 'A Interpretação do Património Cultural - Pelourinho ou Picota da "Cidade Velha" Património da Humanidade', disponível em <http://www.iipc.cv/index.php?option=com_artigos> consultado em 19/5/2012 .

CARVALHO, E. L., 'Museu Nacional de São Tomé e Príncipe' in AA.VV. (2011a), VI Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa [Livro de resumos do encontro, Portugal, Lisboa, 26 e 27 de Setembro de 2011], org. ICOM-PT, ICOM-Brasil, Fundação Oriente-Museu do Oriente, CPLP, UCCLA [em formato digital] disponível em <http://www.icom-portugal.org/cplp/documentos/livro_resumos.pdf>

FILIFE, Graça., 'A gestão do Património, os Museus e o Território – processo integrado e interacção com a Comunidade', comunicação apresentada a propósito das II Jornadas de Património de Vila Viçosa - "Museologia para o Futuro: a importância dos Museus em Vila Viçosa", Vila Viçosa, Novembro 2004. [em formato digital] disponível em <http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/web_extract_external.get_external?code=1173626&col_ext=content1&tab=ecom_publication>

SILVA, A. S. Carvalho Semedo, 'Museus em Cabo Verde : Perspectivas e Desafios' in AA.VV., VI Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa [Livro de resumos do encontro, Portugal, Lisboa, 26 e 27 de Setembro de 2011], org. ICOM-PT, ICOM-Brasil, Fundação Oriente-Museu do Oriente, CPLP, UCCLA [em formato digital] disponível em <http://www.icom-portugal.org/cplp/documentos/livro_resumos.pdf>

ORTIZ, Vítor, 'Inventário Participativo de Viamão: uma salutar discussão sobre o direito de valorizar' in Jornal Quarteirão, n.45 , Nov/Dez- 2001- RJ, NOPH [em formato digital] disponível em <<http://www.quarteirao.com.br/pdf/polo1-%20texto6.pdf>>

♦ Websites consultados:

ECOMUSEU COMUNITÁRIO DE SANTA CRUZ - disponível em < <http://www.quarteirao.com.br/oquee.html> >,
acedido em 19/9/2012.

MINOM-ICOM : INTERNATIONAL MOVEMENT FOR A NEW MUSEOLOGY, disponível em <<http://www.minom-icom.net>> acedido em 30/9/2012.

MÚTUA DOS PESCADORES - disponível em <<http://www.mutuapescadores.pt/new/ccc.php>>, acedido em
30/9/2012.